

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

Sebastián Sarapura Rivas

**As diferenças teóricas na primeira reflexão marxista sobre a dependência
(1962-1973)**

São Paulo

2025

Sebastián Sarapura Rivas

**As diferenças teóricas na primeira reflexão marxista sobre a dependência
(1962-1973)**

Versão Original

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

São Paulo

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S443d Sarapura Rivas , Sebastian
As diferenças teóricas na primeira reflexão
marxista sobre a dependência (1962-1973) / Sebastian
Sarapura Rivas ; orientador Osvaldo Luis Angel
Coggiola - São Paulo, 2025.
125 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Econômica.

1. Marxismo . 2. Teoria da Dependência . 3. Ruy
Mauro Marini. I. Coggiola , Osvaldo Luis Angel ,
orient. II. Título.

SARAPURA, Sebastián. **As diferenças teóricas na primeira reflexão marxista sobre a dependência (1962-1973)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Prof. Dr.

Instituição:

Julgamento:

Dedicado aos mais de cinquenta trabalhadores que, em solo peruano, entregaram suas vidas lutando por uma democracia real, brutalmente silenciados pela repressão estatal durante o período de mobilizações de 2022-2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Rosa Ana Rivas Ayo, pelo apoio e pela confiança decisivos para a realização deste trabalho.

Aos integrantes do grupo de pesquisa *Marx, Platão e a dialética*, em especial ao coordenador, Dr. Fernando Dillenburg, pelas instigantes discussões em torno da dialética em *O Capital*.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Coggiola, pelo exemplo de rigor intelectual e compromisso político.

A Mariela Peña, pela paciência e afeto incondicionais, fundamentais nos momentos mais difíceis.

Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro que tornou possível a redação final deste trabalho.

“En situaciones históricas como las de América Latina en la primera mitad de este siglo, la combinación de dos procesos revolucionarios de distinto orden, el liberal y el comunista, determina en el plano propiamente discursivo de la existencia social la presencia de un fenómeno paradójico que podría ser descrito así: el discurso liberal restaurador, proveniente de la burguesía europea posrevolucionaria o conservadora, es asumido por la intelectualidad representante de la clase proletaria como discurso básico o de partida en su intento de formular un discurso comunista concreto.” (Echeverría, 1986, p. 31).

RESUMO

SARAPURA, Sebastián. **As diferenças teóricas na primeira reflexão marxista sobre a dependência (1962-1973)**. 2025. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.

Esta dissertação de mestrado investiga as diferenças teóricas internas à Teoria Marxista da Dependência (TMD) a partir das obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, produzidas entre os anos sessenta e inícios dos setenta do século XX. O estudo tem como objetivo analisar sistematicamente essas divergências, considerando os propósitos teóricos e políticos dos autores, os fundamentos e influências de suas obras, e a forma como abordam a relação entre produção e transferências de valor. Parte-se da hipótese de que a raiz das divergências reside na forma de incorporação da crítica marxiana da economia política e de suas categorias nos estudos sobre a condição dependente. Para tanto, utiliza-se a análise imanente, que busca reconstruir a lógica interna das obras sem desconsiderar seu contexto histórico. Os resultados indicam que a omissão ou incorporação parcial da teoria do valor conduziu a interpretações unilaterais das relações entre países imperialistas e dependentes, em alguns casos negligenciando a centralidade da contradição capital-trabalho e hipostasiando traços conjunturais como leis tendenciais. Conclui-se que a TMD, embora ofereça uma crítica contundente ao desenvolvimentismo, não recupera plenamente o sentido da crítica da economia política de Marx e apresenta tensões internas relevantes entre os autores dependentistas quanto à forma de assumir a teoria marxiana. Esses elementos, entretanto, não diminuem sua importância histórica nem suas contribuições para a teoria social latino-americana.

Palavras-chave: Teoria da Dependência. Marxismo. Crítica da economia política. Ruy Mauro Marini. Vânia Bambirra. Theotônio dos Santos.

ABSTRACT

SARAPURA, Sebastián. **Theoretical differences in the first marxist reflection on dependency (1962–1973)**. 2025. Master's Dissertation (Economic History) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2025.

This master's dissertation investigates the internal theoretical differences within the Marxist Dependency Theory based on the works of Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, and Theotônio dos Santos, produced between the 1960s and early 1970s. The study aims to systematically analyze these divergences, considering the theoretical and political purposes of the authors, the foundations and influences of their works, and the way they approach the relationship between production and value transfers. The research is guided by the hypothesis that the root of these divergences lies in the way the Marxist critique of political economy and its categories were incorporated into studies on the dependent condition. For this purpose, an immanent analysis is employed, aiming to reconstruct the internal logic of the works without disregarding their historical context. The results indicate that the omission or partial incorporation of the labor theory of value led to unilateral interpretations of the relations between imperialist and dependent countries, in some cases neglecting the centrality of the capital–labor contradiction and reifying conjunctural traits as tendential laws. It is concluded that while Marxist Dependency Theory provides a strong critique of developmentalism, it does not fully recover the broader meaning of Marx's critique of political economy and exhibits significant internal tensions among dependentist authors regarding the appropriation of Marxist theory. These elements, however, do not diminish its historical importance or its contributions to Latin American social theory.

Keywords: Theory of Dependency. Marxism. Critique of Political Economy. Ruy Mauro Marini. Vânia Bambirra. Theotônio dos Santos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	12
HIPÓTESE E OBJETIVOS	14
METODOLOGIA.....	15
1 HORIZONTES POLÍTICOS COMUNS E AS REFLEXÕES ANTERIORES AO EXÍLIO	18
1.1 OS FUNDAMENTOS DA RADICALIZAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA	18
1.2 A OPÇÃO PELO MARXISMO	24
1.2.1 A formação inicial.....	26
1.2.2 Entre a Política Operária e a UnB	28
1.3 AS REFLEXÕES ANTERIORES AO EXÍLIO NO CHILE	32
1.4 DIFERENÇAS INCIPIENTES	50
2 O LUGAR DO VALOR NA PRIMEIRA REFLEXÃO MARXISTA SOBRE A DEPENDÊNCIA	54
2.1 O CONTEXTO CHILENO	54
2.2 O PRIMEIRO “ESQUEMA DE INVESTIGACIÓN” E OS LIMITES DAS FORMULAÇÕES INICIAIS SOBRE A DEPENDÊNCIA (1967-1970).....	58
2.3 O SEGUNDO PROJETO DE PESQUISA E A PROPOSIÇÃO DE UMA <i>DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA</i>	73
2.4 A TENSÃO INTERNA	89
3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA OU CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	94
3.1 A PROBLEMATIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DEPENDENTISTA	94
3.2. O SENTIDO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.....	100
3.3. A TEORIA DO VALOR EM RUY MAURO MARINI	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

No prefácio escrito em 1974 para a reedição de um de seus livros mais conhecidos, Ruy Mauro Marini reafirmava suas críticas à concepção de imperialismo que ainda prevalecia em alguns setores da esquerda latino-americana da época. Segundo ele, a superação dessas posições era fundamental para compreender as possibilidades concretas das massas exploradas da região. As conclusões que a caricaturesca imagem do “Tio Sam” como um marionetista onipotente implicava, nas palavras de Marini, “[...] *não podem ser para a análise política e a estratégia de luta que dela deve derivar senão uma denúncia lacrimosa e impotência indignada [...]*” (tradução nossa, grifo nosso).¹ Evidencia-se, ao longo da principal obra de Marini, que a análise crítica do desenvolvimento capitalista na região latino-americana não poderia se limitar à descrição empírica — isto é, às formas imediatas de sua manifestação — nem, tampouco, restringir-se à simples enunciação de suas determinações essenciais. Impunha-se, nessa perspectiva, a reconstituição do nexo entre ambas as dimensões do real, de modo a expor o caráter necessário da forma de manifestação imperante.

Para Marini, a tendência secular de deterioração dos termos de troca², por exemplo, longe de ser consequência de uma abstrata força imperial ou de significar simplesmente a “pilhagem” de uma riqueza nacional igualmente abstrata, tinha como fundamento de sua continuidade no tempo a forma específica em que as leis tendenciais do capitalismo se desenvolviam nas condições concretas da América Latina. Assim, colocando a questão em termos de crítica marxiana da economia política, o autor conseguiu captar o papel desempenhado pela exploração da força de trabalho que, como argumentava em seu ensaio, se intensificava nos países cujos capitais individuais se caracterizavam por uma composição orgânica mais baixa.³

O caminho teórico percorrido para chegar a essa conclusão — original em sua apresentação, mas não em seu conteúdo⁴ — demandou operacionalizar as categorias da crítica da economia

¹ MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1974, s.p.

² Essa tendência foi registrada em trabalhos fundamentais do pensamento econômico latino-americano desenvolvimentista. Ver, por exemplo: PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: PREBISCH, R. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

³ Cf. MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. México: Ediciones Era, 1973. O ensaio será objeto de análise no segundo capítulo desta dissertação.

⁴ Uma discussão pioneira sobre a relação entre a dinâmica comercial entre países desenvolvidos e periféricos pode ser encontrada ainda em 1929 em: GROSSMANN, H. **La ley de la acumulación y del derrumbe del**

política marxiana, avançando progressivamente para níveis de abstração correspondentes à análise do mercado mundial, da concorrência e do comércio exterior.⁵

Embora a exatidão teórica de sua *Dialética da Dependência* seja desde sua publicação motivo de acaloradas polêmicas, é possível afirmar que a obra constitui um dos raros esforços teóricos em que “a esfera oculta da produção” é colocada em primeiro plano e em sua relação contraditória com “a ruidosa esfera da circulação”, tendo como objetivo dar conta da especificidade que assume o movimento do capital nas sociedades latino-americanas. Essa dialética entre produção e circulação, raramente tratada como uma contribuição central da assim chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD)⁶, certamente não aparece da mesma forma — ou sequer aparece — em todos os autores identificados, justa ou injustamente, com essa corrente.

Neste trabalho, portanto, concentraremos nossa atenção não apenas na obra de Marini, mas também nas de Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Em razão de suas afinidades pessoais, políticas e teóricas, já amplamente estudadas, é consenso situar esses autores dentro de um mesmo campo intelectual e reconhecê-los como pioneiros da corrente radical ou marxista da teoria da dependência.

A temática que propomos aqui — e que se tornará mais clara após a apresentação do problema de investigação — procura abordar um aspecto frequentemente relegado: as divergências teóricas internas ao grupo de dependentistas marxistas. A delimitação do nosso objeto de pesquisa parte dessa constatação e visa, portanto, aprofundar a compreensão dessas diferenças presentes nas

sistema capitalista. México: Siglo XXI Editores, [1929] 1979. No contexto latino-americano, teve ampla difusão uma polêmica sobre o intercâmbio desigual mais próxima dos termos em que é estudada por Marini. Essas formulações podem ser lidas no número 24 da conhecida coleção Cuadernos de Pasado y Presente. Cf.: EMMANUEL, A.; BETTELHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. **Imperialismo y comercio internacional (el intercambio desigual).** Cuadernos de Pasado y Presente, n. 24, México, 1971.

⁵ Seguimos aqui o proposto por Cristóbal Reyes em sua tentativa de relacionar a problemática latino-americana da dependência com o projeto de *O Capital* traçado por Marx em 1857. Ver: REYES, C. Uma teoria marxista da dependência? Notas obre o lugar da teoria marxista da dependência no projeto teórico geral da crítica da economia política. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 361-372, abr. 2022. Para Enrique Dussel, ao contrário, a “questão da dependência” corresponde a um nível de abstração mais concreto e deveria situar-se em um hipotético sétimo livro não contemplado por Marx. Ver: DUSSEL, E. **La producción teórica de Marx.** Un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI Editores, 1985. p. 374.

⁶ Uma exceção nesse sentido, referida à obra de Ruy Mauro Marini, pode ser encontrada em: FELIX, G. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói, n. 47, maio-ago, 2017.

obras dos intelectuais que deram origem à TMD, com especial atenção ao modo como suas análises tratam, ou não, da dialética entre as duas esferas mencionadas.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Nas últimas décadas, as obras fundamentais identificadas com a TMD suscitaram numerosos debates entre cientistas sociais e militantes políticos.⁷ O renovado interesse no século XXI — superado seu relativo esquecimento e as condições adversas à sua difusão, sobretudo no Brasil — expressa-se em uma vasta bibliografia que destaca, entre outros aspectos, o caráter unitário das contribuições realizadas, sobretudo em meados dos anos sessenta e início dos setenta, por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, amplamente reconhecidos como os principais expoentes dessa corrente.⁸ Essa abordagem, a despeito de seus méritos evidentes, tende a negligenciar diferenças teóricas que consideramos significativas.

Os esforços recentes de sistematização teórica costumam enfatizar a coerência interna dos trabalhos fundadores da TMD, sublinhando seus pontos em comum, sobretudo como corrente de pensamento que se contrapõe à perspectiva desenvolvimentista.⁹ Tal aproximação, embora capte elementos reais e muito importantes, traz o risco de ignorar discrepâncias internas, tanto no que diz

⁷ Um comentário sobre as principais discussões contemporâneas em torno da TMD pode ser lido em: BORGES, R. E. Trajetória e desafios da teoria marxista da dependência: contribuições e propostas. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 14, n. 1, p. 373-385, abr. 2022.

⁸ Blomström e Hettne distinguem, por exemplo, quatro correntes dentro do que denominam “escola da dependência”: (1) a autocrítica dos próprios autores cepalinos, na qual citam os trabalhos de Celso Furtado e Raúl Prebisch; (2) a corrente que chamam de “neomarxista”, onde situam as obras de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank; (3) a corrente “ortodoxa”, representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e (4) uma última, identificada com a obra de Gunder Frank, quando este se distancia do marxismo. Ver: BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. **Las teorías del desarrollo en transición**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992. A discussão sobre as diferenças internas entre os autores do grupo aqui estudado é ignorada. O mesmo pode ser dito das visões retrospectivas dos próprios autores. Cf. DOS SANTOS, T. **La teoría marxista de la dependencia: balance y perspectivas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, s/d. Versão digital disponível em: <https://ru.iiec.unam.mx/3099/>. Acesso em: 8 jul. 2025. Outra tipologia pode ser encontrada na obra de C. Kay, para quem a distinção fundamental se dá pelas consequências políticas das elaborações teóricas. Agrupando as contribuições de Dos Santos, Vânia Bambirra, Marini e Gunder Frank no campo revolucionário da teoria da dependência, a formulação de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é situada como reformista. O autor tampouco avança no estudo das diferenças teóricas no campo revolucionário dos estudos dependentistas. Ver: KAY, C. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. New York: Routledge, 2011.

⁹ Uma sistematização teórica no sentido apontado pode ser lida em: LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**. Problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

respeito aos objetos de estudo abordados quanto às questões teóricas. Longe de serem assuntos menores, constatamos, ao longo da nossa pesquisa, que identificar tais tensões permite formular perguntas instigantes sobre as contradições internas do pensamento dependentista e, com isso, avaliar de forma mais precisa o alcance real de suas contribuições.

Embora alguns estudos tenham dado atenção à questão das diferenças teóricas, até onde sabemos, ela ainda não foi abordada de maneira sistemática. Um dos aspectos mais destacados — especialmente na literatura dedicada a atualizar ou debater o tema das transferências de valor e outras contribuições da TMD — diz respeito às divergências na apropriação das categorias fundamentais do marxismo, como valor, exploração etc., por parte dos autores dependentistas¹⁰. Atitude semelhante pode ser observada entre os críticos mais recentes da TMD, que, embora reconheçam algumas diferenças, não investigaram suas origens e, de modo geral, formularam suas objeções com base em uma representação distorcida do enfoque dependentista e de sua problemática.¹¹

Quando se dá atenção aos aspectos particulares dos diferentes enfoques, a análise tende a se limitar à observação de que tais diferenças decorreriam da divisão do trabalho estabelecida entre os autores e dos objetos de investigação por eles privilegiados. A investigação das razões subjacentes a essas divergências, em geral, é conduzida de forma pouco rigorosa ou apenas tangencial, sendo raramente examinada sua relação com os fundamentos teóricos. Embora algumas hipóteses sejam formuladas nesse sentido, as análises sobre a temática raramente avançam além da mera constatação.

¹⁰ Algumas observações sobre as diferenças teóricas podem ser encontradas nos seguintes trabalhos, embora não cheguem a constituir um estudo sistemático da questão. Isso se deve ao fato de que essa temática não tem sido tratada, até agora, como um objeto específico de investigação: MOURA, D. B. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2020. GOUVÊA, M. **Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia**. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

¹¹ Por exemplo: CARRERA, J. I. **La renta de la tierra: formas, fuentes y apropiación**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017. A crítica fundamental desse autor reside em sustentar que a TMD teria mantido, em sua essência, uma teoria do capital monopolista análoga à de Lenin ou Hilferding. Nossa pesquisa, ao contrário, demonstra que existem diferenças importantes na assimilação das teorias do capital monopolista ao interior da contribuição dependentista.

A limitação também pode ser encontrada nos estudos sobre as trajetórias do grupo de dependentistas marxistas, que buscam situá-los na história e no contexto intelectual latino-americano das décadas de 1950 e 1960. Embora consigam recuperar elementos importantes para compreender a especificidade da reflexão radical de Marini, Bamberger e Dos Santos, tendem, por outro lado, a negligenciar as divergências teóricas entre esses intelectuais.¹²

Considerando esses elementos, definimos como objeto de nossa investigação o estudo das diferenças teóricas presentes nas obras fundamentais da TMD, especialmente aquelas produzidas durante o exílio chileno, que aqui identificamos como a primeira formulação marxista sobre a questão da dependência.

HIPÓTESE E OBJETIVOS

A hipótese que orienta nossa pesquisa sustenta que a raiz dessas divergências teóricas entre os autores da TMD reside na forma de incorporação da teoria dialética do valor-trabalho — ou seja, no uso da crítica da economia política, de seu método e de suas categorias nos estudos sobre a condição dependente. Isso explicaria tanto as diversas formas de abordar e expor os fundamentos das transferências de valor — especialmente no que diz respeito à capacidade de ir além de suas manifestações imediatas — quanto a possibilidade de dar conta da esfera da produção, isto é, de compreender suas determinações essenciais.

Em nossa perspectiva, o cerne da questão reside no fato de que, ao não incorporar plenamente a teoria dialética do valor, a compreensão das formas específicas assumidas pela acumulação de capital nos países periféricos — e, por tanto, da condição dependente — tende a se restringir à “esfera ruidosa da circulação” e/ou aos mecanismos coercitivos mais evidentes do imperialismo — particularmente o intervencionismo político e militar que, tragicamente, marcou a história das sociedades latino-americanas.

Nesses termos, mesmo que se reconheça, como pano de fundo, o caráter predominantemente econômico das relações de dominação internacional no capitalismo, a compreensão dessa dominação pode dar destaque não à relação social que a engendra, mas à opressão enquanto relação que remete exclusivamente ao enfrentamento entre Estados nacionais.

¹² WASSERMAN, C. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

Essa omissão teórica, a nosso ver, leva a uma interpretação unilateral das relações entre países imperialistas e dependentes. O enfoque pode relegar a centralidade da contradição capital-trabalho, enquanto fundamento necessário da reprodução das relações assimétricas entre Estados capitalistas, dando espaço, por sua vez, a formas de consciência que, mesmo captando elementos reais da dinâmica imperialista, não atingem o reconhecimento da lógica abstrata e impessoal da dominação como seu fundamento. Assim, a contradição nação–imperialismo tende a deslocar a contradição entre capital e trabalho, invertendo as determinações essenciais do movimento do capital.

À luz do exposto, podemos formular o objetivo principal desta investigação: analisar sistematicamente as diferenças teóricas nas diversas formas de abordar a questão da dependência nas obras que deram origem à TMD. Para alcançar esse objetivo, dedicar-nos-emos aos seguintes objetivos específicos:

- i) examinar os propósitos teóricos e políticos dos intelectuais que desenvolveram a reflexão marxista sobre a dependência;
- ii) realizar uma análise das obras principais da TMD, investigando seus fundamentos teóricos e influências;
- iii) analisar em que medida os autores têm como objetivo (ou não) explicar as relações entre a esfera da produção e as transferências de valor, identificando seus limites e avanços nesse sentido.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa é a da leitura ou análise imanente, conforme formulada por autores como José Chasin¹³ e Sérgio Lessa.¹⁴ Trata-se não apenas de uma técnica de sistematização de textos, mas de uma consequência da opção teórica pela perspectiva do materialismo histórico-dialético. Segundo os autores citados, ler um texto de forma imanente implica reconhecer a prioridade ontológica do objeto de conhecimento e tratar o próprio texto como um “caso” no qual são testados os conceitos e as relações lógico-teóricas que o estruturam. Esse

¹³ CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

¹⁴ Ver: LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007. LESSA, S. **O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

procedimento exige uma atenção rigorosa às múltiplas dimensões do texto; não apenas seu conteúdo explícito, mas também aquilo que silencia e o que afirma de forma implícita ou dedutível. A análise imanente permite, assim, reconstruir a lógica interna do texto sem recorrer a argumentos exteriores.

No entanto, isso não significa restringir-se exclusivamente ao texto. Toda argumentação remete a um objeto extratextual, e é apenas em referência a esse objeto que a lógica imanente adquire pleno sentido. Por isso, o exame crítico das ideias deve ser precedido de sua análise imanente, condição necessária para uma crítica rigorosa. Segundo Lessa¹⁵, esse tipo de análise envolve uma série de procedimentos técnicos: decompor o texto em seus elementos conceituais básicos; reconstruir sua articulação interna; identificar seus núcleos argumentativos e pressupostos implícitos; formular hipóteses interpretativas; relacionar a lógica interna com as determinações históricas do texto; e, por fim, extrair uma teoria interpretativa capaz de contribuir para o esclarecimento do objeto investigado. Trata-se, portanto, de um método que articula rigor conceitual e contextualização crítica.

RESUMO DOS CAPÍTULOS

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, intitulado “*Horizontes políticos comuns e as reflexões anteriores ao exílio*”, apresenta uma aproximação ao contexto histórico, político e intelectual que deu origem à TMD. Expõem-se as condições de crise do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) e o simultâneo esgotamento das teses desenvolvimentistas da CEPAL — cenário que impulsionou uma crítica radical por parte de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Destaca-se, ainda, a relevância de sua atuação na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), momento fundamental para a elaboração teórica posterior que daria origem às obras centrais da TMD. A partir da análise de algumas obras anteriores ao exílio no Chile, argumenta-se que, apesar da unidade na crítica do desenvolvimento e do etapismo, já se manifestavam diferenças incipientes na forma de abordar o estudo do desenvolvimento capitalista em sociedades concretas.

O segundo capítulo, intitulado “*O lugar do valor na primeira reflexão marxista sobre a dependência*”, investiga a maturação e a explicitação dessas diferenças teóricas durante o exílio no

¹⁵ LESSA, S. *op. cit.*, 2007, p. 20-21.

Chile (1966-1973), período em que foram produzidos os principais trabalhos teóricos da TMD. Com base na identificação das diferenças entre o grupo de autores, o capítulo compara duas posições teóricas desenvolvidas no âmbito do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO). A primeira, associada aos trabalhos iniciais e à definição de dependência de Theotônio dos Santos, caracteriza-se por uma análise centrada na esfera da circulação e nas relações entre Estados, enfatizando a extração de excedente pelo capital estrangeiro. Em contraste, a segunda vertente, cuja principal expressão é o ensaio *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, é examinada, evidenciando como sua especificidade teórica constitui um marco fundamental na elaboração do pensamento dependentista. Destaca-se que Marini, ao incorporar a lei do valor de Marx, apresenta, em sua caracterização do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, uma dialética que expõe as imbricações entre as esferas da produção e da circulação de valor.

No terceiro capítulo, intitulado “*Teoria marxista da dependência ou crítica da economia política?*”, realiza-se um balanço crítico da trajetória teórica da TMD. Analisa-se como, no exílio mexicano, algumas intervenções teóricas orientadas pela polêmica com seus críticos — como a *Anticrítica*, de Vânia Bambirra — não avançam na formulação de uma discussão consistente acerca da teoria do valor ou da forma de incorporação do método marxiano nas discussões teóricas sobre a dependência. A partir da crítica elaborada pelo filósofo Enrique Dussel, examinam-se os pontos de convergência e afastamento da TMD em relação à crítica da economia política desenvolvida em *O Capital*. Nesse contexto, apresentam-se considerações sobre a natureza geral da principal obra de Marx, evidenciando, à luz dela, as limitações presentes na produção de Marini. O capítulo identifica como principal fragilidade teórica de sua formulação a tendência a hipostasiar — isto é, converter em leis tendenciais do capitalismo dependente — traços de caráter conjuntural. Sustenta-se, por fim, que, embora a TMD constitua uma crítica contundente ao desenvolvimentismo, ela representa um desenvolvimento teórico que não recupera plenamente o sentido mais amplo da crítica da economia política de Marx.

1 HORIZONTES POLÍTICOS COMUNS E AS REFLEXÕES ANTERIORES AO EXÍLIO

1.1 OS FUNDAMENTOS DA RADICALIZAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA

É amplamente conhecido¹⁶ que a adoção das políticas de industrialização na América Latina foi, em grande medida, uma resposta “instintiva” das burguesias locais às condições excepcionais que marcaram o processo de acumulação de capital em escala mundial durante a primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e os efeitos prolongados da crise de 1929 (com maior intensidade entre 1929 e 1933) engendraram um cenário que levou à reestruturação da divisão internacional do trabalho, da qual resultaram três transformações centrais:

- i) a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica — processo iniciado após a Primeira Guerra Mundial e progressivamente consolidado com o Plano Dawes (1924) e a Conferência de Bretton Woods (1944) —, em paralelo ao declínio do Reino Unido, acentuado pela desorganização econômica do pós-guerra;
- ii) a relativa desaceleração do comércio internacional, acompanhada pela adoção generalizada de medidas protecionistas e de planejamento econômico, especialmente após 1929;
- iii) e a deterioração dos preços das matérias-primas produzidas pelos países latino-americanos, entre as décadas de 1920 e 1940, com quedas especialmente acentuadas durante a grande depressão.

Esses processos, em conjunto, desestabilizaram as bases econômicas fundamentais do modelo agroexportador vigente na América Latina e contribuíram de forma decisiva para a reorientação das estratégias nacionais de desenvolvimento.

Contudo, no início da década de 1960, as políticas industrializantes impulsionadas pela maioria dos Estados latino-americanos — implementadas de forma consciente apenas após a Segunda Guerra Mundial — começaram a apresentar sinais evidentes de esgotamento.¹⁷ As recorrentes dificuldades no balanço de pagamentos e os persistentes problemas inflacionários

¹⁶ Os dados aqui assinalados são uma síntese das informações presentes em BULMER-THOMAS, V. **The economic history of Latin America since independence**. Florida: Cambridge University Press, 2014.

¹⁷ Sobre essa questão, baseamo-nos nas seguintes obras: BÉRTOLA, L. **El desarrollo económico de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013; DONGHI, H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

refletiam os limites e contradições inerentes ao chamado modelo de “industrialização por substituição de importações” (ISI).

Mesmo em países com um setor manufatureiro mais desenvolvido, como Brasil e Argentina, o crescimento industrial — apesar de seu impacto modernizador sobre a sociedade — continuava dependendo, em grande medida, das divisas geradas pelo setor primário da economia. A volatilidade dos preços internacionais dos produtos primários os tornava uma fonte de financiamento instável, o que, por sua vez, dificultava a importação de equipamentos e bens de capital no ritmo necessário para consolidar uma indústria competitiva. Essa fragilidade, ao restringir a capacidade de ampliar a produtividade do trabalho, evidenciava de forma contundente as dificuldades enfrentadas pelas sociedades latino-americanas para trilhar com êxito o rumo ao tão almejado desenvolvimento.

Diante da insuficiência do financiamento interno, o capital estrangeiro — predominantemente norte-americano — apresentou-se como uma alternativa às burguesias da região.¹⁸ Contudo, embora tenha produzido efeitos paliativos em um primeiro momento, sua presença crescente a partir de meados dos anos quarenta acabou por acentuar os desequilíbrios econômicos existentes. Isso se deveu, entre outros fatores, à constante repatriação de lucros para as casas matrizes e à limitada capacidade de incorporação da força de trabalho local. Longe de reduzir a relevância do setor externo, o capital estrangeiro — cuja valorização também dependia das divisas por este geradas — reforçou a lógica de um processo de acumulação que prescindia da ampliação do mercado interno.

Assim, em termos gerais, a modernização capitalista das sociedades latino-americanas entre 1930 e 1950 traduziu-se em avanços materiais concretos, acompanhados não apenas pela exacerbção das desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista, mas também pelo fortalecimento de formas sociais anacrônicas que, longe de serem superadas — como esperavam muitos dos entusiastas da modernização —, foram, não poucas vezes, preservadas ou até mesmo intensificadas.

Os impasses econômicos teriam como correlato o agravamento da luta de classes na região entre o final dos anos cinquenta e o início dos anos sessenta. Durante a primeira metade desta última década, desencadearam-se tentativas insurrecionais e ações de luta armada em diferentes

¹⁸ Sobre o capital estrangeiro nesse período, seguimos o que foi formulado por Santos (1978). Ver: DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

pontos do continente, cujo antecedente imediato foi a ofensiva do movimento operário e a irrupção das massas empobrecidas do campo na década anterior.¹⁹

A opção insurrecional, certamente influenciada pela Revolução Cubana de 1959, foi, sobretudo, uma resposta à dinâmica de mobilização empreendida pelas massas urbanas e rurais mais pobres, em um contexto histórico marcado pelos efeitos disruptivos da expansão industrial capitalista. Os anos 1960 caracterizaram-se, dessa forma, pela incapacidade das classes dominantes de manter o controle do aparato político-institucional dentro dos marcos constitucionais tradicionais ou por meio de arranjos do tipo “populista”, o que, em muitos casos, desembocou em medidas de caráter ditatorial.²⁰

Desenvolvidas entre meados da década de 1960 e o início dos anos 1970, as contribuições posteriormente conhecidas como TMD constituiriam a principal e mais sistemática crítica ao desenvolvimentismo que fundamentava as políticas industrializantes da época, promovidas por instituições como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948.

¹⁹ Nesse contexto, Vânia Bambirra destaca os seguintes eventos: a resistência popular à tentativa de golpe militar no Brasil, em 1961, seguida pela radicalização de setores das Forças Armadas, com o levante dos sargentos em Brasília, em 1963, e o movimento dos marinheiros no Rio de Janeiro, em 1964. A autora também observa que, no Brasil, organizações críticas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) já haviam começado a preparar ações insurrecionais antes do golpe, sendo particularmente relevantes as iniciativas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Outros casos citados incluem a Guatemala, onde, entre 1961 e 1963, consolidou-se um movimento guerrilheiro com origens no próprio Exército. Na Nicarágua, com a formação da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), também em 1961, iniciaram-se ações guerrilheiras ainda naquele ano. Outra experiência significativa ocorreu na Venezuela, onde, por volta de 1962, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e o Partido Comunista unificaram-se, realizando ações armadas tanto nas cidades quanto no campo, como desdobramento da grande greve dos transportes e das rebeliões de Carúpano e Puerto Cabello. Na Colômbia, em 1964, o movimento camponês passou a se orientar para a luta armada, sob a liderança de Manuel Marulanda, do Partido Comunista, e de Fabio Vásquez Castaño, que comandaria o Exército de Libertação Nacional (ELN) a partir daquele ano. No Peru, no início da década de 1960, o dirigente trotskista Hugo Blanco liderou um movimento camponês que conseguiu implementar uma reforma agrária limitada à região de La Convención, em Cusco, utilizando a autodefesa armada contra os latifundiários. Ainda no Peru, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) iniciou ações guerrilheiras em 1965, no centro e sul do país, sob a liderança de Luis de la Puente Uceda e Guillermo Lobatón. Devem ser lembradas, por fim, as tentativas fracassadas de ações armadas no Paraguai, em Honduras, no Equador e em outros países da América Latina entre 1960 e 1963. Ver: BAMBIRRA, V. **Diez años de insurrección en América Latina**. Chile: Ediciones Prensa Latinoamericana, 1971. p. 32.

²⁰ *Ibid.*, p. 32.

A reflexão cepalina, embora representasse uma expressão criativa do pensamento burguês latino-americano,²¹ mostrava-se indissociável das políticas dos governos populistas — e, conseqüentemente, de suas contradições e mazelas. É precisamente essa vinculação que explica a necessidade de compreender as motivações políticas dos formuladores da TMD ao elaborarem as primeiras críticas marxistas sistemáticas a essas teses.

A polêmica no âmbito acadêmico e intelectual refletia a disputa política em torno do futuro das sociedades latino-americanas em um período que, nas interpretações de muitos militantes da época, ainda caracterizava-se pelas possibilidades reais de concretização de processos revolucionários na região e no mundo.²² Por isso, não surpreende que o antecedente fundamental da crítica teórica ao desenvolvimentismo esteja nos debates travados entre revolucionários dissidentes da orientação tático-estratégica adotada pelos partidos de esquerda de linha reformista-estalinista.²³

De fato, segundo Ruy Mauro Marini, as teses dos teóricos da CEPAL só se tornaram objeto de crítica pelos teóricos da dependência na medida em que seus principais postulados — sobre o deterioro dos termos de troca, o dualismo estrutural e a viabilidade de um capitalismo autônomo — serviam de justificativa, no plano econômico, para a estratégia democrático-burguesa “anti-imperialista” e “antifeudal” do reformismo.²⁴

É razoável supor que as posições dessa “nova esquerda” tenham desembocado quase naturalmente, mais tarde, nas formulações da TMD. O desenvolvimento dessa trajetória pode ser explicado, em parte, pelo fato de que havia uma espécie de retroalimentação entre a “teoria da história” dos partidos comunistas — que postulava a necessidade de uma etapa democrático-

²¹ Sobre o caráter inovador e nacional-burguês do desenvolvimentismo latino-americano em relação às formulações desenvolvimentistas dos países centrais, ver: MARINI, R. **La crisis del desarrollismo**. [versão digital], 1994, s.p. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/70-La-crisis-del-desarrollismo.pdf>. Acesso em 30 abr. 2025.

²² Comentando as visões predominantes na esquerda nesse período, Enzo Traverso assinala: “[...] Na América Latina, muitos movimentos de guerrilha se seguiram — a maioria com conseqüências trágicas — à experiência cubana; porém, até o golpe do general chileno Augusto Pinochet, em 1973, *o socialismo era uma opção para amanhã, não se projetava num futuro vago e remoto [...]*” (grifo nosso). TRAVERSO, E. **A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018. p. 49.

²³ Sobre a hegemonia das ideias stalinistas e o movimento comunista latino-americano, ver o capítulo VI da obra de Raúl Fornet-Betancourt (2001). FORNET-BETANCOURT, R. **Transformación del marxismo: historia del marxismo en América Latina**. México: Ediciones Plaza y Valdés, 2001.

²⁴ MARINI, R. **Memorial**, 1991. Disponível em: https://marini-escritos.unam.mx/?page_id=3007. Acesso em 30 abr. 2025.

burguesa antes de avançar rumo ao socialismo — e a promoção de políticas de industrialização por parte dos desenvolvimentistas.

Mais orgânica era, por outro lado, a relação entre o desenvolvimentismo propriamente latino-americano e os partidos nacionalistas, como o peronismo na Argentina ou o trabalhismo no Brasil. Uma vez no governo, esses partidos impulsionaram políticas que procuravam legitimação nas formulações de instituições como a CEPAL ou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), chegando, inclusive, a integrar quadros dessas entidades em cargos de governo ou financiar suas atividades.

Embora, no plano estratégico, a maior parte dos desenvolvimentistas se opusessem ao socialismo, compartilhavam a convicção de que a superação do subdesenvolvimento latino-americano exigia uma forte intervenção estatal e a consolidação das relações capitalistas. Como assinala Wasserman em referência específica ao ambiente intelectual brasileiro:

Para os intelectuais brasileiros da época, fossem ou não marxistas, o desenvolvimento era um objetivo a ser alcançado, uma condição para atingir outras etapas, sanar os principais problemas do país e passar para fase seguinte, da expansão capitalista sustentável ou do socialismo, livre das sequelas das relações sociais pré-capitalistas, conforme a ideologia defendida por cada corrente de pensamento [...].²⁵

A convergência entre as propostas desenvolvimentistas e aquelas das principais organizações comunistas baseava-se, assim, na ideia compartilhada de um “atraso” econômico que deveria ser superado por meio do desenvolvimento do capitalismo no marco de uma aliança interclassista. A industrialização era concebida não apenas como um processo progressista em si mesmo, mas também como uma estratégia anti-imperialista, na medida em que se supunha que o fortalecimento e a expansão da burguesia industrial conduziriam a uma ruptura com o imperialismo e com as oligarquias agrárias “atrasadas”.

Todos esses elementos indicam que a formulação programática que guiava tanto as organizações políticas declaradamente reformistas quanto aquelas que se proclamavam revolucionárias — sobretudo durante a década de 1950 — girava em torno de atingir o desenvolvimento.²⁶

²⁵ WASSERMAN, *op. cit.*, 2017. p. 48.

²⁶ *Ibid.*, p. 5.

A abordagem centrada na dicotomia atraso-desenvolvimento, como marco para compreender os dilemas fundamentais das sociedades latino-americanas e suas possíveis vias de superação, seria cada vez mais questionada pela realidade, entrando em crise evidente ao final da década de 1960. Não apenas a autodeclaração socialista da Revolução Cubana em 1961 (o que implicava, portanto, uma crítica prática ao etapismo reformista), mas também a radicalização da luta de classes mundial nesses anos, evidenciaram as limitações programáticas tanto dos partidos comunistas quanto da economia política desenvolvimentista.

A própria dinâmica do processo de industrialização, caracterizada por dificuldades econômicas persistentes e resultados insatisfatórios, também deixou claro que tais formulações exigiam uma revisão profunda. A crescente e incontornável associação da burguesia industrial ao capital estrangeiro e com os setores “atrasados” — unificando-se para conter as aspirações materiais das massas — foi o corolário que demonstrou com nitidez a necessidade de uma reavaliação crítica diante dos impasses gerados pelas políticas que pretendiam concretizar transformações democráticas mediante uma aliança com as burguesias nacionais.

Nesse contexto, setores da intelectualidade pequeno-burguesa também começariam a perceber que a discussão sobre os “problemas do desenvolvimento” precisava levar mais a sério as limitações de ordem política e o lugar subordinado da América Latina no mercado mundial. Tratava-se, nessas leituras, de problemas “estruturais” que dificilmente seriam resolvidos por meio de alterações na política econômica sem incidir sobre as relações de propriedade. A clareza meridiana dos acontecimentos assumiria, contudo, proporções trágicas quando a solução burguesa para a crise começasse a se materializar, já em meados dos anos 1960, por meio de golpes militares destinados a reprimir os processos reformistas em curso e a garantir as condições para a continuidade de uma modernização econômica.²⁷

As discussões sobre a dependência, que emergiram em meados dos anos 1960 e se prolongaram pela década seguinte na América Latina, devem sua formulação — especificamente

²⁷ Aqui, seguimos o apontado por Ruy Mauro Marini: “Sensible a esa situación, la Cepal modifica, desde comienzos de la década de 1960, sus planteamientos y, rectificando el enfoque meramente desarrollista que los caracterizaba, pasa a dar más énfasis a las reformas estructurales y a la distribución del ingreso. Pero es demasiado tarde. En un continente conturbado, la revolución cubana sacudía hasta los cimientos la dominación norteamericana y sembraba el pánico entre las clases dominantes criollas. Cuando se abre el ciclo de las dictaduras militares, el desarrollismo cepalino entra definitivamente en crisis”. Ver: MARINI, *op. cit.*, 1994, s.p. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/70-La-crisis-del-desarrollismo.pdf>. Acesso em 30 abr. 2025.

em sua vertente marxista — a esse “turbilhão” de contradições. São expressão intelectual dessas contradições, e seu estudo não podia prescindir, ao menos, de uma aproximação panorâmica a elas. Tanto o debate programático no seio da esquerda quanto as formulações sobre os problemas do desenvolvimento, propostas por intelectuais públicos e tecnocratas nacionalistas, são fundamentais para compreender o ponto de partida do novo enfoque dependentista em sua vertente marxista.

1.2 A OPÇÃO PELO MARXISMO

Como já foi amplamente discutido na literatura especializada, o uso da noção de dependência no contexto intelectual latino-americano de meados da década de 1960 e início da década de 1970 apresentou um caráter marcadamente diverso. Os significados atribuídos ao conceito expressam diferenças teórico-metodológicas profundas, o que torna inviável a concepção de uma única corrente dependentista.²⁸

Ainda que a grande maioria das formulações elaboradas por cientistas sociais envolvidos nos debates sobre a “questão da dependência” tenha sido influenciada pelas ideias marxistas, um conjunto específico de autores destacou-se por buscar desenvolver uma reflexão teórica especialmente original a partir desse conceito. Esses intelectuais não apenas se esforçaram por ancorar suas análises no arcabouço metodológico e categorial do marxismo, mas também procuraram ampliar criativamente tal tradição. Quais seriam as razões por trás desse esforço? Para entender isso, é relevante, em primeiro lugar, considerar como os intelectuais que a formularam se inserem no conjunto de contradições que subjaz à radicalização política nas sociedades latino-americanas.

Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra — amplamente reconhecidos como os fundadores da TMD²⁹ — desenvolveram sua produção intelectual sempre explicitando

²⁸ Dentre as múltiplas classificações existentes sobre as correntes da teoria da dependência, a proposta por Cristóbal Kay parece-nos a mais adequada. Esse autor sustenta a existência de uma corrente reformista e outra revolucionária. A primeira é representada pelos trabalhos dos teóricos do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), com destaque para o sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso; a segunda é composta pelos estudiosos do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile (CESO), entre os quais se destacam Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Ver: KAY, *op. cit.*, 2011.

²⁹ Não poucos estudiosos, como Cristóbal Kay e Claudia Wasserman, costumam incluir o sociólogo André Gunder Frank entre os fundadores da corrente “radical” da dependência, ou mesmo “marxista”. Apesar do inegável papel de Frank na formulação inicial da teoria da dependência, optamos por não incluir referências exaustivas às suas obras ou trajetória intelectual, pois, ao contrário dos outros três autores em que nos

suas posições políticas de esquerda vinculadas à teoria marxista. Nos documentos em que fazem um balanço de suas respectivas trajetórias acadêmicas³⁰, além disso, fica nítida a relação entre suas decisões profissionais, marcadas pela atividade militante, e a delimitação de suas temáticas coletivas e individuais de pesquisa.

Essa coincidência não é casual. O grupo de autores pertence a uma geração formada em um momento histórico de profundas transformações sociais. Suas primeiras escolhas políticas e profissionais foram moldadas pelas contradições de um Brasil marcado pelo auge e consolidação do desenvolvimentismo, expressivamente promovido pelo segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954) e pela administração de Juscelino Kubitschek (1956–1961). Ambas as gestões enfrentaram intensos conflitos políticos em razão de sua hesitante aposta reformista, que tentou se apoiar nas massas e, ao mesmo tempo, buscar alianças com setores burgueses — na maioria das vezes, de forma infrutífera.

Desde os anos 1930, o Brasil experimentou mudanças decisivas, que transformariam substancialmente sua estrutura de classes e sua configuração política. Assistiu-se à expansão do proletariado urbano, ao acelerado crescimento das cidades e à ampliação mais do que notável da burocracia estatal. Esse processo de modernização, embora atravessado por crises econômicas e pelo agravamento dos conflitos sociais, produziu efeitos progressivos. Setores do movimento operário conquistaram avanços importantes durante esse período, assim como segmentos da pequena burguesia e assalariados de classe média se integraram como trabalhadores da burocracia estatal e ampliaram sua qualificação técnica e profissional.

concentramos, ele nunca se interessou em oferecer uma contribuição ao campo teórico do marxismo. Isso também pode explicar sua incapacidade de dar conta do papel desempenhado pelo desenvolvimento da grande indústria capitalista e das relações de exploração propriamente capitalistas na modificação qualitativa do lugar subordinado da América Latina no mercado mundial. Não por acaso, Marini, Bamberger e Dos Santos, apesar de suas diferenças internas, se posicionaram criticamente frente a essas omissões de Frank. Alguns comentários a esse respeito aparecerão nos capítulos seguintes. Além disso, no início da década de 1970, ele se distanciou da reflexão dependentista, indicando seu fracasso e a necessidade de avançar na construção de uma nova abordagem teórica. Sobre a ruptura de Frank com a teoria da dependência, ver: FRANK, A. La dependencia ha muerto: viva la dependencia y la lucha de clases. Una respuesta a críticos. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 13, n. 49, p. 199-219, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3466248>. Acesso em: 10 ago. 2025.

³⁰ Os três autores mencionados redigiram memórias nas quais relatam suas respectivas trajetórias intelectuais e sua passagem pelo exílio. Esses documentos eram requisito para sua reintegração como professores universitários, no início dos anos 90. Como veremos adiante, em 1964, todos eles foram expulsos da universidade devido ao golpe empresarial-militar que acabou com as liberdades democráticas no Brasil.

1.2.1 A formação inicial

Ruy Mauro Marini iniciou sua formação profissional em 1957, quando obteve uma bolsa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para estudar Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAP) no Rio de Janeiro. De forma semelhante, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos também conseguiram bolsas para cursar seus estudos em tempo integral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no curso de Sociologia e Política. Theotônio dos Santos iniciou seus estudos em 1958, enquanto Bambirra menciona ter sido aprovado no exame de ingresso à universidade em 1959. Os três estudiosos destacam as excelentes condições de formação oferecidas pelas instituições em que estudaram, fazendo referência especial ao contato com os principais intelectuais do desenvolvimentismo no Brasil, como o sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos e outros que fizeram parte do ISEB. Em palavras de Vânia Bambirra:

Os ilustres membros do ISEB, com exceção de Hélio Jaguaribe, que pronto renunciou à direção do mesmo, por não compactuar com o que chamou de “nacionalismo sectário”, foram todos convidados, mais de uma vez, a fazerem conferências para os bolsistas. Por lá desfilaram Roland Corbisier, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto e, sobretudo Guerreiro Ramos [...] Todos esses mestres [...] foram intensamente sabatinados por nós, questionados ou glorificados [...].³¹

Theotônio dos Santos também destaca o conhecimento que adquiriu sobre as propostas desenvolvimentistas e de outros pensadores brasileiros preocupados em compreender as possibilidades de transformação da sociedade brasileira. Relembrando seus anos como estudante na UFMG, afirma ter tido um avanço significativo na compreensão das principais formulações discutidas na época: “[...] Durante o período de estudante da Faculdade de Economia avancei muito no estudo da teoria brasileira do desenvolvimento onde li toda a obra de Celso Furtado, de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré [...]”.³²

³¹ BAMBIRRA, V. **Memorial**. 1991, p. 9. Mimeografado. Disponível em: <https://vaniabambirra.wordpress.com/memorial-academico/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

³² DOS SANTOS, T. **Memorial**. 1996, p. 20. Disponível em: <https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Por sua vez, Ruy Mauro Marini também dá ênfase ao contato que teve com essas ideias e à estreita relação que estabeleceu no Rio de Janeiro com o sociólogo Guerreiro Ramos. No memorial, comenta a familiaridade que já tinha com as ideias desenvolvimentistas devido à sua formação inicial no Rio: “O período que ali passei coincidiu com o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil — com a qual eu me familiarizaria na EBAP, pela mão de Guerreiro Ramos, havendo inclusive assistido de perto o processo de formação do ISEB [...]”³³

Durante esse primeiro período formativo, além de se aprofundarem no estudo de obras canônicas das ciências sociais contemporâneas e estabelecerem um contato direto com o pensamento desenvolvimentista nacional mais difundido, os autores também iniciariam um estudo sistemático da literatura marxista, recorrendo às fontes originais, em paralelo à sua participação em atividades de militância política. Diferentemente do que foi predominante na formação da geração de esquerda anterior, cuja instrução teórica se dava, em grande medida, a partir de manuais³⁴, os autores aqui estudados demonstram um interesse em se aproximar diretamente dos “clássicos”. A leitura dos clássicos do marxismo apoiava-se, aliás, em uma ampla cultura prévia, comum aos três autores.

Assim, por exemplo, Dos Santos afirma que, antes de ter iniciado a leitura sistemática de Marx, realizou estudos sobre autores fundamentais da filosofia moderna e contemporânea, bem como estudos de história universal e brasileira. Segundo o autor, essas influências “[...] criaram, portanto, um ambiente muito adequado para me aproximar do pensamento marxista, entendido como uma espécie de historicismo radical”.³⁵

Algo bastante semelhante pode ser inferido do relato de Marini ao enfatizar o papel dos anos anteriores ao ingresso na universidade em sua formação posterior, destacando também estudos em filosofia e história que, em suas próprias palavras, seriam complementados durante sua estada na França, entre 1958 e 1960.³⁶ Vânia Bambirra também indica que, durante seus anos universitários, ela e seu companheiro realizaram uma leitura minuciosa de todos os filósofos

³³ MARINI, *op. cit.*, 1991.

³⁴ Algumas considerações sobre a difusão dos manuais soviéticos na América Latina podem ser encontradas no trabalho de Kohan. O autor destaca que, nos anos 1960, como consequência do acirramento da luta de classes na região, surgiram iniciativas de manuais alternativos à hegemonia stalinista, com textos de divulgação produzidos por autores como Adolfo Sánchez Vázquez e Marta Harnecker. Ver: KOHAN, N. **Nuestro Marx**. p. 128. Disponível em: <https://www.rebellion.org/docs/98548.pdf>. Acesso em 30 abr. 2025.

³⁵ DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996.

³⁶ MARINI, *op. cit.*, 1991.

mencionados por Marx. Em suas palavras: “[...] Queríamos dissecar plenamente a sua formação filosófica [de Marx]. Partimos de Aristóteles, Platão, passamos por Descartes, Spinoza, Leibniz, Hume, Kant, Hegel, com o objetivo de franquear definitivamente os umbrais para Marx”.³⁷

1.2.2 Entre a Política Operária e a UnB

Concluídos os primeiros estudos universitários, as trajetórias dos três passariam a se cruzar, agora no contexto da recém-inaugurada Universidade de Brasília (UnB). Fundada em 1962, seguindo o projeto inovador idealizado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, a instituição se caracterizava por uma organização institucional pouco convencional que, no campo das ciências humanas e sociais, impulsionava fortemente a articulação entre pesquisa, atividades de extensão e formação acadêmica.³⁸

Assim, uma vez recrutados por Darcy Ribeiro, Dos Santos e Vânia Bambirra chegam à recém-criada UnB em 1963 para atuarem como pesquisadores no programa de pós-graduação em Ciência Política e, ao mesmo tempo, ministrarem aulas para os estudantes de graduação. Pouco tempo depois, Marini também se integraria à instituição, desenvolvendo igualmente atividades de pesquisa no mesmo programa de pós-graduação e de ensino na graduação.

É nesse contexto que os autores também conhecerão o sociólogo norte-americano André Gunder Frank, com quem participarão de um seminário de leitura de *O Capital* de Marx. Sem pretender realizar uma avaliação sistemática da influência exercida por esse sociólogo sobre o grupo de marxistas brasileiros, é importante destacar que foi por meio de seu contato que se estabeleceram relações e intercâmbios com marxistas norte-americanos que colaboravam regularmente com a célebre revista *Monthly Review*.

³⁷ BAMBIRRA, *op. cit.*, 1991, p. 13.

³⁸ A descrição de Marini é bastante esclarecedora: “[...] Rompendo com o imobilismo e o sestro mandarinesco da Universidade tradicional, a UnB inovou em sua concepção jurídica, constituindo-se em fundação, o que ampliava sua independência em relação ao Estado, e adotando o regime celetista, com o que visava a evitar a burocratização do corpo docente; em sua concepção orgânica, baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra e faculdade próprias da universidade tradicional; em sua concepção pedagógica, que privilegiava o trabalho docente em equipe, via aulas maiores e menores, a relação ensino-pesquisa, o impulso aos cursos livres, debates e seminários e a abertura de cursos de pós-graduação; em sua concepção de pesquisa, que valorizava o entorno regional; e em sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical.” Ver: MARINI, *op. cit.*, 1991.

Deve-se destacar, ainda, que, graças a essa influência, os autores tomaram conhecimento da obra de intelectuais como Paul Baran e Paul Sweezy. Essa influência é destacada principalmente por Theotônio dos Santos, que afirma ter sido diretamente inspirado pelas posições desses autores e por sua caracterização do capitalismo do pós-guerra. As menções a essa influência são apresentadas por Dos Santos como decisivas em seu estudo da obra econômica de Marx.³⁹

Como mencionado anteriormente, o grupo de autores esteve envolvido em atividades militantes durante grande parte de sua trajetória intelectual, o que é especialmente relevante ao se considerar sua opção pelo marxismo nos primeiros anos de formação, anteriores aos respectivos exílios. Os autores relatam ter se engajado em atividades políticas durante todo o seu percurso formativo, desde o início dos estudos superiores em Minas Gerais e, no caso de Marini, como veremos mais adiante, pelo menos desde sua estadia em Paris até sua breve passagem por Brasília. A organização na qual os três participaram foi a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP)⁴⁰, da qual foram fundadores e, conforme os testemunhos individuais, desempenharam o papel de dirigentes.

A POLOP, nas palavras de Marini, constitui: “[...] a primeira expressão no Brasil da esquerda revolucionária que emergia em toda a América Latina”.⁴¹ Suas concepções programáticas romperam com a revolução por etapas defendida pelos partidos comunistas e, também, com as posições vacilantes do nacionalismo trabalhista.

Emir Sader, que também foi membro fundador da organização, indica como se deu a origem desse agrupamento político. Segundo o autor, a POLOP surgiu da:

³⁹ Nas palavras do próprio Dos Santos: “[...] A principal introdução que utilizei para o estudo da obra econômica de Marx foi o livro de Paul Sweezy ‘A teoria do Desenvolvimento Capitalista’. Posteriormente à leitura de O Capital, aprofundei-me no estudo dos Grundrisse e na História da Mais-Valia, valendo-me também dos textos das edições Coste e do Fondo de Cultura Econômica e Siglo XX”. Ver: DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996, p. 17.

⁴⁰ Não é este o espaço para discutir as questões relativas a essa organização. Consideramos relevante, apenas, destacar o que foi colocado por um de seus estudiosos: “O que faz da Polop um elemento inovador não é tanto o ineditismo de suas análises e teses, mas o espaço peculiar que ela ocupou dentro do campo marxista brasileiro da época. Tendo sido a primeira força política marxista revolucionária brasileira que não provinha do Partido Comunista nem do movimento trotskista, a organização constituiu um novo espaço no campo marxista do país. Dessa forma, a Polop inaugurou uma cultura marxista original no Brasil, capaz de estimular a formulação de uma nova e relevante interpretação da realidade econômica latino-americana, reconhecida em todo o continente como a ‘teoria marxista da dependência’, que teve como futuros formuladores os polopistas Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra”. LINEKER, N. A revolução brasileira será socialista ou não será revolução: as origens da Polop e o nascimento da “Nova Esquerda Marxista”. In: **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 1, p. 131-146, 2012.

⁴¹ MARINI, *op. cit.*, 1991.

[...] fusão de três grupos: a Juventude Socialista do Rio de Janeiro (à qual pertencia Ruy Mauro), a Juventude Trabalhista de Minas Gerais (à qual pertenciam Teotonio e Vânia) e a Liga Socialista Independente de São Paulo, à qual pertenciam (Eder Sader, meu irmão, eu e Michael Löwy) (tradução nossa).⁴²

Por isso, pode-se inferir que os teóricos da dependência participaram das primeiras instâncias orgânicas que darão origem às concepções programáticas que a POLOP defenderá.⁴³ A vinculação à POLOP está relacionada com organizações que, inicialmente, não possuíam uma definição clara em torno do marxismo, o que expressa o clima de radicalização vivido naquele contexto. Esse processo pode ser percebido nos memoriais dos autores.

Ainda em sua época de estudante da Faculdade de Economia da UFMG, Vânia Bambirra relata como seu interesse pelo marxismo e sua vocação como cientista social desembocaram naturalmente no trabalho de base. Comentando suas escolhas juvenis, a teórica afirma: “[...] para ser boa cientista, eu não podia ser de gabinete ou apenas um verme de livros. Tinha de sujar os pés de lama, [...] aprender com os movimentos sociais”.⁴⁴

Dessa forma, a autora indica que, junto com outros bolsistas da universidade, promoveu atividades de formação em favelas e produziu materiais destinados à capacitação de monitores entre os moradores das regiões periféricas. Posteriormente, participaria ativamente da organização das Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Minas Gerais. Bambirra passaria a integrar a direção das Ligas Camponesas em Minas Gerais e, em 1963, já como militante da POLOP, em Brasília, retomaria as atividades de formação em favelas. Nesse mesmo ano, viajaria a Cuba como representante da organização.

Theotônio dos Santos assinala que o início de sua militância partidária ocorreu em 1961, quando participou de um dos núcleos fundadores da POLOP. Ao se referir às atividades desenvolvidas durante sua permanência na organização, o teórico destaca ter assumido o papel de dirigente nacional em 1964, o que o levou a uma militância ativa nos movimentos estudantil,

⁴² SADER, E. Algunos recuerdos de Chile. In: CÁRDENAS, J.; LANA SEABRA, R. **El giro dependentista latinoamericano**: Los orígenes de la teoría marxista de la dependencia. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022. p. 204.

⁴³ É o que também se desprende do texto de Lienker citado na nota de rodapé 40.

⁴⁴ BAMBIRRA. *op. cit.*, 1991, p. 13.

sindical, de favelas e camponês, além de tarefas relacionadas à participação eleitoral e ao debate ideológico.⁴⁵

Ruy Mauro Marini, por sua vez, relata ter se vinculado a uma organização que antecedeu a formação da POLOP, ainda na França, no início dos anos 1960, ao entrar em contato com Enrico Sachs e o grupo de exilados brasileiros que editavam a revista *Movimento Socialista*, órgão da juventude do Partido Socialista. Sua atuação militante nesse período não é descrita com muita clareza, mas ele menciona que um de seus primeiros textos críticos ao desenvolvimentismo data justamente dessa época, como contribuição à referida publicação. Pelas datas, pode-se inferir que Marini já mantinha um vínculo orgânico com o grupo que daria origem à POLOP, dado que, por ocasião do golpe de Estado de 1964, ele integrava a direção da organização.

A participação ativa nas atividades da POLOP e nas discussões programáticas dessa organização constitui um elemento fundamental para a compreensão do desenvolvimento da TMD, na medida em que muitas de suas teses já apontavam para ideias-chave relacionadas, sobretudo, aos limites do processo de industrialização dependente e à forma como o Brasil se inseria na cadeia imperialista. Em termos teóricos, além das recorrentes referências à influência de autores norte-americanos na formação da TMD — como Paul Baran, Paul Sweezy e o próprio André Gunder Frank —, devem ser consideradas as contribuições da tradição marxista transmitida por Erico Sachs, dirigente da POLOP, aos jovens intelectuais e militantes da organização.

Uma influência perceptível na obra de Marini, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de sua teoria do subimperialismo, é a caracterização do capitalismo no pós-guerra elaborada por August Thalheimer. Sachs foi responsável por difundir as contribuições da corrente crítica do estalinismo representada por Thalheimer e por outros marxistas europeus, cujas posições divergiam significativamente daquelas sustentadas de forma pioneira pela tradição trotskista⁴⁶. Trata-se de uma influência ainda pouco explorada pela bibliografia dedicada à TMD e que tampouco parece ter sido adequadamente avaliada pelos próprios teóricos dependentistas.

Por outro lado, as avaliações pessoais sobre a influência da passagem de Marini, Bambirra e Dos Santos pela UnB são diversas nos próprios relatos dos autores aos quais nos referimos. Embora alguns apontem que a estadia foi proveitosa, outros — em especial Vânia Bambirra —

⁴⁵ DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996, p. 22.

⁴⁶ Sobre a influência de Thalheimer no programa da POLOP e o papel de Erich Sachs, ver: DA SILVA, F.; CARDOSO, G. **Teoria da dependência e América Latina**: análise crítica na perspectiva da Revolução Permanente. São Paulo: Editora Sundermann/Corações e Mentes, 2018, p. 179-184.

minimizam sua influência na elaboração da teoria da dependência. O certo é que, entre 1963 e 1964, o que mais se destaca na produção desses autores são escritos e atividades vinculadas à militância política que todos eles desenvolviam a partir de sua relação com a POLOP. Não se pode afirmar, portanto, que o seminário sobre *O Capital* tenha sido especialmente decisivo nos desenvolvimentos teóricos posteriores dos autores, sobretudo considerando a brevidade do período. Ainda assim, sua própria realização revela um interesse em abordar de forma sistemática a principal obra teórica de Marx, em paralelo ao desenvolvimento de suas atividades políticas.⁴⁷

O golpe de Estado de 1964 no Brasil frustrou, de forma precoce, essa dinâmica intelectual e política, ao mesmo tempo em que estimulou, nos autores aqui estudados, uma reflexão sobre a sombria conjuntura que os obrigaria ao exílio. A plena consciência de que o processo de luta de classes se tornaria cada vez mais agudo, e não apenas no Brasil, incentivou os autores a elaborar uma crítica que viria a constituir a base da contestação sistemática tanto à ortodoxia estalinista quanto à ideologia desenvolvimentista — ou seja, do conjunto de contribuições que seriam, mais tarde, identificadas sob o título de TMD. Nesses trabalhos, a análise da experiência histórica brasileira desempenha um papel fundamental e constitui o ponto de partida da reflexão posterior, marcada por sua pretensão de examinar as contradições fundamentais da América Latina. Comentaremos, a seguir, alguns desses trabalhos.

1.3 AS REFLEXÕES ANTERIORES AO EXÍLIO NO CHILE

⁴⁷ Durante os anos sessenta, desenvolveram-se no Brasil e na América Latina diversas iniciativas semelhantes de leitura da obra de Marx, fundamentalmente de *O Capital*. O interesse por essa obra, segundo muitos de seus participantes, estava diretamente relacionado às urgências teóricas que a ação política impunha à geração de jovens militantes que contestava as posições políticas hegemônicas na esquerda. Tratava-se, portanto, de um interesse intelectual subordinado às necessidades da militância política. No caso dos dependentistas dos quais tratamos neste capítulo, os motivos subjacentes à leitura grupal de *O Capital* parecem ser também esses. Ao comentar tais iniciativas, Theotônio dos Santos as situa, ademais, como um fenômeno não apenas latino-americano. O cientista social afirma: “O movimento de leitura d’O Capital transformou-se numa febre mundial. Em São Paulo, o Seminário d’O Capital reuniu por vários anos a nata das ciências sociais e da filosofia da USP. Em Brasília, formamos um grupo que reunia os melhores professores em torno da leitura d’O Capital. No Chile, formamos com Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Aníbal Quijano, Pedro Paz, Vânia Bambirra, e vários outros, um excelente seminário que depois se estendeu a outros temas. Em Cuba, Ernesto Che Guevara formara um seminário de leitura d’O Capital com seus ministros e colaboradores mais diretos. Na França, Althusser criara um grupo de leitura que daria origem ao seu livro *Ler o Capital*.” Ver: DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996. Uma reflexão sobre a geração de intelectuais brasileiros que impulsionou essas iniciativas e sua relação com o exílio pode ser lida em: SADER, E. Nós que amávamos tanto O Capital – fragmentos para a história de uma geração. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, 2005, p. 150-177.

Como estudante de pós-graduação na UnB, Vânia Bambirra havia iniciado a redação de uma tese cujo objeto de estudo era a questão agrária brasileira. Os avanços desse trabalho foram perdidos com a invasão das forças repressivas do Estado na universidade em 1964. O tema da tese, muito provavelmente, foi influenciado por sua participação nas Ligas Camponesas, já mencionada anteriormente.

O conhecimento adquirido nesses temas ressoará em um de seus livros mais importantes: *El capitalismo dependiente latinoamericano* (1974),⁴⁸ onde a autora demonstra um profundo conhecimento da seção sexta do volume III de *O Capital*, dedicada à questão da renda da terra. Nessa obra, a partir da proposição marxiana original, é apresentada uma tipologia das formas particulares de desenvolvimento capitalista que implicam o processo de desenvolvimento da grande indústria. Além disso, a análise de diversos casos nacionais da América Latina também revela as formas particulares que a contradição entre a burguesia industrial e os proprietários de terras assume em torno da apropriação da riqueza produzida socialmente. Ela mostra como a superação da estrutura latifundiária, apesar de ser funcional ao processo de acumulação capitalista, não poderia ser realizada por uma burguesia comprometida com a classe terratenente, pois tal medida implicaria um questionamento da propriedade privada de forma geral.

Não há dúvida de que o ponto de partida para essa reflexão foram as contradições do processo político e econômico brasileiro anteriores ao golpe de 1964. Essa formulação, no entanto, só adquiriria sistematização em trabalhos posteriores. Como destaca a própria autora em uma avaliação retrospectiva⁴⁹, sua maturidade teórica só seria alcançada no contexto do exílio chileno e sua participação nas atividades do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, que comentaremos no próximo capítulo. Apesar disso, nos parece importante destacar, neste momento da exposição, que o trabalho em questão guarda uma relação de continuidade com projetos de pesquisa anteriores, que, por sua vez, remetem aos compromissos militantes assumidos pelos autores antes da primeira experiência de exílio.

Theotônio dos Santos conseguiu publicar um livro no Brasil antes de se exilar, fruto da pesquisa para a tese que também deveria defender como estudante de pós-graduação na UnB. Essa pesquisa abordava a estrutura de classes no Brasil, com especial atenção à burguesia. O título desse

⁴⁸ BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XX Editores, [1974], 1999.

⁴⁹ BAMBIRRA, *op. cit.*, 1991, p. 28.

trabalho foi *As Classes Sociais no Brasil: primeira parte – Os Proprietários*. Os materiais produzidos nessa pesquisa, segundo suas próprias palavras⁵⁰, serviram como base para a redação de um livro publicado em 1962, intitulado *Quais são os inimigos do povo* (1962).⁵¹ A obra corresponde ao volume número 6 da importante coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, organizada por Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira, sob o selo da editora Civilização Brasileira, vinculada ao ISEB.⁵²

Escrito com um estilo claro e didático, o livro, como todos os da coleção, era dirigido “[...] à liderança operária e camponesa, à massa estudantil e aos homens do povo em geral [...]”⁵³ e apresentava, de forma simples, uma tipologia dos sujeitos sociais que atuavam como inimigos ou aliados do povo brasileiro. Seu objetivo era servir como instrumento de avaliação da política de alianças da esquerda em um contexto marcado pela crise do modelo econômico desenvolvimentista e dos governos que a implementavam, tomando como fio condutor uma perspectiva crítica da conciliação de classes então defendida pelas principais direções da esquerda. Por isso, a crítica às alianças com setores da burguesia nacional constitui uma das principais consequências das caracterizações presentes na obra, que parece pretender contribuir para a formulação de uma nova estratégia anti-imperialista para o Brasil dos anos 1960.

Isso se manifesta, em primeiro lugar, na caracterização do “populismo” como uma postura vacilante, que dificulta o desenvolvimento da consciência de classe e da organização autônoma dos trabalhadores. Embora o autor distinga diversas variantes do “populismo”, sua crítica mais incisiva à política conciliadora da esquerda brasileira, antes do golpe de 1964, concentra-se na caracterização que faz dos dirigentes políticos vinculados ao Trabalhismo. Distanciando-se de uma posição conciliatória, amplamente difundida entre a esquerda e a intelectualidade pequeno-burguesa de então, políticos como Getúlio Vargas ou João Goulart, entre outros, são apresentados como agentes de uma ideologia paternalista que tem a pretensão de diluir artificialmente os

⁵⁰ DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996, p. 24.

⁵¹ Publicado sob o nome de Theotônio Júnior, o título da obra assemelha-se ao de obras da tradição marxista que circulavam na época. Veja, por exemplo: LENIN, V. I. **¿Quiénes son los “amigos del pueblo” y cómo luchan contra los socialdemócratas?** Moscou: Progreso, 1973.

⁵² A publicação de uma obra de inspiração marxista, escrita por um membro da esquerda radical, em uma editora vinculada ao ISEB, pode ser explicada pela fase de radicalização relativa que essa instituição viveu antes de 1964. Esse período coincidiu com a perda do financiamento estatal. Sobre a radicalização do ISEB e a coleção *Cadernos do Povo Brasileiro* ver: LOVATTO, A. Iseb: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. In: **Revista princípios**. Teoria, política e cultura. v. 40. n. 162. p. 9-40.

⁵³ DOS SANTOS, T. **Quais são os inimigos do povo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

antagonismos de classe. Dessa forma, o autor se posiciona contra aqueles que — segundo sua avaliação — incentivavam entre os trabalhadores a ideia de que suas conquistas dependiam da “boa vontade” das lideranças reformistas e da colaboração com elas para o sucesso de suas gestões. Em suas palavras:

[...] o banqueiro ou o industrial que se apresentam como amigos do trabalhador, como país do trabalhador (Getúlio, Ademar, João Goulart, etc.) [...] dão a entender que resolverão os problemas do povo porque estão ao seu lado, como pai ao lado do filho. Mas, em vez de mostrar os direitos que o povo tem, transformam-nos em humilhante dádiva que concedem as camadas populares. Em vez de desenvolverem a confiança do trabalhador em si mesmo e em sua classe, procuram amortecer nele o espírito de luta, levando-o a crer que a solução de seus problemas virá de cima para baixo.⁵⁴

Em termos simples, o autor buscava superar as posturas apologéticas que relegavam a um segundo plano a organização independente do povo, com o objetivo de subordinar seus interesses às necessidades de um governo supostamente anti-imperialista. Nesse sentido, procurava também evidenciar as contradições das gestões populistas, deixando claro que, embora em determinadas conjunturas elas cedessem a termos reformistas diante das exigências do movimento operário ou adotassem uma política externa aparentemente independente, essas ações, em essência, visavam obter apoio social para a negociação com o imperialismo e a burguesia. Tratava-se de uma política baseada na tentativa ingênua de harmonizar os interesses das distintas frações capitalistas, a fim de dar continuidade ao processo de industrialização a qualquer custo.

Essa crítica também se torna explícita na forma como o conceito de imperialismo é apresentado no livro. Ele não é concebido simplesmente como uma força externa e inteiramente contrária ao desenvolvimento industrial, mas, sim, como um fenômeno intrinsecamente vinculado aos fundamentos da estrutura econômica local e de setores burgueses locais. À concepção “clássica” do imperialismo como promotor da condição primário-exportadora — que se expande “colonizando” novos mercados com bens industriais — soma-se, na análise do autor, uma atenção particular ao processo de penetração do capital estrangeiro em setores que, até antes da década de 1940, eram pouco atrativos para esse capital, dadas as condições concretas do Brasil.

Assim, o imperialismo não é apresentado apenas em sua relação com os grandes latifúndios e com os setores mais “arcaicos” e “atrasados” das classes dominantes, nem unicamente como

⁵⁴ *Ibid.*, p. 14.

beneficiário da troca desigual decorrente da assimetria entre os preços das matérias-primas e dos produtos manufaturados. Considerando também essas relações, o autor examina a intensa exportação de capitais que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, um processo inovador por sua orientação ao setor manufatureiro e que, portanto, implicava um estímulo, ainda que restrito por sua forma imperialista, ao processo de modernização das sociedades da periferia do sistema capitalista, como a brasileira.⁵⁵

Com base nessa análise, o autor estuda as formas de inserção do capital estrangeiro, mostrando como, devido ao caráter atrasado da burguesia brasileira, esta necessita, para garantir a continuidade do processo de acumulação, da implementação de políticas favoráveis a tais investimentos e de sua associação com eles. Isso significa, para o autor, o abandono das tentativas de “desenvolvimento capitalista autônomo” que os governos populistas procuraram realizar de forma vacilante. Em oposição às posturas que justificavam a inserção do capital estrangeiro como via para superar o “subdesenvolvimento”, o autor expõe como sua penetração exacerba a exportação de lucros sob múltiplas modalidades, principalmente por meio dos royalties decorrentes do monopólio tecnológico; promove o desenvolvimento de ramos da produção desvinculados das necessidades da imensa maioria da população; e aprofunda a destruição da média e pequena indústria, tratando-se de uma industrialização que se desenvolve sobre fundamentos monopolistas.⁵⁶

Outro momento em que se destaca a crítica às posições do desenvolvimentismo, e ao programa do PCB, é na caracterização da burguesia industrial. Mesmo reconhecendo que ela tem interesse no desenvolvimento das forças produtivas e até mesmo que encarna as ideias mais progressistas e os projetos de desenvolvimento que expressam as aspirações dos setores populares mais avançados, o autor afirma que nada disso significa que deixe de ser inimiga do povo. “[...] Enquanto houver um sistema no qual o lucro seja o móvel da atividade industrial, haverá sofrimentos inúteis para o povo”.⁵⁷

⁵⁵ Registrando a inserção do capital estrangeiro, o autor afirma: “[...] No começo, penetravam sobretudo no setor de serviços (não industrial e não agrícola), que dava maiores lucros e não desenvolvia suficientemente o país. Nos últimos anos, passaram a dominar setores básicos da nossa economia: a indústria automobilística (que praticamente destruiu a Fábrica Nacional de Motores), a indústria química e farmacêutica [...]”. *Ibid.*, p. 45.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 44-48.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 91.

A crítica a esses setores parte de uma exposição sintética das determinações mais gerais⁵⁸ do antagonismo fundamental da sociedade capitalista — a contradição entre capital e trabalho — e prossegue mostrando o caráter necessariamente anárquico da produção nela inserida, fundado na necessidade incessante de lucro e na dinâmica da concorrência, que conduz, inevitavelmente, à crise.

Dado seu caráter inerentemente disruptivo, o autor afirma que “[...] o maior inimigo do povo é o sistema capitalista”.⁵⁹ Afirma-se, portanto, que é contra esse sistema que deve se dirigir, “em última instância”, a luta do povo. Essa afirmação, contudo, é desenvolvida ressaltando os aspectos progressivos desse modo de produção, principalmente em comparação com o regime colonial. A questão, para o autor, reside no fato de que o processo de desenvolvimento entra em contradição com as relações de propriedade burguesas, o que o leva a concluir que “[...] o povo organizado e consciente é que deve agora fazer avançar o processo de desenvolvimento, sem os defeitos e as crises que o capitalismo provoca nem seu injusto sistema de divisão social”.⁶⁰

As afirmações do autor deixam margem para apoios táticos à burguesia industrial, na medida em que ele identifica uma orientação progressista frente ao atraso impulsionado por outras classes dominantes. Assim, em sua análise da burguesia industrial — setor que promove a implantação do sistema capitalista — também se assinala aquilo que a distingue de outros “inimigos do povo”. Ela é retrógrada, segundo o autor, na medida em que deseja manter a propriedade privada e progressista enquanto se opõe aos latifundiários, exportadores e imperialistas interessados em impedir o desenvolvimento nacional. Disso decorre que o povo deve assumir uma atitude ambígua diante dessa classe social: “[...] apoiá-los, quando combatem os reacionários, e atacá-los e denunciá-los, quando se voltam contra o povo em defesa de seus lucros e interesses”.⁶¹

A natureza dessa análise revela uma tensão interna na crítica de Dos Santos à esquerda brasileira e às posições desenvolvimentistas. Embora rompa com muitas dessas concepções, sua

⁵⁸ A síntese avança de forma sucinta desde a forma mercadoria, passa pelas determinações do valor e chega, por fim, à origem do lucro e a uma definição operativa do processo de acumulação capitalista: “[...] O capital é, portanto, o trabalho não pago ao trabalhador, que é investido para obter uma quantidade ainda maior de trabalho gratuito. Esse processo se chama acumulação capitalista. Acumulação porque cresce sempre. Cada vez mais os lucros se distanciam dos salários, pois, com o progresso técnico, são necessários menos trabalhadores para produzir uma quantidade maior, e esses trabalhadores se concentram em indústrias cada vez maiores”. *Ibid.*, p. 94-95.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 97.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 98.

⁶¹ *Ibid.*, p. 98.

formulação ainda parece estar influenciada pelo contexto intelectual da época, pautado pela dicotomia entre atraso e desenvolvimento.

Em sua exposição, nota-se uma identificação entre a superação do capitalismo e concepções de planejamento e desenvolvimento econômico em escala nacional, que criticam as relações de propriedade burguesas apenas ao passo que constituem um obstáculo à plena liberação das forças produtivas, reconhecida imediatamente com o desenvolvimento industrial. A transição ao socialismo parece limitar-se a isso e não envolve um processo de ordem mais geral, vinculado à superação do conjunto do sistema capitalista e da abolição da contradição capital-trabalho. Para Dos Santos, diante da posição vacilante da burguesia industrial, caberá ao povo assumir “[...] o comando da luta pelo desenvolvimento, eliminando-lhe os aspectos negativos [...]”. Nessa leitura, a classe *verdadeiramente* desenvolvimentista seria o povo: “[...] Cabe às lideranças e às organizações populares encabeçar a luta contra os fatores antidesenvolvimentistas [...]”.⁶²

Na obra aqui analisada, Dos Santos tende a concentrar-se mais nos representantes políticos e no imperialismo do que na burguesia industrial ou nacional, no que diz respeito à sua impotência produtiva e à forma como isso determina sua incapacidade política. Embora as limitações desta última sejam mencionadas, em alguns momentos os capitalistas locais são apresentados como uma classe dominada pelo imperialismo, sem que se exponha claramente qual seria o fundamento dessa dominação. Isso, mais uma vez — mesmo reconhecendo a imbricação na estrutura de classes interna —, pode aproximar sua leitura daquelas que situavam o imperialismo como um agente externo, essencialmente oposto à industrialização dos países periféricos e em contradição fundamental com a burguesia nacional.

Assim, por exemplo, afirma: “Outra forma de dominação do capital estrangeiro é a falsa ‘aliança’ com o capital nacional. Na verdade, esta aliança não passa de dominação de nosso capital pelo estrangeiro”.⁶³ Um sentido similar aparece quando a falência de pequenos capitalistas é vista como um aspecto especialmente disruptivo ou antipopular, dado o caráter monopolista da concentração e centralização do capital. Na medida em que se afirma como algo positivo o apoio

⁶² *Ibid.*, p. 101-102.

⁶³ *Ibid.*, p. 47.

econômico do Estado a esses capitais ineficientes, verifica-se um movimento que, ainda, abre margem para a colaboração com setores burgueses locais.⁶⁴

Apesar disso, torna-se evidente uma crítica de ordem política, marcada pelo sentido que deveria assumir a política de alianças das forças de esquerda para alcançar um processo de desenvolvimento econômico que, na formulação do autor, não poderia ocorrer sem o questionamento das relações de propriedade burguesas — o que, mesmo com as limitações apontadas, não constitui algo pouco relevante no contexto intelectual da época. Não sem ambiguidades, existe uma diferença entre essa posição e aquelas que sequer chegavam a questionar as relações de propriedade e que atribuíam um papel preponderante à burguesia na política de alianças das forças revolucionárias.

As formulações aqui sintetizadas são aquelas que, em nossa compreensão, exemplificam de forma mais clara a crítica de Dos Santos ao desenvolvimentismo e à política conciliatória da esquerda. A caracterização do imperialismo, do populismo e dos grandes industriais constitui momentos essenciais dessa formulação, mas o livro não se limita a eles. Em suas páginas, além da tipologia que identifica os inimigos do povo, encontra-se também uma caracterização dos inimigos no seio do próprio povo⁶⁵, bem como uma definição deste último. Em estreita relação com a análise econômica anterior, são apresentadas diretrizes daquilo que, na compreensão do autor, deveria constituir a perspectiva estratégica das classes que compõem esse conglomerado.

Os operários e assalariados são apresentados, em primeiro lugar, como membros que compõem as classes populares. O autor atribui centralidade aos primeiros por sua condição objetiva na produção, o que, por sua vez, determina que sejam a classe realmente capaz de realizar a revolução e dirigi-la no interesse das demais classes. Segundo o autor, aqueles assalariados que não trabalham diretamente na produção, ao contrário, apresentam limitações para compreender os problemas coletivos. Os camponeses também fazem parte desse agrupamento; a reivindicação pela

⁶⁴ Por exemplo, cita-se como medida capaz de possibilitar a “passagem do poder para a classe operária no Brasil”, entre outras coisas: “[...] aproveitamento dos recursos atualmente desperdiçados, principalmente na pequena indústria, à qual deve ser proporcionado auxílio técnico e financeiro”. *Ibid.*, p. 102-103.

⁶⁵ No capítulo VI do livro, o autor realiza uma tipologia dos inimigos no seio do povo. Não se trata aqui, estritamente, de classes sociais. São, antes, elementos que não fazem parte da classe dominante e que, em função de sua condição especialmente alienada à ideologia dominante, alinham-se ao lado dela. *Ibid.*, p. 107-112.

terra, tão urgente no contexto brasileiro de finais dos anos sessenta, faz com que esses apareçam como “[...] sustentáculo da primeira fase do movimento revolucionário brasileiro”.⁶⁶

Em terceiro lugar, aparecem os estudantes e os intelectuais. Apesar de sua origem de classe, na medida em que, na sociedade moderna, ocupam um papel de destaque na produção científica, terão também um papel relevante na luta pela nova sociedade. Ainda assim, são caracterizados como forças vacilantes e precisam ser conquistados e conduzidos pela classe operária.

Os pequenos proprietários também aparecem nessa aliança e fazem parte das forças populares, pois são afetados pela concentração e centralização do capital, tendendo à proletarianização. No entanto, por sua formação individualista, podem adotar atitudes “quixotescas”, segundo o autor, e, em determinadas circunstâncias, chegam também a apresentar posições reacionárias. Nas condições particulares em que escreve o autor, constata que alguns deles se aproximam do povo a partir da compreensão das tendências históricas em curso.

Para o autor, se for alcançada, a unificação desse conjunto de camadas criará uma força revolucionária capaz de marchar rumo à tomada do poder. O papel de vanguarda política — isto é, a condução política do povo — caberá, nessa leitura, aos elementos mais avançados de todas essas classes: “Dentro delas os operários e camponeses, assim como os intelectuais revolucionários, desempenham papel decisivo, o de fonte da vanguarda popular”.⁶⁷ Em sua avaliação, a função dessa vanguarda é conhecer a realidade, organizar-se como grupo independente e revolucionário com o objetivo de levar a classe operária ao poder. A tarefa é desenvolver instâncias organizativas para alcançar “[...] a eliminação do capitalismo e instalação do socialismo”.⁶⁸

Como se torna evidente, as reflexões do autor conseguem ser críticas das posições conciliatórias, mas ainda mantêm certa continuidade com elas, na medida em que permanecem ancoradas na dicotomia atraso-desenvolvimento — típica de uma lógica progressista que identifica industrialização e desenvolvimento das forças produtivas com o socialismo. Apesar disso, no contexto político e intelectual da época, constituem uma reflexão inovadora, ao pautar como tarefa imediata do povo brasileiro a luta pelo poder e pelo socialismo, superando, assim, claramente o etapismo.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 17.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 118.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 121.

O estudo do capitalismo brasileiro e a caracterização dos sujeitos sociais em luta seria, nas palavras do autor, parte de uma investigação maior que teria continuidade no Chile, onde aprofunda o estudo teórico das classes sociais. Estando na clandestinidade após o golpe de 1964⁶⁹, Dos Santos iniciaria uma investigação sobre as origens desse acontecimento, concentrando-se em explicar seus fundamentos econômicos. Nesse período, entende que o golpe no Brasil deveria ser enquadrado em uma crise cíclica que ocorre de forma clara desde, pelo menos, 1961. Ao referir-se a isso, sustenta: “[...] coloquei o processo político de 1961-1964 dentro da análise do processo de acumulação capitalista, das lutas sociais nela enraizadas e das perspectivas e saídas propostas pelas várias classes sociais [...]”.⁷⁰ Esses estudos, que não chegaram a ser publicados no Brasil, viriam à luz em edições publicadas no Chile e no México.

Ruy Mauro Marini, por sua vez, indica que, antes do golpe de 1964, preparava uma tese sobre o fenômeno do bonapartismo no Brasil. Os avanços alcançados durante sua permanência na UnB, muito provavelmente, também lhe seriam úteis na elaboração dos artigos que redigiria no México entre 1965 e 1968⁷¹, nos quais a preocupação fundamental seria compreender o significado histórico da investida golpista. A possível relação entre os materiais da tese e os artigos do México se infere porque, nestes últimos, emprega-se o conceito de bonapartismo para caracterizar figuras como Juan Domingo Perón, Getúlio Vargas, Jânio Quadros ou João Goulart.⁷²

Esses escritos, como o próprio autor assinala, também se nutriram de sua atividade militante, mais precisamente dos informes e análises que realizava como dirigente da POLOP.⁷³ Após sua publicação individual, os textos passaram a ser reunidos em um livro intitulado

⁶⁹ O autor e sua companheira Vânia Bambirra entrariam na clandestinidade em 1964 e viveriam nessa condição em São Paulo até 1966, ano em que partem para o exílio no Chile. Ver: DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996 e BAMBIRRA, *op. cit.*, 1991.

⁷⁰ DOS SANTOS, *op. cit.*, 1996, p. 24.

⁷¹ Em ordem cronológica de publicação, temos: MARINI, R. M. Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. **Foro Internacional**, v. 5, n. 4, abril-junho, 1965; MARINI, R. M. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. **Cuadernos Americanos**, vol. CXLVI, n. 3, México, maio-junho, 1966; MARINI, R.M. Subdesenvolvimento e revolução na América Latina. **Tricontinental**, n. 7, Cuba, 1968.

⁷² O bonapartismo que se desenvolve na América Latina será concebido por Marini como uma política que se vale da mobilização das massas para beneficiar os interesses da burguesia industrial em detrimento dos da burguesia agrário-mercantil. Assim, afirma: “[...] la burguesía industrial echará mano de la presión de las masas ciudadanas, que aumentará considerablemente en el periodo precedente, en el marco de un juego político conocido corrientemente por “populismo”. Su fruto será el establecimiento de regímenes de tipo bonapartista, cuyo ejemplo más claro es el gobierno de Perón”. Ver: MARINI, R. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XX Editores, [1969] 1970. p. 14.

⁷³ MARINI, *op. cit.*, 1991.

Subdesarrollo y Revolución en América Latina (1969)⁷⁴, que contou com numerosas traduções e ampla difusão na esquerda latino-americana da época. Além dos artigos publicados anteriormente, o livro incluiu um capítulo dedicado a dialogar diretamente com as vanguardas políticas do Brasil.⁷⁵ Um dos traços mais relevante desse texto é sua avaliação crítica da política de luta armada desenvolvida pelos setores da esquerda mais radicalizados no Brasil. Comentamos esse aspecto ao final desta seção.

Com o intuito de se afastar das interpretações que compreendiam o golpe de 1964 como “mais uma quartelada”, motivada fundamentalmente pelos interesses do imperialismo estadunidense, os textos que analisam os então recentes acontecimentos no Brasil não se limitam à descrição das transformações políticas conjunturais. Mas do que isso, situam o processo histórico-concreto da luta de classes em sua imbricação necessária com as particularidades da acumulação capitalista no país.

Por essa razão, o autor inicia sua análise pelo período “chave” do desenvolvimento industrial brasileiro (1930–1950), concebido como fruto de condições excepcionais derivadas das duas guerras mundiais e da crise de 1929. Em conjunto, esses eventos, segundo o autor, geraram obstáculos às importações de bens manufaturados, impulsionando a reorientação da produção industrial — já em curso nas duas primeiras décadas do século XX — no sentido de atender à demanda das camadas médias e altas vinculadas ao setor exportador (este último também caracterizado como “burguesia agrário-mercantil”).⁷⁶

Constituem-se, então, segundo o autor, condições para o desenvolvimento e a consolidação de uma burguesia industrial que produz para o mercado interno e que buscará, paulatinamente, afirmar-se no poder. O “Estado Novo” é a forma política que tal processo assume e implica, assim, o estabelecimento de um pacto conjuntural entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil.

⁷⁴ MARINI, *op. cit.*, 1970.

⁷⁵ Fazendo alusão ao processo de edição do livro, Marini comenta outras modificações relevantes nos textos anteriormente publicados que passariam a compor a nova publicação: “[...] Abrindo com o ensaio de 1967 sobre a América Latina, reuni ali meus estudos sobre o Brasil (reformulando, para incluir minhas considerações sobre a indústria bélica, o que se referia à política exterior) e acrescentei um ensaio sobre a problemática da esquerda, que muito deve às discussões que tive com os presos políticos libertados, em particular Vladimir Palmeira [...]” MARINI, *op. cit.*, 1991.

⁷⁶ MARINI, *op. cit.*, 1970.

A viabilidade dessa aliança, denominada pelo autor como “compromisso político de 1937”, reside não apenas na reorientação da produção manufatureira para a satisfazer a demanda interna das camadas altas da sociedade, mas também nos investimentos de capital que fluem do setor agrário para o setor industrial, diante da ausência de espaços de investimento no contexto turbulento que caracterizava o mercado mundial. Em essência, para Marini, é essa modificação no processo de acumulação que está na base das iniciativas reformistas de Getúlio Vargas e de seus sucessores. As urgências do processo de industrialização em curso exigiam, nessas condições, um forte protecionismo estatal e concessões à classe trabalhadora.

Dessa forma, segundo o autor, o conteúdo de classe do “Estado Novo” não pode ser compreendido como uma espécie de revolução burguesa, ou como a investida da burguesia nacional contra o imperialismo e os setores oligárquicos. Antes disso, trata-se de um pacto interburguês no qual a burguesia industrial estava objetivamente impedida de realizar uma política de oposição consequente à burguesia agrário-mercantil pelas relações com ela estabelecidas. Para o autor, o “Estado Novo” e o compromisso de 1937 significam, para a burguesia industrial, a rejeição:

[...] a cualquier iniciativa revolucionaria, su alianza con las viejas clases dominantes en contra de las alas radicales de izquierda y el encauzamiento del desarrollo capitalista en el cuadro trazado por los intereses de la coalición dominante que se forma durante ese año [...].⁷⁷

Apesar dessa aliança, os enfrentamentos políticos continuam sendo determinados pelos limites da forma de acumulação que deu origem à industrialização brasileira, como já apontado anteriormente. O declínio do pacto entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial reside justamente nas limitações inerentes a esse esquema. O crescimento da produção industrial, segundo o autor, gera um processo de acumulação de capital que tende a entrar em choque com a estreiteza do mercado interno, o que leva a burguesia a considerar a reforma agrária como uma possível solução.

Ao mesmo tempo, torna-se evidente a incapacidade do setor externo de se constituir como uma fonte contínua de financiamento, especialmente a partir dos anos cinquenta. Marini afirma que, em muitas ocasiões, o governo precisou intervir, garantindo os lucros dos plantadores e exportadores por meio da compra de estoques a preços elevados, o que, na prática, representava a

⁷⁷ *Ibid.*, p. 10.

imobilização de recursos necessários para a atividade industrial. Por isso, não surpreende que as tensões políticas entre ambas as frações burguesas tenham se intensificado à medida que as condições mundiais de acumulação também se modificaram.⁷⁸

A presença crescente do capital estrangeiro no setor industrial a partir de meados dos anos 1940, longe de permitir a superação da crise do setor externo, acaba por agravá-la, devido à necessidade de apropriação de divisas exigida pela valorização desse capital. Por volta de 1956, verifica-se uma mudança de orientação política favorável a esse tipo de capital com a Instrução 113, que marca de forma definitiva a renúncia à política nacionalista esboçada por Vargas. A gestão de Vargas — cujas dificuldades culminarão em sua morte — e as constantes crises que afetarão os governos posteriores são manifestações do que o autor denomina “ruptura da complementariedade”.

Antes de discutir os efeitos do imperialismo nesse processo, tal como proposto por Marini, convém apresentar os mecanismos de solução que o próprio processo de acumulação engendra diante da contradição representada pelo crescimento do setor industrial sem um correlato na expansão do mercado interno. Para isso, é útil a seguinte citação, que também mostra a forma em que o autor entendia a relação entre a “questão agrária” e o processo de industrialização:

[...] Se trata de ver que sosteniendo la capacidad productiva del sistema agrario (mediante la compra y el almacenamiento o la quema de los productos inexportables), el Estado garantizaba a la burguesía un mercado inmediato, el único en realidad, de que podía disponer en la coyuntura mundial de crisis [...] ese sistema agrario mantenía, simultáneamente, su capacidad productiva a un nivel inferior a las necesidades efectivas de empleo de las masas rurales, forzando un desplazamiento constante de mano de obra hacia las ciudades. Esa mano de obra migratoria no iba a engrosar, tan sólo, la clase obrera empleada por las actividades manufactureras, sino que crearía un excedente permanente de trabajo; es decir, un ejército industrial de reserva que permitía a la burguesía rebajar los salarios e impulsar la acumulación de capital exigida por la industrialización [...].⁷⁹

O aspecto central desse esquema é que ele consolidava a grande propriedade agrária ao mesmo tempo em que promovia a modernização das relações sociais no campo. Como resultado, produzia-se um excedente de força de trabalho de origem rural, cuja migração para as cidades gerava pressão para o rebaixamento salarial no meio urbano. Dessa forma, tanto os setores

⁷⁸ *Ibid.*, p. 35.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 95.

capitalistas vinculados ao setor agrário quanto aqueles ligados à indústria se beneficiavam da ampla margem criada para a contenção salarial. Constatar isso permite a Marini afirmar que uma reforma agrária: “[...] *habría trastornado ese mecanismo, siendo incluso susceptible de provocar el colapso del sistema agrario, lo que hubiera liquidado el mercado para la producción industrial [...]*” (grifo nosso).⁸⁰

Com base no que foi exposto anteriormente, a análise permite, ainda, destacar um aspecto central das relações de exploração nas quais estava imerso o operariado urbano-industrial brasileiro. Ao ressaltar o papel da população excedente para o capital de origem rural, demonstra-se que a classe operária industrial estava submetida a condições particularmente propícias à compressão de seus salários. Dessa forma, uma tendência inerente ao desenvolvimento capitalista em geral é situada, por Marini, em sua especificidade: o crescimento da população excedente assume, no caso brasileiro, um caráter especialmente agudo, em razão das particularidades que marcaram a origem do processo de industrialização e da correlação de forças entre as classes que dele resulta.

Apesar do pacto interburgês, a complementariedade começa a paulatinamente se desgastar, dando lugar a embates cujo fundamento reside na apropriação da riqueza social, sob a forma de divisas necessárias à importação de máquinas e equipamentos requeridos para a continuidade do processo de acumulação de capital na indústria. As limitações de financiamento, quando o setor externo da economia entra em crise, encontram na oferta de capitais do imperialismo (estadunidense, principalmente) uma solução capaz de permitir certa estabilidade e restituir a complementariedade — ainda que de forma conjuntural — com os setores agrário-mercantis.⁸¹ O imperialismo, portanto, na concepção do autor, não é um agente externo e avesso ao processo de industrialização. Pelo contrário, vem reforçá-lo, ainda que sem ultrapassar os limites impostos pela aliança com o setor externo provedor de divisas. Isso porque suas operações tampouco alteram a estreiteza que caracteriza o mercado interno.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ Ao deter-se nas gestões de Juscelino Kubitschek e João Goulart, o autor destaca que o plano de metas de 1956 expressava interesses em promover uma política favorável ao capital estrangeiro e tentar atenuar as contradições entre os setores geradores de divisas e os industriais: “[...] En un momento, por lo tanto, en que las inversiones extranjeras en la industria tienden a minimizar el divorcio creciente entre los intereses industriales y los del sector agrario-exportador, la oposición entre la industria y la agricultura para el mercado interno agrava la contradicción existente entre el sector industrial y el sector agrícola, globalmente. La consecuencia es el planteamiento cada vez más urgente de la reforma agraria [...]”. *Ibid.*

Vinculado a esse processo, o autor também identifica uma estratificação no seio da burguesia industrial. Assim, distinguem-se, entre as frações do capital, aquelas mais organicamente vinculadas ao imperialismo e, por outro lado, as de menor escala, afetadas pelo processo de concentração e centralização do capital, ou que veem seus lucros reduzidos pela política antioperária, a qual beneficia fundamentalmente as primeiras. A análise revela uma “cisão horizontal”, ou seja, no interior das classes dominantes, em que os capitais mais concentrados se articulam com os investimentos diretos de capital provenientes das potências imperialistas, enquanto os setores menos produtivos, ao contrário, vão sendo cada vez mais relegados pela política econômica do reformismo. Subjaz a isso o fato de que a remuneração do capital estrangeiro exige a concessão de facilidades ao setor externo, e de que esses capitais mais concentrados estão menos interessados na expansão do mercado interno do que os capitalistas de menor porte.

Ainda assim, e apesar dessas diferenças, Marini se encarrega de demonstrar como a crise econômica e a crescente organização dos trabalhadores, que desbordam às vacilações do reformismo, impulsionariam a coesão entre os capitalistas nacionais mais concentrados e vinculados ao capital “monopolista” e os capitalistas nacionais não integrados a ele e mais relacionados ao mercado interno. As diferenças tendiam a se dissipar devido à ameaça que esse processo representava para a taxa de lucro de forma geral, segundo o autor.

O golpe de 1964 é consequência das intrincadas contradições do processo de acumulação brasileiro. Por estar marcado pelo constante enfrentamento entre diversas frações das classes dominantes, exigiria uma maior disciplinarização da classe operária, bem como a contenção das aspirações materiais das massas de forma geral. Além disso, diante das dificuldades de realização do valor em um mercado interno restrito, a dinâmica capitalista, segundo Marini, procura alternativas na expansão do consumo suntuário, nos gastos militares e na busca por mercados externos.

É exatamente essa procura por mercados além das fronteiras nacionais — onde a exportação de capital se configura como expressão máxima do processo — que se estabelece, segundo ele, as bases econômicas do subimperialismo brasileiro. Trata-se de uma condição segundo a qual o Brasil, mantendo sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho e apresentando um processo de acumulação marcado pela compressão do consumo operário, passa a buscar mercados externos para seus capitais e mercadorias. A discussão também é apresentada em articulação com processos da superestrutura política.

Embora centradas na sociedade brasileira, as reflexões de Marini partem dessa experiência histórica — e, mais especificamente, de sua dinâmica de acumulação de capital — como base para a identificação de tendências que se manifestam em escala regional, isto é, no âmbito da América Latina concebida como unidade de análise. As contradições entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil, que constituem o núcleo da caracterização voltada ao caso brasileiro, são igualmente reconhecíveis pelo autor em países como México e Argentina, entre outros.

É no primeiro capítulo do livro, de título homônimo, que o autor torna mais explícita sua preocupação com esse alcance regional. Nele, são apresentadas as tendências que precedem o processo de industrialização, por meio da comparação de diversas trajetórias nacionais e do estabelecimento de nexos fundamentais entre elas. Sobre esse processo, o principal é que, para além das diferenças nacionais, “[...] *la economía que se crea en los países latinoamericanos, a lo largo del siglo XIX y en las primeras décadas del actual, es una economía exportadora especializada en la producción de unos cuantos bienes primarios*”.⁸² E na qual:

[...] Una parte variable de la plusvalía que ahí se produce es drenada hacia las economías centrales, ya sea mediante la estructura de precios vigente en el mercado mundial y las prácticas financieras impuestas por esas economías, o a través de la acción directa de los inversionistas foráneos en el campo de la producción⁸³.

Segundo o autor, tudo isso impulsiona as classes dominantes locais a impor uma medida para compensar a perda: “el aumento del valor absoluto de la plusvalía creada por los trabajadores, esto es, una ‘superexplotación del trabajo’”.⁸⁴

Considerando o conjunto da exposição, torna-se claro, neste ponto, como o autor relaciona os diversos mecanismos de transferência de valor com a esfera da produção, embora sem desenvolver esse nexo de forma sistemática em termos teóricos. A relação entre esses processos é também apresentada de maneira clara, como uma especificidade de caráter regional.

⁸² *Ibid.*

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ A noção de superexploração aparece nessa exposição sem que sejam apresentadas suas determinações enquanto categoria teórica. Ela é imediatamente relacionada a baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, desnutrição e repressão policial. Isso significa que não se aborda de maneira teórica a relação entre o mecanismo de compensação — ou seja, a maior exploração em termos físicos (não relativos) — e as categorias intermediárias que existem desde o valor, passando pela formação do preço de produção, até suas formas fenomênicas, como os preços de mercado, em relação à concorrência intercapitalista no mercado mundial e ao lugar específico dos países periféricos.

A discussão presente no texto também aborda as mudanças na dinâmica imperialista a partir do pós-guerra, bem como suas reverberações na América Latina. Destaca-se que o processo de concentração e centralização de capital, que sustenta o poder econômico e militar dos Estados Unidos, se desenvolve com um aumento acelerado do setor de bens de capital e, de maneira geral, com o crescimento do capital investível nas economias periféricas. Isso, segundo o autor, está na base da “integração dos sistemas produtivos”. O específico da dinâmica engendrada é uma forma de industrialização sob a égide do imperialismo que também gera modificações na burguesia periférica:

[...] la burguesía industrial latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas, que da lugar a un nuevo tipo de dependencia [...] El mecanismo de la asociación de capitales es la forma que consagra esta integración, la cual no solamente desnacionaliza definitivamente la burguesía local, sino que, unida cómo va a la acentuación del ahorro de mano de obra [...] consolida la práctica abusiva de precios (que se fijan según el costo de producción de las empresas tecnológicas más atrasadas) como medio de compensar la reducción concomitante del mercado”.⁸⁵

Uma vez que o processo de acumulação não pode se desenvolver a partir do mercado interno, o autor indica que ele dá lugar à acentuação do papel diretivo do Estado e ao aumento dos gastos militares, assim como às iniciativas de integração regional impulsionadas por países como o Brasil. O significado dessas “[...] en el marco de una situación económica caracterizada por una capacidad potencial creciente de la oferta de mano de obra y una restricción sistemática de las posibilidades de consumo [...]”⁸⁶ não é nada mais do que uma tentativa de resolver problemas de realização da mais-valia fora do mercado interno.

Essa integração, portanto, se caracteriza pela formação de “ilhas” com um grau de desenvolvimento industrial elevado em meio a grandes áreas rurais cheias de massas empobrecidas. A integração regional que se propõe é a interconexão entre essas ilhas, dando as costas às necessidades das massas na medida em que se baseia na restrição do consumo popular. Segundo o autor, isso conduz a uma estratificação entre os próprios países latino-americanos. Assim como os

⁸⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁸⁶ *Ibid.*

países imperialistas reservam para si as etapas mais avançadas da produção, no caso da competição regional, caberá a alguns países o papel de meros mercados consumidores.⁸⁷

O fundamento dos regimes tecnocrático-militares em nível regional é concebido, por essa análise, como consequência de i) a reorganização dos sistemas de produção latino-americanos no contexto da integração imperialista e ii) o recrudescimento da luta de classes determinado pelas modificações que o processo anterior impôs aos processos de acumulação. A tarefa desses regimes é, conseqüentemente: i) realizar os ajustes econômicos necessários para a integração imperialista e ii) reprimir as aspirações de progresso material das massas. Tais regimes não deixam de colidir constantemente com o imperialismo estadunidense, ao mesmo tempo em que tendem a cooperar com ele.⁸⁸

Ao final da exposição presente no primeiro capítulo do livro, dedicado a uma discussão de alcance regional, conclui-se que, diante do recrudescimento das contradições inerentes a essa forma de capitalismo e à dinâmica regional, desenvolve-se um embate direto entre o movimento revolucionário latino-americano e o avanço da integração imperialista, impulsionada por regimes como o brasileiro. A generalização da revolução latino-americana ganha, segundo o autor, especial relevância à medida que confronta uma dinâmica fundamentada no processo de concentração e centralização do capital que se desenvolve no principal centro imperialista: os Estados Unidos.

Toda a discussão “econômica” realizada na coletânea está estreitamente relacionada com a polêmica acerca das perspectivas das organizações revolucionárias no Brasil e na América Latina. O artigo final do livro, como já mencionamos, intitulado *Vanguardia y Clase*, retoma a discussão sobre o imperialismo e a superexploração apresentada em outros textos, dando ênfase às suas repercussões na exploração da classe operária industrial brasileira para, depois, realizar uma crítica extremamente aguda à política de luta armada predominante entre amplos setores da nova esquerda revolucionária.⁸⁹

⁸⁷ “[...] Las características propias del sistema hacen que este intento de racionalizar la división del trabajo propicie la formación de centros subimperialistas asociados a la metrópoli para explotar a los pueblos vecinos. Su mejor expresión es la política llevada a cabo por el régimen militar de Castelo Branco en Brasil, y que hoy trata de imitar el gobierno argentino.” *Ibid.*

⁸⁸ O conceito de cooperação antagônica, como o próprio Marini cita, provém dos estudos sobre o imperialismo no pós-guerra realizados por A. Thalleimer. Como indicado por Da Silva F. e Cardoso G., esse autor exerceu influência nas concepções programáticas da POLOP a partir de sua incorporação teórica por Eric Sachs. Ver nota de rodapé n. 44.

⁸⁹ Uma crítica muito semelhante à política da luta armada pode ser encontrada em *Caminho e caráter da revolução brasileira*, de Érico Sachs, como já dito dirigente da POLOP. O texto foi redigido em 1970: “Dar consciência de classe ao proletariado não se consegue indo às fábricas para convidar os operários a

O núcleo da crítica é a compreensão de que a nova esquerda no Brasil havia subestimado a importância da organização operária, voltando-se para uma dinâmica militarista que reservava ao proletariado o papel de apoio logístico para as ações diretas. Sem perder de vista os méritos dessas ações, tampouco negar a legitimidade de todas as formas de luta, o autor destaca que o proletariado industrial havia sido “abandonado à sua sorte”, organizando-se em torno de suas reivindicações imediatas às margens dos setores de vanguarda:

Frente a las exhortaciones a una lucha armada abstracta, en la que no se le ofrecía otra participación que la de fuerza auxiliar, logística, y que representaba en la práctica dejar a la burguesía con las manos libres para superexplotarla, la clase obrera se aprestó a defenderse con las armas que históricamente había aprendido a manejar. Privados de sus sindicatos, los trabajadores se entregaron a un lento proceso de reorganización, centrado alrededor de lo que constituía el pilar de la política burguesa: la ley antihuelga, el “tapón” salarial, la estabilidad en el empleo. En esa labor árida, despojada de los atractivos que con que el radical pequeñoburgués reviste su concepción de la lucha revolucionaria, pero, por demás consecuente para que los reformistas pudiesen apoyarla, la clase obrera forjó el instrumento que le permitió afirmarse otra vez en la lucha de clases, a escasos tres años del golpe militar: el comité de empresa.⁹⁰

Ao longo deste trabalho, constata-se uma estreita articulação entre a análise da dinâmica de acumulação e a análise da política. A centralidade da classe operária se afirma precisamente nesse cruzamento: ao discutir o lugar que ocupa em termos produtivos — ou seja, no processo de valorização —, o autor busca compreender também sua posição na luta de classes. Essa perspectiva permite ir além das abordagens que reduzem a política a uma esfera separada da economia, mostrando como a política anti-operária sobre os salários, o emprego e os direitos sindicais está diretamente vinculada às formas específicas de acumulação nas economias latino-americanas.

1.4 DIFERENÇAS INCIPIENTES

aderirem à ‘luta armada’. Isso, na melhor das hipóteses, se consegue com um ou outro operário, desligando-o da classe. Organizar o proletariado, tampouco, se consegue querendo transformar toda greve em luta armada. Com isso só se consegue dificultar gratuitamente as greves. Formar e organizar o proletariado só se consegue mediante um trabalho político, de conscientização, de agitação e propaganda, de lutas diárias e de lutas parciais contra o regime.” SACHS, E. Caminho e caráter da revolução brasileira. In: PAIVA, S. (org.). **Érico Sachs / Ernesto Martins**: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: CVM, 2016, p. 297.

⁹⁰ MARINI, *op. cit.*, 1970. p. 36.

Fica claro que a produção intelectual do período aqui apresentado é indissociável das preocupações de ordem política dos autores estudados. Esse será um traço que continuará presente em suas produções posteriores, com a diferença de que as condições do exílio no Chile facilitarão o aperfeiçoamento do trabalho teórico e a delimitação do objeto de estudo — as “relações de dependência” ou o “capitalismo dependente”.

Contudo, nas formulações anteriores ao encontro no Chile, observa-se que o traço comum nos escritos dos autores é um procedimento que parte da caracterização do desenvolvimento capitalista para, em seguida, avançar na compreensão dos processos políticos em curso e apontar possíveis vias de intervenção na luta de classes. A perspectiva de intervenção prática deve ser considerada um aspecto central para a compreensão das origens das teses inovadoras, sendo especialmente importante a elaboração político-programática da POLOP e as próprias fontes teóricas dessa organização.

A valorização das obras de Dos Santos e Marini neste ponto deve levar em consideração as diferentes naturezas e objetos de seus trabalhos. Enquanto o primeiro constituía um exercício de divulgação e, sobretudo, agitação política — embora certamente dirigido aos setores populares mais avançados —, o segundo voltava-se à discussão da intelectualidade de esquerda, contribuindo para revistas que, apesar de alcance além do âmbito acadêmico, certamente não tinham a pretensão formativa e introdutória e característica da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*. Isso parece justificar o fato de a análise econômica, no caso de Dos Santos, não contemplar a complexidade que se verifica na exposição de Marini.

Enquanto, na crítica de Dos Santos à política da esquerda, ainda predomina uma abordagem pautada pela necessidade de “destravar” o desenvolvimento econômico — bloqueado pelas relações de propriedade burguesas —, Marini propõe uma formulação mais radical. Em sua análise, a centralidade recai sobre a impotência da burguesia industrial e seu caráter reacionário, tanto na esfera econômica quanto na política. Isso se expressa, sobretudo, na atenção que dedica às formas específicas de exploração da força de trabalho empregada por essa classe nas condições particulares das sociedades latino-americanas.

Isso talvez explique por que, ao contrário de Dos Santos, Marini não contempla a possibilidade de uma aproximação, mesmo em termos táticos, com a burguesia industrial vinculada ao mercado interno — algo que poderia derivar-se sem problemas de uma leitura da obra de Dos Santos. Enquanto este sugere uma possibilidade de apoio tático, na medida em que certos setores

dessa burguesia têm contradições com os segmentos mais reacionários, Marini enfatiza sobretudo sua impotência, não só em termos políticos, mas também produtivos (estando sempre relacionadas ambas as dimensões).⁹¹

Há, apesar disso, uma concordância ao ambos se contraporem à possibilidade de um processo revolucionário conduzido por essa classe social e questionarem seu caráter “nacional” nos termos que eram propostos por outras tendências de esquerda.

Além disso, consideramos que Marini, por dar mais atenção expositiva aos problemas de realização no mercado interno derivados da especificidade do processo de acumulação — situando no centro da análise o lugar da classe trabalhadora enquanto produtora e consumidora da riqueza capitalista —, consegue enfatizar de forma muito mais clara a centralidade que têm as lutas pelas reivindicações imediatas da classe operária industrial, afastando-se, em sua exposição, da relevância atribuída por Dos Santos às medidas destinadas a promover a industrialização do país.

Na compreensão de Dos Santos, as reivindicações voltadas ao desenvolvimento industrial representam uma etapa mais avançada da luta política em relação às demandas imediatas da classe operária. Em suas palavras, as primeiras: “[...] são aquelas que dão a possibilidade à passagem do poder para a classe operária [...]”⁹². Trata-se de reivindicações relacionadas ao planejamento da produção industrial, o fortalecimento das indústrias de base, o apoio técnico e financeiro à pequena indústria, entre outras.⁹³

Já em Marini, a política a ser conduzida passa por seu caráter eminentemente operário. Isso se apresenta pela atenção reservada pelo autor às relações de exploração às quais está submetido o proletariado em geral, e o industrial em particular. Assim, por exemplo, a centralidade dada às lutas econômicas desenvolvidas por essa classe é entendida como um fenômeno central na acentuação

⁹¹ “La noción de una ‘burguesía nacional’ de poco alcance, capaz de realizar las tareas que la burguesía monopolista no llevó a cabo, no resiste, a su vez, el menos análisis. No se trata solamente de señalar que los intereses primarios de esos estratos burgueses son los de cualquier burguesía, es decir, la preservación del sistema contra toda amenaza proletaria [...] Trátase, principalmente, de ver que la actuación política de la ‘burguesía nacional’ expresa su rezago económico y tecnológico y corresponde a una posición reaccionaria, aun en relación al desarrollo capitalista” *Ibid.*, p. 117.

⁹² DOS SANTOS, *op. cit.*, 1962, p. 102

⁹³ “1) encampação das grandes empresas e planificação da produção industrial; 2) fortalecimento da indústria de base no País o que servirá de fundamento ao desenvolvimento dos outros setores industriais de consumo; 3) aproveitamento dos recursos atualmente desperdiçados, principalmente na pequena indústria à qual deve ser proporcionado auxílio técnico e financeiro; 4) política salarial que corresponda aos interesses do operariado, assegurando-lhe, congelamento dos preços e reforma agrária; 5) comissões mistas e de técnicos e operários para a direção das fábricas e 6) melhores condições de trabalho e previdência social administrada pelos sindicatos” *Ibid.*, p. 102-103.

do conjunto das contradições e subjacente ao processo geral de radicalização política que viveu o Brasil:

[...] Han sido, en efecto, las masas trabajadoras las que, con su movimiento propio e independiente de consigas reformistas que recibían de sus direcciones, *hicieron crujiir las articulaciones del sistema y determinaron sus límites*. Llevando adelante sus reivindicaciones económicas, que repercutieron en los costos de producción industrial, y atrayendo la solidaridad de las clases explotadas en un vasto movimiento político, el proletariado agudizó la contradicción surgida entre la burguesía y la oligarquía terrateniente mercantil e impidió a la primera el recurso a las inversiones extranjeras, forzándola a buscar el camino del desarrollo autónomo. Si al final la política burguesa no condujo sino a la capitulación y, más que esto, a la reacción, es porque en verdad ya no existe para la burguesía la posibilidad de conducir la sociedad brasileña hacia formas superiores de organización y de progreso material”.⁹⁴

Essa centralidade relaciona-se diretamente com um exame das particularidades nacionais e regionais pautado pela compreensão do caráter preeminente da exploração da classe operária — isto é, da contradição capital-trabalho — como determinante fundamental do conjunto das contradições na sociedade capitalista.

As diferenças entre os autores, embora ainda incipientes nas obras aqui comentadas, expressam, a nosso ver, formas distintas de compreender a sociedade capitalista. Tais divergências tenderiam a se acentuar à medida que ambos passaram a desenvolver, de forma mais sistemática, trabalhos de caráter eminentemente teórico. Esses escritos, que serão objeto de análise no próximo capítulo, correspondem ao período em que atuaram no âmbito do CESO, na Universidade do Chile. É nesse contexto que suas formulações ganham maior densidade conceitual e começam a se configurar como uma corrente específica dentro dos estudos sobre a dependência.

⁹⁴ MARINI, *op. cit.*, 1970, p. 119.

2 O LUGAR DO VALOR NA PRIMEIRA REFLEXÃO MARXISTA SOBRE A DEPENDÊNCIA

2.1 O CONTEXTO CHILENO

Antes de adentrarmos na discussão propriamente teórica, consideramos necessário apresentar brevemente alguns aspectos do contexto histórico chileno entre meados dos anos sessenta e começos dos setenta. Embora, em termos gerais, o Chile se inscreva dentro das tendências assinaladas na primeira seção do capítulo anterior, as suas particularidades nacionais — especialmente no que diz respeito às condições que tornaram possível elaborar as principais obras que aqui analisaremos — merecem ser destacadas.

Em primeiro lugar, salta à vista que, enquanto em países vizinhos como a Argentina (1966) e o Brasil (1964) se instauravam ditaduras de classe abertas, que suprimiam as liberdades democráticas, no Chile as tendências sociais pareciam orientar-se num sentido radicalmente distinto. Isso fica claro pelo fato de que, em 1970, a Unidade Popular (UP), uma frente de organizações políticas que se autodefinia como comprometida com o avanço para o socialismo, tenha vencido nas eleições presidenciais.

Além de destacar fatores conjunturais, como a incapacidade do governo da Democracia Cristã (DC) (1964-1970) de resolver a estagnação das atividades produtivas, controlar a inflação, frear o aumento sustentado do desemprego e reverter o déficit crônico da balança comercial, um analista político e colaborador próximo do recém-eleito Salvador Allende⁹⁵ assinalava, em 1972, que o triunfo eleitoral da esquerda se devia a três características históricas do país.

Em primeiro lugar, indicava a existência de um movimento operário forte e organizado sob a direção do Partido Comunista do Chile (PCCh) e do Partido Socialista (PS). Essas organizações conduziam a principal central de trabalhadores do país, o que, segundo o autor, impedia que as classes dominantes desconhecêssem o voto popular.⁹⁶ Em segundo lugar, sublinhava que a estrutura social chilena se caracterizava pela tendência da pequena burguesia a orbitar os interesses do proletariado e se manter afastada dos interesses das classes dominantes. Isso era interpretado como um fator que dificultava a consolidação de uma alternativa fascistizante capaz de se opor, de forma

⁹⁵ GARCÉS, J. **Chile**: el camino político hacia el socialismo. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972. p. 10.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 11.

organizada, aos interesses populares.⁹⁷ Em terceiro lugar, o analista ressaltava a tradição democrática do país e a existência de um sistema político marcado pelo respeito às instituições liberais e pelo pluralismo político.⁹⁸

Ainda que todas essas características possam ser discutíveis — muito mais à luz do golpe de Estado de 1973 contra Salvador Allende —, o certo é que o contexto político chileno, até essa data, se caracterizou por ter condições políticas e sociais muito mais favoráveis à vigência das liberdades democráticas do que aquelas imperantes no Brasil a partir de 1964 e, inclusive, do que no México — destino de muitos exilados brasileiros — em 1968.⁹⁹

Além disso, haviam-se instalado no Chile, desde o final dos anos quarenta, diversos espaços de discussão acadêmica sobre o desenvolvimento econômico latino-americano. A capital, Santiago do Chile, abrigava, desde 1948, a sede da CEPAL — como se sabe, a principal instituição voltada ao estudo desse tema em perspectiva regional. Deve-se considerar, ainda, que o Chile se caracterizava por uma estabilidade institucional e por iniciativas governamentais voltadas ao fortalecimento da pesquisa universitária, as quais, segundo alguns estudiosos das ciências sociais latino-americanas, criaram condições particularmente favoráveis à captação de “capital acadêmico”.¹⁰⁰

Embora essas condições permitam compreender, de maneira geral, a afluência de cientistas sociais progressistas ao Chile, também é necessário levar em conta como um elemento relevante, sobretudo para entender o tipo de formulação teórica que se desenvolveria no país, seu crescente processo de radicalização política, marcado pelos insatisfatórios resultados da gestão de Frei Montalva (1964-70). No país andino, desenvolvia-se, acompanhando o ritmo das tendências regionais, uma crescente participação das massas na vida política. Isto antecede o triunfo eleitoral da UP e explica, também, a emergência de organizações com programas mais radicais, como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR).¹⁰¹

⁹⁷ *Ibid.*, p. 12.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 14.

⁹⁹ Como veremos mais adiante, Ruy Mauro Marini seria forçado a sair do México como consequência da perseguição velada que as forças repressivas do Estado mexicano realizariam contra ele depois da repressão do movimento estudantil de 1968.

¹⁰⁰ BEIGEL, F. A teoria da dependência em seu laboratório. In: **Crítica e sociedade**: revista de cultura política. v. 4., n. 2. 2014, p. 76.

¹⁰¹ Segundo a página *Memoria Chilena* da Biblioteca Nacional do Chile: “Durante el gobierno de Eduardo Frei Montalva, los días 14 y 15 de agosto de 1965, se realizó el Congreso de Unidad Revolucionaria en la calle San Francisco, en Santiago. La Comisión Organizadora, encabezada por el dirigente sindical Clotario Blest Riffo, estaba compuesta por la Vanguardia Revolucionaria Marxista-Rebelde (VRM-R, jóvenes

O triunfo da UP motivará intensas discussões a respeito das possibilidades de concretização do seu programa político autoproclamado socialista. Independentemente das avaliações que as distintas correntes políticas fizessem acerca da “via chilena para o socialismo”, era claro que o curso dos acontecimentos nesse país suscitava expectativas pelas suas implicações ideológicas e políticas na correlação de forças a nível mundial. O Chile era, por isso, um destino atrativo para investigadores e militantes comprometidos com os processos de transformação social e com as lutas anti-imperialistas e democráticas do continente.

Em conjunto, tudo isso explica que tenha sido no Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), vinculado à CEPAL, e no CESO da Universidade do Chile que se desenvolveram as duas principais correntes da teoria da dependência.¹⁰² Comentando esse contexto, Dos Santos escreveria, em 1975:

[...] Santiago de Chile, desde 1966 hasta 1973, cuando ahí llegamos, ya se veía transformada en un importante centro de intelectuales de varias procedencias que vinieron a contribuir a motivar un ambiente intelectual bastante desarrollado sea por los cambios operados en América Latina, sea por los cambios políticos en proceso en el país. Con el gobierno popular se produjo una verdadera explosión reflejada en las nuevas publicaciones, en las ediciones enormes de libros, en los innumerables seminarios, curso y reuniones.¹⁰³

A fundação do CESO, portanto, inscreve-se em um processo mais geral que caracterizou o conjunto das instituições universitárias chilenas, marcado pela reforma universitária ocorrida entre 1968-1969 e, particularmente, pela modernização da Faculdade de Ciências Econômicas da

estudiantes de la Universidad de Concepción), el Partido Obrero Revolucionario (POR, fundamentalmente trotskista), un sector del Partido Socialista Revolucionario (PSR) y trabajadores sindicalistas clasistas del Movimiento de Fuerzas Revolucionarias (MFR). En la reunión participaron cerca de 90 delegados de diversos lugares del país, la gran mayoría procedía de Santiago y Concepción. El 15 de agosto de 1965 se fundó el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), y se eligió un Comité Central de 21 miembros, designándose como secretario general al médico trotskista Enrique Sepúlveda.”. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-31553.html>. Acesso em: 11 jul. 2025.

¹⁰² Nos referimos às “duas principais” porque a reflexão sobre a dependência no Chile transcendeu esses centros. Além do CESO e do ILPES, segundo um estudioso da história do CESO, devem ser também considerados como centros de desenvolvimento da teoria da dependência a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Centro de Estudos da Realidade Nacional da Universidade Católica de Santiago (CEREN). Ver: CÁRDENAS, J. **Surgimiento y sistematización de la teoría de la dependencia: el centro de estudios socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]**. Tese (Doutorado em estudios latinoamericanos) - Facultad de filosofía y letras. Facultad de ciencias políticas y sociales. Universidad Nacional Autónoma de México, México D.F., 2011, p. 14.

¹⁰³ DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978, p. 14.

Universidade do Chile.¹⁰⁴ No caso particular da escola de economia, um momento especialmente importante foi a mobilização estudantil, que desde o início dos anos sessenta exigiu uma reforma dos conteúdos dos planos de estudo, solicitando, também, a incorporação das então novas teorias cepalinas, do marxismo e de outras disciplinas das ciências sociais.¹⁰⁵

Essa perspectiva inconformada com o conservadorismo então vigente e aberta para outras ciências sociais também pode ser verificada no projeto do CESO. Segundo seu fundador, o sociólogo Eduardo Hamuy, o centro procurava atender à ausência de instituições que se preocupassem com os grandes problemas nacionais com um critério “macrossocial”.¹⁰⁶ É nesse contexto — e especificamente no âmbito institucional do CESO — que se desenvolveriam, não por acaso, as primeiras reflexões sistemáticas que passarão a ser conhecidas como TMD.

Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos chegam ao Chile em 1966, depois de terem permanecido na clandestinidade durante dois anos em São Paulo após o golpe de 1964. No Chile, desempenham seu primeiro trabalho em uma pesquisa eleitoral realizada pelo Centro de Estudos da Opinião Pública (CEDOP)¹⁰⁷. O proprietário desse centro era Eduardo Hamuy, já assinalado como diretor do CESO. A relação de trabalho estabelecida entre os jovens cientistas sociais e Hamuy facilitaria que este os convocasse para participar, mais tarde, do centro de investigação que dirigia, realizando atividades de docência e investigação também vinculadas à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Chile.

Marini, por outro lado, havia se exilado no México durante quatro anos, entre 1965 e 1969, antes de chegar ao Chile.¹⁰⁸ Apesar de ter alcançado certa notoriedade acadêmica no país — graças ao seu trabalho como docente e à repercussão de algumas das suas publicações —, a efervescência do movimento estudantil mexicano, respondida pelo Estado com duríssima repressão, voltou a colocá-lo sob suspeita como possível instigador da agitação estudantil vivida em 1967 e 1968. A perseguição velada por parte das forças repressivas motivou-o a abandonar o México, explorando diferentes alternativas, até se ver forçado pelas circunstâncias a optar pelo Chile.¹⁰⁹ Nesse país, já

¹⁰⁴ CÁRDENAS, J. *op. cit.*, 2011, p. 115.

¹⁰⁵ CÁRDENAS, J. Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación). In: **De Raíz Diversa**. Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos. v.2. n.3, jan-jun, 2015, p. 124.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 124.

¹⁰⁷ Ver: BAMBIRRA, V., *op. cit.*, 1991, p. 25.; DOS SANTOS, T. 1996, p. 167.

¹⁰⁸ MARINI, *op. cit.*, 1991.

¹⁰⁹ *Ibid.*

se estabelecera uma comunidade de exilados brasileiros que, tal como no caso de Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, provavelmente facilitou a sua chegada, assim como o contato com dirigentes do movimento estudantil da cidade de Concepción.¹¹⁰

Ao contrário dos seus companheiros de militância na POLOP, Marini incorporou-se primeiro como professor na universidade principal dessa cidade.¹¹¹ Naquela época, Concepción caracterizava-se por uma politização generalizada, que se expressava em um movimento operário combativo e em um ativismo estudantil particularmente dinâmico. Essas condições explicam por que foi ali que se desenvolveu um dos núcleos mais ativos do MIR, organização à qual Marini se vincularia rapidamente, ao chegar, como membro do comitê central.

Apesar de sentir-se bastante à vontade nessa cidade, o sociólogo mudou-se para Santiago em 1970 após o triunfo da UP, retomando, assim, relações de cooperação mais diretas com Dos Santos e Bambirra, seus companheiros de militância no Brasil e colegas na UnB. Nesse mesmo ano, incorporou-se ao CESO, passando a participar das atividades de pesquisa já então delineadas — sob a direção de Dos Santos — com o objetivo de abordar de forma sistemática as “relações de dependência”.

2.2 O PRIMEIRO “ESQUEMA DE INVESTIGACIÓN” E OS LIMITES DAS FORMULAÇÕES INICIAIS SOBRE A DEPENDÊNCIA (1967-1970)

Quando, em 1968, Theotônio dos Santos e os seus colaboradores do CESO redigem o primeiro “esquema” no qual se propõem a abordar a questão da dependência, essa noção já vinha sendo empregada por vários acadêmicos latino-americanos que procuravam responder à crise do modelo desenvolvimentista. Tendo como antecedente algumas publicações relacionadas com a temática já como membros do CESO¹¹², parece claro que o documento intitulado “*Esquema de*

¹¹⁰ ALTAMIRANO, P. La estadia esporádica: Ruy Mauro Marini, Evelyn Pape y Fernando Perrone. ¿Una comunidad de exiliados brasileños en Concepción (1968-1973)? In: **Revista de historia (Concepción)**, Concepción, v. 31, 2024. p. 3.

¹¹¹ MARINI, *op. cit.*, 1991.

¹¹² Não pretendemos aqui fazer uma reconstrução exaustiva do conjunto de publicações que se fizeram no CESO, mas apenas centrar-nos nos trabalhos mais relevantes em termos teóricos, como indicamos na introdução. Uma documentação detalhada dessa questão pode ser lida nos anexos do monumental trabalho de Cárdenas. Ver: CÁRDENAS, J., *op. cit.*, 2011.

investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina (Bosquejo Informativo)”¹¹³, desse mesmo ano apresenta, com maior grau de sistematicidade, as linhas gerais do programa de investigação que aspiravam a desenvolver, ao mesmo tempo que deixa entrever as bases teóricas que o sustentavam.

No documento, mostra-se o interesse em tornar explícitos os “passos iniciais” e os “pressupostos” em que se apoiava a pesquisa em andamento. Depois de enunciar as limitações que identificaram na implementação das políticas desenvolvimentistas, bem como a subsequente emergência de reflexões que, fazendo uso da noção de dependência, se dedicaram a um processo de revisão do “modelo de desenvolvimento dominante”, o esquema indica que:

[...] Se trata de analizar la dependencia no sólo como un factor externo que limita el desarrollo económico, sino como algo que conforma un cierto tipo de estructuras sociales cuya legalidad o dinamismo está dado por la condición dependiente. Al definir la dependencia como el modo de funcionamiento de nuestras sociedades, se ha situado este concepto como concepto explicativo fundamental de la condición de subdesarrollo. Su estudio asume así el carácter de tarea urgente al nivel teórico y empírico que debe servir de base a la reformulación de la teoría del subdesarrollo.¹¹⁴

Como se torna evidente, os autores do “esquema” problematizam o uso da noção de dependência tal como tendia a ser assumida por outros cientistas sociais que utilizavam o termo; isto é, apenas como um fator ou condicionante externo à dinâmica endógena das sociedades latino-americanas. Começam, assim, a distanciar-se de tais perspectivas, concebendo a dependência como uma condição que rege o movimento das “estruturas” sociais internas e que, portanto, já nesse momento, não parece restringir-se exclusivamente a dar conta dos problemas relativos ao desenvolvimento econômico em sentido estrito.

Esse papel destacado e abrangente exigia, no entanto, tarefas tanto teóricas como empíricas, orientadas para a reformulação da “teoria do subdesenvolvimento”. Como seria visto com maior clareza em outras obras desenvolvidas no âmbito deste programa de investigação, a proposta de reestruturação teórica que então se colocava em prática implicaria assumir a necessidade de discutir

¹¹³ CESO – Centro de Estudios Socio-Económicos. Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina (bosquejo informativo). Santiago: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, [reprodução de versão original mimeografada], 1968. In: CÁRDENAS, J.; LANA, R. (ed.). **El giro dependentista latinoamericano: los orígenes de la teoría marxista de la dependencia**. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022, p. 44.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 44-45.

e criticar diretamente as perspectivas que popularizaram o termo “subdesenvolvimento”, entendendo-o como o oposto exato do “desenvolvimento”. Tratava-se, portanto, de um esforço de reformulação que parece restrito à polêmica acadêmica em torno de tais questões.

O ponto seguinte do esquema apresenta o programa de trabalho¹¹⁵ que já se encontrava em andamento no momento da sua redação. Este incluía i) um seminário de discussão metodológica e teórica sobre as principais teorias do imperialismo e da dependência; ii) um seminário permanente de discussão metodológica, com a participação dos autores dos principais trabalhos vinculados à questão da dependência; iii) a publicação de um trabalho de investigação que sintetizasse as discussões metodológicas e teóricas em torno do tema, sob o título “A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina”; iv) a elaboração de uma bibliografia especializada, baseada em uma investigação nas principais bibliotecas chilenas; v) o anúncio de que, em setembro, se iniciaria a segunda fase do seminário sobre as teorias do imperialismo, a qual também deveria culminar em uma publicação; e, finalmente, vi) a preparação de relatórios preliminares sobre as relações de dependência no período do pós-guerra.

Os temas de investigação que orientariam a redação dos relatórios incluíam, em primeiro lugar, uma introdução dedicada a discutir “a crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência” e “a evolução histórica da dependência”, ambos a cargo de Theotônio dos Santos. Seguinte a ela, o esquema apresentava três eixos temáticos:

1. O processo de integração mundial e a América Latina, a cargo de Theotônio dos Santos (como investigador) e Sergio Ramos (como ajudante);
2. As relações de dependência e o movimento de capitais na América Latina, sob a responsabilidade de Orlando Caputo (investigador) e Roberto Pizarro (ajudante);
3. As estruturas dependentes na fase de integração mundial, desenvolvido por Vânia Bambilra (investigadora) e José Martínez (ajudante).¹¹⁶

A seção seguinte, intitulada “Esquemas de investigación”¹¹⁷, consiste em uma enumeração de tópicos que detalham os conteúdos específicos que seriam abordados em cada uma das três linhas de investigação. A seguir, deter-nos-emos em alguns dos elementos que consideramos mais relevantes para a análise que nos ocupa.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 44-45.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 45-46.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 46.

No que diz respeito ao eixo sobre a integração mundial, é dada prioridade ao estudo das condições internacionais, partindo da premissa de que a análise da dependência requer “[...] *estudiar el contexto internacional en el que se da [...] y las estructuras dependientes resultantes de la combinación entre estas condiciones mundiales y los factores internos*”.¹¹⁸

Em consonância com isso, propõe-se como ponto seguinte o estudo de “A integração do Sistema Capitalista Mundial” (tradução nossa)¹¹⁹. Dentro desse tópico, são propostos como subtópicos a análise da concentração econômica e tecnológica produzida durante a Segunda Guerra Mundial — que, afirma-se, conferiu uma clara superioridade à economia estadunidense —, as condições impostas pela Guerra Fria por meio do Plano Marshall e da Aliança Atlântica, e a análise da expansão de novos setores industriais, que possibilitaram um novo ciclo produtivo para o capitalismo no período.

Como se observa, Dos Santos e seus colaboradores concedem especial atenção a fatores de ordem geopolítica e técnico-produtiva no esboço de uma análise da dinâmica capitalista mundial. Essa linha de análise se mantém quando, no subtópico seguinte (“4. Resultado do processo de Integração”¹²⁰), são mencionadas, como consequências do processo de integração que merecem análise, o reposicionamento de potências capitalistas, como o Japão e a Europa, e sua relação com os Estados Unidos no sistema, bem como o papel crescente da centralização financeira por meio de instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O tópico seguinte, intitulado “5. A célula do processo: a empresa multinacional e os conglomerados”, propõe uma série de características a serem investigadas, que revelam uma concepção segundo a qual as unidades empresariais multinacionais desempenham um papel fundamental na dinâmica do capitalismo contemporâneo.¹²¹ Destaca-se, entre outras questões, a de que essas empresas tendem a superar os limites das unidades nacionais — dirigidas por uma elite especializada de burocratas, que exercem o controle sobre o domínio tecnológico —, e que esse fenômeno se encontra vinculado ao papel do “capitalismo de Estado e do complexo militar”.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 46-47.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 47-48.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 47.

¹²¹ *Ibid.*, p. 48.

O tópico seguinte “6. Política exterior dos Estados Unidos e América Latina”¹²², refere-se à política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina. O objetivo é examinar as distintas dimensões dessa relação, tendo em conta o papel hegemônico desempenhado pela potência estadunidense no sistema capitalista mundial e na condução do “processo de integração imperialista”. Cabe assinalar que, neste item, também se enquadram questões relativas à articulação entre o processo de integração regional e a problemática do capitalismo de Estado na América Latina.

A segunda linha de investigação, intitulada “As relações de dependência e o movimento de capitais na América Latina”, tem por objetivo “[...] mostrar as tendências que manifestam as relações econômicas entre o centro hegemônico e as economias Latino-americanas no período do Capitalismo Monopólico e os seus efeitos sobre as estruturas econômicas desses países” (tradução nossa). A enumeração de tópicos começa com a identificação de tendências gerais, tais como a “Necessidade do comércio exterior como elemento determinante do desenvolvimento do sistema capitalista” (tradução nossa). Destacam-se, também, as características de ditas relações, a saber: “a) Caráter condicionante, b) Caráter espoliativo, c) Caráter desnivelador”.

Um aspecto-chave que deve ser sublinhado é a centralidade atribuída ao “[...] movimento de serviços sobre o movimento de mercadorias”, assim como a importância do “movimento de capitais como fator de maior importância” e a “descapitalização através das remessas de capitais”. Finalmente, ao referir-se às “mudanças nos países atrasados”, assinala-se a relevância da formação do setor industrial a partir de 1930, o papel das políticas protecionistas, a ausência de mercados de capital nacionais e a existência de “altas taxas de lucro” como elementos-chave do processo de transformação estrutural.

A terceira linha de investigação, dedicada às “estruturas dependentes na fase de integração mundial”, tem por objeto a “[...] elaboração de uma tipologia histórico-estrutural das sociedades dependentes latino-americanas a partir do pós-guerra, época em que se inicia uma nova fase do processo de sua integração [...]” (tradução nossa)¹²³. O esquema reflete a intenção de adotar uma posição crítica frente a outras tipologias previamente elaboradas sobre as sociedades latino-americanas.¹²⁴ Como critério central, considera-se o momento em que se inicia o processo de

¹²² *Ibid.*, p. 48-51.

¹²³ *Ibid.*, p. 53.

¹²⁴ O esboço pretende desenvolver críticas aos trabalhos R. Veckemans, Jaques Lambert, e Cardoso e Faletto. *Ibid.*, p. 53.

substituição de importações — isto é, o desenvolvimento da grande indústria —, a partir do qual Bambirra (que figura como responsável pela temática no documento) pode distinguir três tipos de países: os de tipo A, que começaram dito processo antes do pós-guerra; os de tipo B, que o iniciaram depois; e os de tipo C, que não implementaram nenhuma política de substituição de importações. A partir dessa classificação, o esquema detalha em um tópico específico as características fundamentais de cada um, tomando como eixo a forma como se desenvolve o processo de substituição de importações dos “tipos” identificados. A abordagem pretende incluir a análise das alianças de classe que esse processo gera e as formas políticas que delas derivam.

O ponto seguinte, “5. A penetração do capital estrangeiro”¹²⁵, tal como na linha de investigação anterior, considera as condições particulares que permitem a sua implementação em cada tipo de país. A seguir, propõe-se a análise das “6. Contradições do processo de desenvolvimento dependente” em cada um dos casos, com especial ênfase nas transformações da política econômica.¹²⁶ O último ponto, intitulado “7. Seus resultados ou tendências”¹²⁷, tem foco no papel que desempenha a monopolização da economia, derivada da presença de grandes empresas estrangeiras em setores estratégicos. Do mesmo modo, sublinha-se o caráter desnacionalizador da industrialização e a persistente incapacidade de superar os limites estruturais do mercado interno. Finalmente, coloca-se como uma dimensão relevante da análise a contradição entre o poder econômico e a luta de classes.

À luz dos tópicos contidos em cada linha de investigação, é possível vincular claramente cada uma com algumas das principais obras sobre a dependência elaboradas por membros do CESO, sendo possível, portanto, pensá-las como resultados alcançados pelo programa de pesquisa cristalizado no esquema de investigação.

Começando pelo final, a última linha de investigação relaciona-se claramente com a obra de Vânia Bambirra, *El capitalismo dependiente latinoamericano*; a segunda, com o livro de Orlando Caputo e Roberto Pizarro, *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*; enquanto a primeira, juntamente com a introdução, pode encontrar-se em distintos trabalhos de Theotônio Dos Santos, sendo os mais relevantes para os fins desta dissertação aqueles

¹²⁵ *Ibid.*, p. 55.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 55.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 56.

que introduzem a discussão teórico-metodológica sobre a questão da dependência, e nos quais se apresenta a sua definição mais sistemática.

Seguindo Cárdenas¹²⁸, é possível afirmar que o primeiro desses trabalhos apareceu no segundo semestre de 1967 — antes da elaboração do esquema —, sob o título *El nuevo carácter de la dependencia (I): Gran empresa y capital extranjero*, publicado no Cuaderno n.º 6 do CESO. Esse texto será reproduzido também no Cuaderno n.º 10, datado de 1968, acompanhado de um ensaio sobre “Capital estrangeiro e estrutura de poder”. No Boletim n.º 3 do CESO, também desse ano, será publicado outro texto relevante para a discussão teórica: *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*.

Ambos os trabalhos serão apresentados como comunicações na Segunda Conferência do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), realizada em Lima em outubro de 1968. Outros textos significativos na mesma linha são os que compõem *Socialismo o fascismo. Dilema latinoamericano*, que constitui uma continuidade dos estudos iniciados no Brasil após o golpe de Estado de 1964.¹²⁹

Tanto na obra de Vânia Bambilra quanto na de Caputo e Pizarro, há referências explícitas à perspectiva elaborada por Dos Santos nos trabalhos anteriormente mencionados, a qual é assumida na condição de orientação teórica geral para suas respectivas investigações.¹³⁰ O anterior, segundo entendemos, justifica que nos concentremos na análise das obras de Dos Santos nas quais

¹²⁸ CÁRDENAS, J. El CESO y la teoría marxista de la dependencia (Los dos proyectos de investigación). In: CÁRDENAS, J.; LANA, R., *op. cit.*, 2022, p. 371-372.

¹²⁹ Dos Santos refere que, no caderno de 1967 do CESO intitulado *El nuevo carácter de la dependencia*, aprofunda as teses presentes em *Socialismo o fascismo: dilema latinoamericano*, livro que concluiu na clandestinidade, mas que não pôde ser publicado no Brasil devido às condições de repressão imperantes. A obra teria a sua primeira edição em 1966 no Chile. Segundo o autor, dado o sucesso editorial de ambos os trabalhos, foi incentivado a juntá-los em uma mesma publicação intitulada *Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano* (1969), que viu a luz em Santiago do Chile, pela editora PLA. Ver: *Socialismo o fascismo. El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano*. In: **Obras reunidas de Theotônio dos Santos**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas de México. p. 7 Disponível em: <https://ru.iiec.unam.mx/3098/>.

¹³⁰ Assim, a autora afirma, no capítulo metodológico da obra indicada, que: “El esfuerzo de conceptualización general fue realizado en el trabajo sobre ‘*La Crisis de la Teoría del Desarrollo y las Relaciones de Dependencia en América Latina*’ de Theotônio Dos Santos, que sirve de marco teórico a este estudio [...]”. Entretanto, na versão preliminar do trabalho de Caputo e Pizarro, publicada como um dos Cadernos do CESO, ao apresentar a sua perspectiva teórica, os autores aderem explicitamente à abordagem do mesmo texto indicado por Bambilra, o qual é citado textualmente na página 14. Ver: BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI editores, 1974. p. 8. CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. Chile: Cuadernos del CESO, n. 12, 1970, p. 14.

se registram as suas formulações sobre a dependência de forma mais acabada, na medida em que serviram de “quadro teórico” para outras obras fundamentais da TMD e são aludidas por três dos seus principais representantes como referências nesse sentido.

A exposição das suas posições desenvolve-se, como no caso do livro publicado no Brasil, em tom polêmico, que nessa oportunidade tem como principal objetivo intervir no debate em curso acerca da crise do desenvolvimentismo e da sua teoria. Não é um dado menor, então, que ambos os textos seminais (*La crisis de la teoría del desarrollo* e *El nuevo carácter de la dependencia*) tenham sido expostos na já aludida Segunda Conferência da CLACSO de 1968, no âmbito de um debate com outros cientistas sociais.¹³¹

Em “*La crisis de la teoría del desarrollo*”¹³², Dos Santos sustenta que, apesar da importante viragem temática que se produziu nas ciências sociais da região com as propostas da CEPAL e de outras instituições¹³³ — ao propor uma problemática orientada a pensar os problemas locais em chave crítica do universalismo das teorias do desenvolvimento elaboradas nos centros —, tais propostas ainda apresentam limitações vinculadas à sua natureza abstrata e formalista. Em termos sintéticos, isso significa que tendem a transladar mecanicamente objetivos econômicos que foram consequência de trajetórias nacionais de desenvolvimento paradigmáticas, sem considerar as particularidades históricas nem as relações de classe de cada contexto nacional. Além disso — e esta é uma das consequências mais importantes do formalismo —, essa perspectiva, ao cindir ficticiamente a realidade, também determina que se assumam desenvolvimento e subdesenvolvimento como polos opostos do processo social capitalista.

Com o objetivo de superar criticamente essas posições, o autor busca desvendar a base material que permite compreender a especificidade das teorias latino-americanas do desenvolvimento, as quais, ainda que com limitações, conseguiram apontar questões relevantes, como as assimetrias derivadas da especialização primário-exportadora. A análise histórica de Dos Santos conclui que tais posições constituíram, para além das suas diferenças, a expressão

¹³¹ Uma recopilação das conferências foi publicada pela editora Siglo XXI. Além de Dos Santos, participaram do debate sobre a dependência nomes como Helio Jaguaribe, Aldo Ferrer, e Miguel S. Wionczek. Ver: FERRER, A.; DOS SANTOS, T.; JAGUARIBE, H.; WIONCZEK, M. **La dependencia político-económica de América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.

¹³² DOS SANTOS, T. La crisis de la Teoría del Desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: JAGUARIBE, H.; FERRER, A.; WIONCZEK, M.; DOS SANTOS, T., *op. cit.* 1969, p. 147-187.

¹³³ Muito provavelmente o autor ainda tem em mente os teóricos do ISEB.

ideológica da burguesia industrial que se erigiu como classe hegemônica entre os anos trinta e cinquenta¹³⁴. Assim, a crise posterior do modelo de desenvolvimento — devido aos seus precários resultados — teve como efeito fundamental o abandono do nacionalismo por parte das burguesias industriais, na medida em que sua própria reprodução enquanto classe começa a depender de sua integração ao capital imperialista.

Segundo o autor, essa crise deu lugar a uma profunda revisão teórica que começa a servir-se do conceito de dependência para elaborar explicações alternativas às que caracterizavam as posições desenvolvimentistas. O aspecto fundamental de tal conceito, para Dos Santos, é que permite superar a contraposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento ao conceptualizar a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Sob esse prisma, o desenvolvimento entende-se como um processo histórico mundial e como consequência necessária da consolidação do mercado mundial capitalista.¹³⁵

O autor procura, também, posicionar-se criticamente frente às teorias marxistas do imperialismo. Sua proposta sobre a dependência, ao contrário das primeiras, implica considerar os mecanismos e a legalidade histórica resultantes da dominação imperialista do ponto de vista dos países dependentes. A questão passa, então, por “[...] *superar una perspectiva unilateral que se limita a analizar el problema desde el punto de vista del centro hegemónico [...]*”¹³⁶. Trata-se, na sua argumentação, de integrar as regiões periféricas na análise de um sistema de natureza mundial. A consequência natural dessa abordagem é conceber o desenvolvimento não como um estágio anterior (ou exterior) ao capitalismo, mas como consequência dele, ponto de vista no qual segue, de forma crítica, as propostas de André Gunder Frank.¹³⁷

Postos esses pontos, o autor chega a definir a dependência da seguinte maneira:

La dependencia es una situación en que un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y la expansión de otra economía. La relación de interdependencia entre dos o más economías y entre estas y el

¹³⁴ *Ibid.*, p. 162-163.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 175.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 176.

¹³⁷ A crítica a Gunder Frank reside no fato de que esse autor não considera as modificações das “estruturas internas” e identifica uma continuidade entre o período colonial e o capitalista, desconsiderando as transformações qualitativas nas relações entre os países periféricos e os países centrais ao longo da história. Mesmo assim, Dos Santos recupera sua crítica às teses que defendiam a existência de relações feudais na América Latina, juntamente com as posições de historiadores como Luis Vitale e Sergio Bagú. Ver: *Ibid.*, p. 178-180.

comercio mundial, asume la forma de dependencia cuando algunos países (los dominantes) pueden expandirse y autoimpulsarse, en tanto que otros (los dependientes) solo lo pueden hacer como reflejo de esta expansión, que puede actuar positivamente o negativamente sobre su desarrollo inmediato. De cualquier forma, la situación básica de dependencia conduce a una situación global de los países dependientes que los sitúa en retraso y bajo la explotación de los países dominantes.²⁵

A definição apresentada constata que as relações de interdependência entre as diferentes economias nacionais são assimétricas, determinando que um grupo de nações só pode crescer como reflexo da expansão de outras. O segundo momento da definição aponta para uma relação de exploração entre os países como a “situação básica” de dependência. Os mecanismos dessa situação condicionante, que configura uma relação de exploração internacional, são expostos após a definição apresentada, fundamentalmente como consequência de uma capacidade tecnológica, comercial, de investimento de capital e sociopolítica que permite impor condições para “extrair excedentes” produzidos no interior dos países dependentes por vias diversas.

A abordagem atribui à “extração de excedentes” o caráter de relações de exploração, conectadas a uma capacidade superior cujo fundamento reside em uma superioridade produtiva resultante de condicionamentos históricos que não operaram da mesma maneira sobre os países da América Latina. Essa região, segundo o autor, “[...] Tuvo que esperar a que estos cambios en los centros dominantes irradiasen por el mundo con sus violentos y dramáticos movimientos de expansión para incorporarlos en parte [...]”.¹³⁸

A situação condicionante, entendida como dependência nos termos definidos por Dos Santos, é explicada a partir das trajetórias históricas desiguais dos países, as quais fundamentam as diferentes capacidades das nações que se integram ao mercado mundial. Essa é a base da explicação para a superioridade técnica, de capital e sociopolítica das nações imperialistas, segundo o autor. Sua exposição, contudo, não estabelece uma hierarquia clara entre essas dimensões que permita compreender como a dependência se reproduz ao longo do tempo, ou seja, de que maneira essas assimetrias são criadas e recriadas pela dinâmica capitalista — para além da simples enunciação de uma superioridade atribuída aos países centrais com base em suas particularidades.

Dessa forma, embora seja evidente que ele tente explicar uma processualidade capitalista, não se explicitam, como fundamento dessas diferenças, as formas específicas das relações sociais

¹³⁸ *Ibid.*, p. 181.

de produção próprias do capitalismo e seu movimento de valorização fundado na contradição capital-trabalho.¹³⁹

Na medida em que o capitalismo se caracteriza por relações impessoais de ordem fundamentalmente econômica, uma exposição da superioridade imperialista especificamente capitalista poderia, uma vez que pretende basear-se na crítica marxiana, expor claramente o papel decisivo dessa dimensão, até chegar na apreensão das formas políticas que contribuem para a reprodução, ao longo do tempo, da “situação condicionante” de dependência. Segundo entendemos, isso forçaria que a discussão considerasse a exploração da força de trabalho, uma vez que a acumulação e a própria concorrência internacional não podem ser explicadas sem ela.

O tipo de formulação que se apresenta, apesar dos seus méritos enquanto crítica do desenvolvimentismo, parece entender a dependência como uma situação condicionante entre Estados, não dando conta da relação social específica que funda, ao longo do tempo, a reprodução da assimetria entre nações para além da enunciação de trajetórias históricas qualitativamente diferentes. Sendo essas trajetórias fundamentais para a compreensão da diferença, elas não terminam de explicar, por si sós, o fundamento temporal do condicionamento e suas potenciais transformações.

A omissão de uma análise que leve em conta as relações de exploração do trabalho e sua relação com a reprodução do imperialismo torna-se ainda mais evidente quando, ao referir-se à situação condicionante como aquilo que determina os “limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens”, Dos Santos apresenta duas alternativas: “a) escolher as distintas alternativas dentro dessa situação ou b) mudar essa situação condicionante a fim de permitir outras possibilidades de ação, no sentido de uma mudança qualitativa [...]”. A primeira opção vincula-se com a modificação da situação de dependência “dentro das estruturas hegemônicas”, o que, segundo o autor, implica passar de uma dependência mercantil para, por exemplo, uma industrial-financeira. Pelo contrário, a ruptura das relações de dependência supõe, na sua análise, a construção

¹³⁹ A crítica à obra de André Gunder Frank poderia operar no sentido de assinalar a especificidade histórica das relações capitalistas, na medida em que implica estabelecer uma diferença entre a situação colonial e a situação de dependência. No entanto, ali a ênfase está mais orientada para a superação de uma imagem de extração de excedente que não atende à configuração de “estruturas internas”. A própria noção de excedente, que implica uma descaracterização das formas que assume o valor — como lucro, renda ou juros — no capitalismo, se mantém.

de uma economia “independente”, como o exemplificam os casos da China, Coreia, Vietnã ou Cuba.¹⁴⁰

Assim, uma ruptura qualitativa da dependência, nos termos conceituados por Dos Santos, vincula-se a processos de expropriação do capital e de planejamento econômico que não implicam, necessariamente, a superação geral das relações sociais de produção capitalistas no âmbito do mercado mundial. A superação da dependência assemelha-se, nesse quadro, à afirmação da soberania nacional pela via da estatização dos meios de produção. Embora o autor certamente reconheça as limitações dos processos de centralização do capital conduzidos isoladamente em âmbito nacional, a noção de transformação qualitativa serve para destacar os aspectos progressivos das experiências nacionais de expropriação do capital. Com isso, faz-se abstração da persistência de relações assimétricas fundadas na forma-valor, tanto no plano do mercado mundial quanto no interior das formações sociais consideradas “independentes”.

O esforço teórico de Dos Santos, orientado para uma compreensão da economia mundial, levou-o também a concentrar-se na caracterização do capitalismo central e, em particular, nas suas implicações para os países latino-americanos. Esse é precisamente o objetivo de outro dos seus textos seminais, intitulado “*El nuevo carácter de la dependencia*”¹⁴¹. Também carregado de intencionalidade polêmica, o texto denuncia a persistência de uma imagem ultrapassada da América Latina, que desconhece transformações fundamentais na sua estrutura produtiva e na sua configuração de classes como resultado do avanço do processo de industrialização.

A caracterização do conjunto do sistema capitalista e, por conseguinte, da dominação imperialista que o autor propõe, apoia-se, fundamentalmente, na perspectiva teórica do capital monopolista desenvolvida pelos economistas Paul Baran e Paul Sweezy.¹⁴² A influência destes

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 182-183.

¹⁴¹ DOS SANTOS, T. **El nuevo carácter de la dependencia**. Segunda Reunión de la Asamblea General del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Lima, 1968. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1968. Disponível em: <https://repositorio.iep.org.pe/server/api/core/bitstreams/3ff32c19-da34-479f-a890-8db37b106d83/content>. Acesso em: 12 jul. 2025. Na página 1 do documento, pode-se ler o seguinte: “*Del documento: El Nuevo Carácter de la Dependencia, de Theotonio Dos Santos. Cuadernos del Centro de Estudios Sociológicos, n. 10, p. 1-25*” (grifo nosso).

¹⁴² Trata-se dos únicos autores citados no texto de Dos Santos. As obras em questão são “Monopoly Capital (Monthly Review Press, New York, 1966)” e “Notas sobre la Teoría del Imperialismo (Monthly Review, selecciones en castellano, n. 31)”. Dos Santos refere-se aos autores da seguinte maneira: “Los datos y el análisis de Baran y Sweezy nos permiten tanto comprender el carácter del crecimiento de nuestros países en las condiciones de la integración capitalista internacional, como hacen resaltar importantes consecuencias de ese crecimiento.” *Ibid.*, p. 21.

autores, identificados por Dos Santos como um dos principais veículos para a sua própria compreensão da teoria econômica marxista, poderia explicar alguns traços da sua obra que são de particular importância para entender as diferenças teóricas no interior do marxismo dependentista.¹⁴³

Em função do anterior, é pertinente apresentar algumas considerações sobre a obra desses autores. Em seu principal trabalho teórico sobre o imperialismo¹⁴⁴, ambos os intelectuais pretenderam atualizar as formulações de Marx expostas em *O Capital*, questionando aspectos de sua obra que consideravam ultrapassados.¹⁴⁵ O aspecto fundamental dessa “inovação” é a substituição da lei do valor como princípio regulador do capitalismo e a apresentação dos conglomerados como sujeitos capazes de controlar preços e monopolizar tecnologia, sem outra determinação que a enunciação de uma genérica superioridade produtiva. Esses atributos são personificados pela economia estadunidense, o que explicaria seu papel hegemônico na dinâmica imperialista do período do pós-guerra.

Na medida em que os autores entendem a tendência decrescente da taxa de lucro como uma característica do capitalismo competitivo, consideram que ela não é mais operativa nas condições do imperialismo monopolista. Este, pelo contrário, se caracterizaria por uma “lei da tendência crescente do excedente”, derivada do aumento da capacidade produtiva gerada pela concentração e centralização do capital e a capacidade de controlar preços. O problema central, contudo, é que

¹⁴³ Como destacamos na introdução deste trabalho, tende-se, muitas vezes, a conceber a TMD como uma escola homogênea e diretamente influenciada pela obra de Sweezy e Baran. Nossa análise indica que essa influência se manifesta sobretudo nas formulações de Theotônio dos Santos e, por meio dele, repercute em outros trabalhos. Essa observação está em consonância com as considerações de Machado Gouvêa, cuja pesquisa — uma das poucas a tratar da questão — destaca esse aspecto, a nosso ver, em virtude da atenção dedicada pela autora à discussão teórica nos marcos da crítica da economia política. Em uma extensa nota de rodapé, ela afirma: “[...] Embora não sejam verificáveis nos principais escritos de Ruy Mauro Marini sobre a teoria do valor – o que é louvável –, outras proposições, como a formulação de uma nova acepção de ‘capital monopolista’, são amplamente identificáveis em uma série de obras (como *Imperialismo e dependência*, de Theotônio dos Santos (1978), com artigos formulados desde 1966), chegando, inclusive, a ser apontada explicitamente como controversia (sob o nome ‘capital corporativo’) no livro de Orlando Caputo e Roberto Pizarro, *Dependencia y relaciones internacionales* (1973).” GOUVÊA, *op. cit.*, 2016, p. 210–211. Em outro trabalho, indicamos diferenças similares: SARAPURA, S. O imperialismo na teoria da dependência. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **A era do imperialismo**. São Paulo: Livraria da Física, 2024, p. 284–297.

¹⁴⁴ BARAN, P.; SWEEZY, P. **El capital monopolista**. México: Siglo XXI. 1982

¹⁴⁵ Segundo eles, a limitação residia no fato de que “[...] a análise marxista do capitalismo ainda repousa, em última instância, sobre o pressuposto de uma economia competitiva”. Assim, afirmam que Marx “[...] não considerou os monopólios como elementos essenciais do capitalismo, mas, sim, como um resquício do passado feudal e mercantilista” (tradução nossa). *Ibid.*, p. 9.

esses excedentes se tornam tão grandes que não conseguem ser absorvidos pela demanda gerada pelo próprio sistema, criando uma dificuldade crônica de realização. É essa tendência que, por sua vez, explica a necessidade de buscar saídas para o excedente, como a expansão de atividades improdutivas e a exportação de capital.

Desse modo, ao atribuírem um poder acima das leis da concorrência aos grandes conglomerados capitalistas da economia estadunidense, os autores incidem em uma contraposição entre concorrência e monopólio que esvazia o sentido das leis tendenciais formuladas originalmente por Marx. Ignora-se a dinâmica intrinsecamente competitiva do modo de produção capitalista, que compreende concorrência e monopólio como duas faces do mesmo movimento. Além disso, a discussão sobre os limites internos do capital se afasta da análise marxiana original — centrada na relação entre a produção de mais-valia e o aumento relativo do capital total — em prol de uma análise centrada no mercado e nos problemas de realização da mais-valia dependentes da demanda.¹⁴⁶

Essa reinterpretação do funcionamento da economia capitalista serve de base para uma explicação do subdesenvolvimento centrada na noção de “extração do excedente econômico” derivado da genérica capacidade monopolista. Isso desloca o eixo de análise marxiano do capital da contradição capital-trabalho para: i) a simples enunciação da propriedade do capital e do controle do conhecimento científico — que, mediante preços de monopólio royalties, pagamentos por serviços etc., explicaria a exploração do centro pela periferia —; e ii) a identificação do desequilíbrio entre produção e consumo como a contradição fundamental do capitalismo (problemas de realização da mais-valia). É claro que essas contradições são reais e extremamente relevantes, mas a forma como são apresentadas na obra de alguns autores dependentistas não as situa em sua relação com a contradição essencial do capitalismo.

¹⁴⁶ Uma crítica nesse sentido pode ser encontrada na obra de Paul Mattick, para quem a ênfase na noção de excedente apaga o exame das relações em termos de valor, da mais-valia e do capital total. Desaparece, assim, o limite imanente à produção do lucro que a análise do aumento da composição orgânica e da redução do capital variável permitiria apreender. O estancamento deixa de ser explicado pelas relações entre capital e trabalho, e passa a ser atribuído às dificuldades de realizar o valor na esfera do mercado. A taxa de exploração é descartada, e o problema central se reduz à utilização do excedente, sem que essas questões sejam relacionadas. Por isso, segundo o autor, Baran e Sweezy teriam abandonado a análise marxiana em favor de uma abordagem burguesa: “[...] que não opera com termos de classe como valor e mais-valia, mas com a amálgama da renda nacional, o conceito de ‘demanda efetiva’ e os remédios keynesianos para o estancamento do capital.” MATTICK, P. *Marxismo y capital monopolista*. In: MATTICK, P. *Crítica de la teoría económica contemporánea*. México: Ediciones Era, 1980. p. 70.

Essas características permitem compreender também certos aspectos teórico-metodológicos presentes nas obras que, como mencionamos antes, podem ser identificadas como resultados das linhas de investigação do primeiro plano. Assim, tanto Bambirra como Caputo e Pizarro prestam, em seus respectivos escritos, especial atenção aos efeitos da propriedade do capital como mecanismos de transferência de valor ou extração de “excedentes”, e aos problemas relativos à impossibilidade de expandir a produção orientada para o mercado interno. Essa perspectiva vincula o processo à inviabilidade de uma reforma agrária nas condições próprias das economias dependentes — questão que, como vimos no primeiro capítulo, também se apresenta nos trabalhos de Marini correspondentes ao livro *Subdesenvolvimento e Revolução* e, em certa medida, também ao livro juvenil de Dos Santos.

Embora contradições como as transferências estruturais de valor e os problemas de realização do mais-valor sejam fundamentais para a compreensão da dinâmica do capitalismo latino-americano — sobretudo no período abordado pelos autores dependentistas —, e embora também sejam estudadas sob uma metodologia rigorosa e sustentada por ampla documentação empírica, nem sempre se estabelece claramente como seu fundamento a reprodução do capital baseada na exploração da força de trabalho. Em outras palavras, tais contradições nem sempre são situadas ou expostas em sua relação com a lógica incontrolável que rege a valorização do capital, fundada na continuidade da apropriação do trabalho excedente produzido pela classe trabalhadora na esfera da produção. Dessa forma, a discussão tende a concentrar-se predominantemente nas instâncias da circulação do valor, das relações de propriedade e da capacidade qualitativamente superior do imperialismo, relegando a um segundo plano a articulação desses processos com a esfera da produção de valor e com a lógica impessoal que comanda o processo de valorização capitalista.

Uma vez que essa dimensão essencial não é exposta, o estudo das relações de dependência tende a derivar para uma compreensão unilateral do funcionamento do capitalismo e das próprias “relações de dependência” que se desenvolvem no mercado mundial. A dependência passa a ser concebida como uma condição passível de superação, sem o questionamento dos fundamentos das relações sociais de produção capitalistas que a originam — cuja operacionalidade, por natureza mundial, também é negligenciada. Isso explica o tipo de exposição que verifica sua superação ou mudança qualitativa na estatização dos meios de produção, como acontece na obra de Dos Santos.

A crítica presente nos trabalhos inspirados na elaboração de Dos Santos tende a afastar-se do sentido marxiano, que busca, em primeiro lugar, desnaturalizar as relações sociais capitalistas, revelando a lógica alienada que lhes subjaz. Como entendemos, o objetivo da crítica marxiana não é apenas descrever adequadamente o processo de acumulação capitalista, nem a ação das classes sociais ou dos Estados nacionais, mas demonstrar como essas dinâmicas estão determinadas pela condição de alienação geral da própria lógica incontrolável do capital. Em outras palavras, é apresentar seu fundamento nessa lógica — a mesma que não pode ser explicada sem a exposição da especificidade histórica do capitalismo como modo de produção baseado na exploração do trabalho livre e na generalização das relações sociais mediadas pela forma mercadoria.

Uma análise que ignora esse sentido pode levar, por exemplo, à representação do enfrentamento entre Estados capitalistas como se estes não estivessem submetidos a qualquer outra determinação que não sua própria capacidade — definida, em geral, pela trajetória histórica particular de desenvolvimento capitalista, e não segundo as leis tendenciais que se lhes impõem necessariamente por sua condição alienada nas relações sociais do capital. Enfatizamos novamente: a explicação da lógica de funcionamento dessas relações sociais e de sua reprodução no tempo passa, necessariamente, pela exposição da esfera em que ocorre a exploração da força de trabalho — instância negligenciada pelos autores que se avocaram à discussão do imperialismo sem mediações teóricas, indo diretamente às formas fenomênicas mais evidentes da dominação e da opressão internacional. No capítulo seguinte, discutiremos de forma mais sistemática as questões aqui levantadas.

2.3 O SEGUNDO PROJETO DE PESQUISA E A PROPOSIÇÃO DE UMA *DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA*

Ao analisar o projeto de 1971, intitulado “*Acumulação do capital, relações de classe e estruturas políticas em condições de subdesenvolvimento*”¹⁴⁷ (tradução nossa), saltam à vista várias diferenças com o primeiro esquema de investigação. A primeira reside na participação dos

¹⁴⁷ CESO – Centro de Estudios Socio-Económicos. [segundo proyecto] Acumulación de capital, relaciones de clase y estructuras políticas en condiciones de subdesarrollo. Santiago: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, [reprodução de versão original mimeografada], 1971. In: CÁRDENAS, J.; LANA, R. (ed.). **El giro dependentista latinoamericano: los orígenes de la teoría marxista de la dependencia**. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022, p. 59-67.

integrantes. Agora figuram como responsáveis pelo projeto André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Julio López Gallardo. Na hora de avaliar a mudança de participantes, é importante considerar o impacto gerado pela vitória eleitoral da UP e a incorporação de alguns membros do CESO como quadros para a gestão do governo.

Por outro lado, o uso dos conceitos de “acumulação”, “relações de classe” e “estruturas políticas” denota uma maior precisão conceitual em contraste com as noções mais gerais de relações de dependência e “estruturas internas” presentes no primeiro projeto. Além disso, a apresentação que consta no texto indica como data de início das atividades o ano de 1971 e, como data de término, 1973. Constitui-se, portanto, de um projeto realizado durante os primeiros anos do governo de Salvador Allende, marcado, como se sabe, por uma crescente agudização dos conflitos de classe. Por sua vez, as anotações dispersas no documento indicam tratar-se, muito provavelmente, de um rascunho.

Ainda mais do que no primeiro esquema, nesse projeto destacam-se pretensões de inovação teórica. No ponto 4, dedicado à apresentação dos objetivos do projeto, dá-se a entender que ele busca: “*Estabelecer uma alternativa teórica para os estudos sobre o desenvolvimento dependente, a partir dos seguintes pontos de vista*” (tradução nossa, grifo nosso).¹⁴⁸ Em seguida, são enumerados cinco pontos que, de modo geral, se caracterizam por propor a articulação analítica do processo de acumulação de capital, a exploração da força de trabalho e as formas de dominação políticas.

Assim, o documento indica: “a) mecanismos concretos por meio dos quais a economia dependente orienta o processo de acumulação”; “b) relações de produção que se estabelecem com base no processo de produção capitalista”; “c) o módulo social, ou estrutura de classes, que estabelece a reprodução ampliada do sistema”; “d) as relações de poder que correspondem ao módulo mencionado (estudo da violência, da participação e do grau de flexibilidade institucional)”; “e) relações entre o Estado e a acumulação de capital (estudo da intervenção estatal e do capitalismo de Estado)” (tradução nossa).¹⁴⁹

Depois de mencionar uma orientação metodológica genérica, desprovida de maiores detalhes ou relevância, são apresentadas considerações de ordem teórica acerca das linhas gerais

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 60.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 60.

do projeto. Partindo do ponto de vista segundo o qual os aspectos superestruturais da sociedade são determinados por uma infraestrutura, o documento assinala como objetivo da investigação:

[...] captar cómo, a partir de las relaciones de explotación, que rigen en la producción de sus condiciones materiales de existencia, las clases sociales de las formaciones dichas periféricas, dependientes o subdesarrolladas estructuran un sistema de dominación que afianza y profundiza la explotación.¹⁵⁰

Trata-se, portanto, de entender como, a partir das relações capitalistas básicas de exploração, se erige uma superestrutura política e uma estrutura de classes que, em conjunto, configuram um sistema de dominação que reforça a mesma relação social de exploração sobre a qual se fundamenta. Há, nessa abordagem, uma clara compreensão da hierarquia entre as instâncias da realidade, que, em contraste com o primeiro esquema, toma as relações de exploração classistas como o ponto de partida elementar para caracterizar o funcionamento das sociedades dependentes.

A seguir, apresenta-se uma síntese sobre “a lei da população gerada pelo desenvolvimento do capitalismo”.¹⁵¹ Esta tem a intenção de mostrar que a superexploração — entendida como a exploração levada aos seus limites físicos — constitui uma tendência inerente à acumulação capitalista em geral, em função do crescimento da população sobrando. A nível social, segundo o texto, isso resulta em um aumento da proletarianização e da extensão da urbanização. Nas condições do pós-guerra, argumenta-se, continua a imperar a contradição básica da acumulação, ou seja, “[...] a contradição básica entre a composição orgânica ascendente e a proletarianização crescente [...]”.¹⁵²

Depois da síntese sobre tendências de ordem geral, apresentam-se, em seguida, considerações relativas aos países que “se desenvolvem sob o signo da superexploração”, nos quais a contradição assume expressões particulares com implicações políticas também específicas. Nesse sentido, remetendo-se a Marx, o texto afirma que: “[...] a investigação se centra no estudo dos países de maior desenvolvimento relativo da América Latina (principalmente Brasil, México, Argentina e Chile), seguindo a indicação de Marx no sentido de que ‘a anatomia do homem contribui para iluminar a anatomia do macaco’” (tradução nossa).¹⁵³

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 61.

¹⁵¹ *Ibid.*, p. 62-63.

¹⁵² *Ibid.*, p. 63.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 63.

Como se torna evidente — e, de fato, como sintetizam os próprios autores do projeto — a proposta de análise parte da identificação das leis do desenvolvimento capitalista em geral, para depois tentar se aproximar de sua forma específica nos países dependentes.¹⁵⁴

O ponto seguinte do projeto de investigação é uma lista bibliográfica dividida entre títulos nacionais e internacionais. A principal diferença em relação aos trabalhos e ao esquema anterior é a ausência de referências à obra de Paul Baran e Paul Sweezy, mencionada como referência teórica central nas investigações do primeiro esquema e em algumas obras que a ele podem ser associadas.

O ponto seguinte também tem a forma de uma redação e versa sobre o “Estado atual das investigações existentes sobre o tema e importância relativa do Projeto”.¹⁵⁵ Neste, afirma-se de maneira taxativa que:

No hay a rigor investigaciones sobre el tema, sino más bien trabajos que lo han tocado de manera más o menos explícita, a partir de dos perspectivas: la dinámica global de la acumulación y el proceso y las formas de dependencia. En el primer caso, el objeto de estudio es el sistema en su conjunto, lo que no permite tratar a las formaciones sociales subdesarrolladas en su especificidad; en el segundo, el objeto de estudio son las relaciones que se establecen entre esas formaciones y el sistema, lo que, si arroja luz sobre su dinámica interna, no permite captarla a partir de lo que la determina en última instancia — las relaciones entre las clases, tanto a nivel de la economía como de la política.¹⁵⁶

É bastante evidente que a posição de superação crítica presente no projeto — assim como aquela expressa no primeiro esquema — se dirige principalmente às formulações da teoria social latino-americana produzidas até então, que recorriam à noção de dependência, atribuindo-lhe os mais diversos significados, sem uma discussão teórica e metodológica suficientemente rigorosa. A nova formulação desenvolvida no CESO, contudo, enfatiza de maneira ainda mais clara que a anterior a ausência de uma compreensão adequada do papel determinante das relações de classe nos estudos sobre a dependência. A ideia mais genérica de “estruturas internas” é superada, no segundo projeto, pela referência explícita às contradições de classe. Isso, claro, não quer dizer que os trabalhos do “primeiro esquema” não contemplem o estudo das classes sociais. A questão que

¹⁵⁴ “El estudio se desenvuelve mediante el examen de — previa identificación de las leyes del desarrollo capitalista en general — las particularidades que dichas leyes revisten en estos países, para lo que se echa mano de la investigación histórica y empírica [...]” *Ibid.*, p. 61.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 65.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 65-66.

tentamos assinalar é que a compreensão das classes, relacionada à acumulação de capital e às suas leis tendenciais, é mais explícita no segundo projeto.

A diferença entre os quadros interpretativos tornar-se-á ainda mais evidente quando, como veremos adiante, na principal obra de Marini, a contradição entre capital e trabalho for apresentada como o elemento fundamental da condição dependente, evidenciando o papel central da força de trabalho — isto é, da classe trabalhadora enquanto produtora de valor.

A proposta do novo projeto assume, tal como o anterior, pretensões de inovação de ordem teórica, na medida em que espera estudar as sociedades dependentes elaborando “[...] uma nova perspectiva a partir da qual se possa compreender a dinâmica econômica e política dessas formações sociais e o caráter específico que nelas assume a legalidade própria do capitalismo” (tradução nossa).¹⁵⁷ Maior precisão conceitual, no entanto, remete-nos, de forma mais explícita, às formulações teóricas marxianas, pois atribui à questão das classes sociais e à dinâmica da acumulação de capital o papel preponderante na apreensão das formas políticas. Além disso, não apenas se propõe o estudo da dependência como situação condicionante com repercussões nas “estruturas internas”, mas também se coloca explicitamente como questão o estudo dessa condição partindo dos seguintes pressupostos: i) que existem leis gerais da acumulação de capital; e ii) que essa legalidade se particulariza nas sociedades dependentes.

Apesar de se tratar de um esboço, o segundo projeto de investigação parece manter uma relação direta com a perspectiva teórica de Ruy Mauro Marini. Isso se depreende não apenas do fato de seu nome constar como responsável pelo projeto. Com efeito, se esse fosse o único critério, também seria possível estabelecer conexões diretas com a obra de André Gunder Frank — o que, acreditamos, não é possível, sobretudo porque a perspectiva teórica desse autor, embora incorpore certos elementos do pensamento marxiano, não se propõe, de forma explícita, a compreender a legalidade específica do capitalismo latino-americano como particularização das leis tendenciais expostas originalmente por Marx, com ênfase nas relações de exploração da força de trabalho. Esse esforço, por outro lado, é especialmente notório tanto na obra de Marini quanto nesse projeto.

Do mesmo modo, a tentativa de relacionar as relações de exploração especificamente capitalistas com a organização de um regime político de dominação de classe é algo que se manifesta de forma evidente nos textos de Marini analisados no primeiro capítulo. Essa preocupação, no entanto, não se observa com a mesma ênfase — ao menos no que se refere às

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 66.

implicações da dominação política derivadas da necessidade de uma maior exploração do trabalho vivo — nas obras de outros autores vinculados ao CESO que não foram diretamente influenciados por sua elaboração teórica, mesmo quando mantiveram relações de colaboração com ele.

Como é sabido, Marini empreendeu o esforço mais sistemático, no âmbito do CESO, para compreender a especificidade da acumulação capitalista nas economias dependentes, partindo da crítica da economia política e do arsenal categorial marxista. Ao contrário do que se observa em outros estudos desenvolvidos no mesmo espaço, seu trabalho revela um empenho em incorporar a teoria do valor de Marx, com o objetivo de apreender a dinâmica de acumulação presente no conjunto das sociedades latino-americanas.

Essa orientação teórica alcançará sua formulação mais acabada em dois textos produzidos durante o período aqui analisado. O primeiro é o ensaio *Dialéctica de la dependencia* (1973), cuja versão preliminar e incompleta levava o título *Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora* (1972); o segundo corresponde a uma intervenção preparada para um seminário sobre a América Latina, organizado na Itália pelo Instituto de Estudos da Sociedade Contemporânea (ISSOCO), intitulada *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo* (1972).

Segundo o próprio Marini, o esforço teórico apresentado pela primeira vez em *Dialéctica de la dependencia* tinha como objetivo: “[...] o estabelecimento de uma teoria intermédia, que, informada pela construção teórica de Marx, conduzisse à compreensão do carácter subdesenvolvido e dependente da economia latino-americana e sua legalidade específica [...]”.¹⁵⁸ O anterior pode esclarecer a importância de que, em *Dialéctica*, Marini inicie a sua exposição recuperando o sentido da ortodoxia do marxismo enquanto método — na forma indicada pelo jovem Lukács.¹⁵⁹ Assumindo esse ponto de vista, pode posicionar-se criticamente frente a dois desvios presentes no marxismo latino-americano da época que impediam a caracterização adequada das sociedades latino-americanas: o dogmatismo e o ecletismo.¹⁶⁰

Segundo o autor, os limites de ambas as perspectivas residiam, por um lado, em tentar forçar a realidade a se ajustar aos conceitos (no caso do dogmatismo) e, por outro, em incorporar

¹⁵⁸ MARINI, *op. cit.*, 1991.

¹⁵⁹ “[...] Así pues, marxismo ortodoxo no significa reconocimiento acrítico de los resultados de la investigación marxiana, ni ‘fe’ en tal o cual tesis, ni interpretación de una escritura ‘sagrada’. En cuestiones de marxismo la ortodoxia se refiere exclusivamente al método”. LUKÁCS, G. **Historia y consciencia de clase. Estudios de dialéctica marxista**. México: Editorial Grijalbo, 1969. p. 1-2.

¹⁶⁰ MARINI, R. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.

categorias e conceitos incompatíveis entre si (no caso do ecletismo). Para Marini, a ortodoxia do marxismo residiria, pelo contrário, na capacidade de descobrir categorias que apreendam o movimento do capital nas condições concretas da América Latina, como formas particulares daquelas categorias gerais descobertas por Marx em seu estudo do capital. Essas categorias devem estar vinculadas a esse ponto de partida teórico radicalmente antidogmático, o qual, ao mesmo tempo, rejeita a incorporação de conceitos e marcos analíticos alheios à crítica marxista, por tenderem à mistificação da realidade.

Na primeira parte do ensaio, Marini expõe as condições históricas em que a América Latina se incorpora ao mercado mundial.¹⁶¹ O sociólogo coloca o leitor diante dos processos que concorrem para a emergência da formação social latino-americana como uma formação desprovida de relações coloniais de dominação. Essa formação, por seu papel histórico na expansão dos meios de pagamento e na ampliação do fluxo de mercadorias — que, segundo sustenta, pavimentam o caminho para a consolidação da grande indústria na Europa —, surge contribuindo para a consolidação de uma divisão internacional do trabalho marcada pela especialização produtiva entre países.

A compreensão da dependência, para o autor, começa, assim, por mostrar a mudança qualitativa: ela implica o pleno estabelecimento de um mercado mundial capitalista, dando especial atenção à forma como as relações de dominação entre países tendem a relegar a dominação político-militar direta a um segundo plano. Isso porque situa, em primeiro plano, relações de ordem econômica — relações que, desde a sua origem, se constituem de maneira desigual devido à origem europeia do desenvolvimento da grande indústria moderna.

A configuração da economia exportadora latino-americana a que Marini faz referência nessa primeira parte caracteriza-se, em primeiro lugar, por se basear na troca de produtos primários por manufaturas, à qual se somam, posteriormente, processos de endividamento orientados a sustentar o fluxo de importações face às crises do “setor externo”. Apresentadas essas determinações, o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho configura-se como uma situação de dependência que, como já indicamos, difere qualitativamente, para o autor, da etapa colonial precedente. É dependente porque se organiza em função de requerimentos externos — de matérias-primas e produtos alimentares —, mas, aqui, ao contrário de outras formulações, a

¹⁶¹ “1. La integración al mercado mundial” é o nome do primeiro momento do ensaio, que se inicia com uma explicação histórica que nos situa na esfera da circulação. *Ibid.*, p. 16-23.

dependência adquire outra conotação, intimamente ligada ao destaque do desenvolvimento e da expansão da grande indústria capitalista. Trata-se de:

[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia.¹⁶²

O que, a princípio, poderia parecer uma mera relação entre nações, é progressivamente superado à medida em que o autor explica, como fundamento da dinâmica competitiva internacional, a operacionalidade da lei do valor no mercado mundial. Mas já a exposição prévia se orienta a destacar o papel proeminente das relações econômicas especificamente capitalistas. Trata-se de relações de produção recriadas, de forma ampliada e constante, em um processo organicamente vinculado ao curso da acumulação de capital nos países centrais.

Daí que, nas linhas seguintes, ainda que reconhecendo os seus méritos, realize uma dura crítica ao sociólogo André Gunder Frank¹⁶³, e que destaque que a dependência, essa relação de subordinação entre nações, não pode ser liquidada sem a liquidação das relações de produção que ela envolve; ou seja, as relações capitalistas.¹⁶⁴

Desde esse momento, a categoria de dependência recebe um conteúdo específico que lhe imprime um caráter distinto. Ela se inscreve, como veremos, em uma exposição centrada em apresentar a situação atrasada das nações latino-americanas como uma circunstância imanente à reprodução ampliada do capital. Por isso, o autor fala de uma *reprodução ampliada da dependência*. Para Marini, o papel dos países latino-americanos como produtores de matérias-primas e produtos alimentares deixa de ser compreendido como um traço característico do seu

¹⁶² *Ibid.*, p. 18.

¹⁶³ “[...] Sin embargo, y allí reside la debilidad real del trabajo de Frank, la situación colonial no es lo mismo que la situación de dependencia. Aunque se dé una continuidad entre ambas, no son homogéneas [...] La dificultad del análisis teórico está precisamente en captar esa originalidad y, sobre todo, en discernir el momento en que la originalidad implica un cambio de cualidad. En lo que se refiere a las relaciones internacionales de América Latina, si, como señalamos, ésta desempeña un papel relevante en la formación de la economía capitalista mundial [...] solo en el curso del siglo XIX y específicamente después de 1840, su articulación con esa economía mundial se realiza plenamente. Esto se explica si consideramos que no es sino con el surgimiento de la gran industria que se establece en bases sólidas la división internacional del trabajo”. *Ibid.*, p. 19-20.

¹⁶⁴ “[...] El fruto de la dependencia no puede ser sino más dependencia, y su liquidación supone necesariamente la supresión de las relaciones de producción que ella involucra” *Ibid.*, p. 18.

insuficiente desenvolvimento capitalista e passa a ser concebido como parte constitutiva do seu desenvolvimento histórico-mundial impulsionado pela expansão da grande indústria e pela lógica sempre crescente da acumulação de capital. A análise exposta remete diretamente à formulação de Gunder Frank, segundo a qual desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces de uma mesma moeda, porém guarda uma especificidade. Marini é muito mais preciso na identificação não só da mudança qualitativa que supõe o caráter capitalista do processo, mas deste como processo ampliado, sempre crescente.

Assim, o papel de fornecedor de minerais e produtos alimentares, embora tenha raízes na dinâmica colonial, não pode explicar-se unicamente como uma herança desse período ou como a persistência de uma lógica imperial de pilhagem fundada em uma genérica superioridade político-militar. Esse processo anterior, passível de ser identificado com a acumulação originária que Marx apresentou como prólogo do modo de produção capitalista — e da qual certamente participa a América Latina —, não pode ser nada mais que um ponto de partida para compreender plenamente o papel que a economia latino-americana cumpre sob as novas condições qualitativamente diferentes.

Para Marini, o papel da periferia latino-americana está na sua contribuição para o aumento da produtividade, o desenvolvimento da mais-valia relativa e a contenção da queda da taxa de lucro dos países centrais. Por isso, participa incidindo não só sobre o fluxo de riquezas ingentes que possibilita a emergência histórica da grande indústria, mas também sobre seu funcionamento regular:

[...] Más allá de facilitar el crecimiento cuantitativo de estos [dos países imperialistas], la participación de América Latina en el mercado mundial contribuirá a que el eje de la acumulación en la economía industrial se desplace de la producción de plusvalía absoluta a la de plusvalía relativa, es decir, que la acumulación pase a depender más del aumento de la capacidad productiva del trabajo que simplemente de la explotación del trabajador.¹⁶⁵

O que importa ressaltar neste ponto é o sentido que assume a participação da América Latina no mercado mundial capitalista, em função do seu lugar de fornecedora de matérias-primas e produtos alimentares, inicialmente. Trata-se, para Marini, de uma relação duradoura, determinada pelos requerimentos das economias centrais, a qual afeta e condiciona o próprio processo de

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 23.

acumulação nos países latino-americanos, definindo a configuração interna de sua estrutura produtiva e — como Marini demonstrará mais adiante — a forma específica que assumem as relações de exploração.

Assim, essa especialização produtiva em mercadorias não industriais, frequentemente interpretada como ausência de capitalismo, deixa de ser concebida como um resqúcio externo a esse modo de produção, pois é compreendida em sua articulação com o processo mundial inaugurado pela grande indústria moderna.

Por isso, depois de expor o sentido geral da integração histórica da América Latina ao mercado mundial capitalista — isto é, sua contribuição para a consolidação da produção de mais-valia relativa como forma preponderante nos países centrais —, a análise busca desvendar o “segredo da troca desigual”¹⁶⁶ que se manifesta no comércio de bens manufaturados por produtos primários e alimentos.

Para isso, Marini considera necessário introduzir uma digressão teórica destinada a dissipar a confusão entre os conceitos de mais-valia relativa e produtividade.¹⁶⁷ A questão fundamental que se deriva do seu raciocínio é que o aumento da produtividade nos países centrais se caracteriza por ter implicado taxas de mais-valia cada vez mais elevadas, sustentadas no papel central que a mais-valia relativa adquire nessas formações sociais. Ou seja, afirma que a exploração dos trabalhadores nos países centrais desenvolve-se historicamente através da desvalorização real da sua força de trabalho.

Neste processo, as exportações latino-americanas cumprem um papel destacado. Enquanto os bens alimentícios exportados incidem mais diretamente na desvalorização da força de trabalho, os produtos primários contribuem para compensar, mediante o seu barateamento, o aumento da composição orgânica do capital derivado do incremento da produtividade. Este segundo processo, em particular, permite contrariar os efeitos da tendência decrescente da taxa de lucro. Assim:

[...] mediante una masa de productos cada vez más baratos en el mercado internacional [...] América Latina no sólo alimenta la expansión cuantitativa de la producción capitalista en los países centrales, sino que contribuye a se superen los

¹⁶⁶ Esse é o nome do segundo ponto do ensaio: “El secreto del intercambio desigual”. Constitui um momento de transição entre a exposição de caráter mais histórico, centrado na constituição do mercado mundial, e a análise da esfera da produção nos países dependentes. *Ibid.*, p. 24-38.

¹⁶⁷ *Ibid.* p. 24-27.

escollos que el carácter contradictorio de la acumulación de capital crea para esa expansión.¹⁶⁸

Partir desta análise, que tem claras reminiscências nas considerações de Marx sobre o comércio exterior¹⁶⁹, permite-lhe reelaborar a evidência empírica sobre a deterioração dos termos de troca ou “troca desigual” e avançar no desvelamento do seu “segredo”; ou seja, aquilo que não é imediatamente perceptível para o economista político. Para Marini, a queda secular dos preços e o aumento simultâneo da oferta de mercadorias latino-americanas, apesar disso, não podiam explicar-se apelando ao livre jogo da oferta e da procura, nem à ação de uma força imperial superior em termos militares — explicações ambas que, se isoladas, constituem mistificações. A persistência de uma oferta abundante de produtos primários com preços decrescentes deveria explicar-se a partir das relações de valor capitalistas. Ao colocar a questão nesses termos, a sua crítica não se restringe à denúncia de uma potência imperialista em particular, mas à relação social que engendra, de forma necessária, a existência de potências capitalistas e países dependentes:

No es porque se cometieron abusos en contra de las naciones no industriales que éstas se han vuelto económicamente débiles, es porque eran débiles que se abusó de ellas. No es tampoco porque produjeron más de lo debido que su posición comercial se deterioró, sino que fue el deterioro comercial lo que las forzó a producir en mayor escala. Negarse a ver las cosas de esta manera es mixtificar la economía capitalista internacional. Es hacer creer que esta economía podría ser diferente de lo que realmente es. En última instancia conduce a reivindicar relaciones comerciales equitativas entre las naciones, cuando de lo que se trata es de suprimir las relaciones económicas internacionales que se basan en el valor de cambio.¹⁷⁰

A superação da imagem mistificada do comércio internacional exige que o autor exponha o processo de determinação dos preços de mercado (ou *valores de cambio*), assim como o processo de transferências de valor que ele implica no âmbito das relações comerciais internacionais. Essas transferências derivam, fundamentalmente, das diferenças na composição orgânica do capital e do seu impacto na produtividade do trabalho. Na medida em que, seguindo as categorias marxianas, tais diferenças permitem aos capitais de maior composição orgânica reduzir o valor individual e,

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 29.

¹⁶⁹ Sobre o papel do comércio exterior na evolução da taxa de lucro, ver: MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Capítulo 19. São Paulo: Boitempo, 2017.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 32.

assim, apropriar-se de lucros extraordinários, as nações especializadas na produção de manufaturas e com maior desenvolvimento industrial são apresentadas como apropriadoras intensivas de mais-valia, que assume a forma de lucros extraordinários ou monopólicos, seja pela capacidade de vender abaixo do valor social, seja simplesmente pela sua posição monopolista.¹⁷¹

O movimento analítico que apresenta as coisas em termos de valor implica um retorno à esfera da produção, o que conduz à apresentação de uma nova categoria destinada a captar a forma específica assumida pela exploração da força de trabalho nas condições concretas da América Latina. O “segredo da troca desigual”, por fim revelado, reside, nesta formulação, em um mecanismo de compensação: “o progressivo aumento da massa de valor trocado por parte da nação desfavorecida”.¹⁷²

A sua forma concreta na esfera da produção realiza-se mediante uma *superexploração do trabalho*¹⁷³, fundada em três procedimentos de caráter estrutural que derivam da necessidade de incrementar a massa de valor e permitem compensar a debilidade produtiva dos capitais da periferia: a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação do fundo de consumo dos trabalhadores.¹⁷⁴ Métodos característicos da mais-valia absoluta, mas que não excluem a mais-valia relativa, visto que esta, como se indicou antes, não se identifica imediatamente com o aumento da produtividade do trabalho. Segundo Marini:

¹⁷¹ Uma vez situado o leitor na esfera da circulação, Marini passa a explicar os mecanismos por meio dos quais se realiza a transferência de valor. Ele reconhece: i) aqueles de caráter intrasetorial, correspondentes “mais diretamente” às leis da troca; e ii) mecanismos de caráter intersetorial, que se relacionam “mais diretamente à sua transgressão” (da lei do valor). No interior de um ramo, segundo o autor, o preço de produção individual mais baixo de um capital mais produtivo — que permanece abaixo do preço de mercado — permite a apropriação de uma mais-valia extraordinária. O autor identifica esse mecanismo como mais presente na troca entre nações industriais ou imperialistas. O segundo mecanismo, de caráter intersetorial, está mais diretamente relacionado a uma capacidade monopolista que não é plenamente explicada, sendo apenas enunciada. Trata-se, segundo o autor, da forma mais recorrente de transferência entre países dependentes e imperialistas. Apesar dessa imprecisão — já indicada por outros autores (ver: MOURA, *op. cit.*, p. 143) —, o sentido geral de sua exposição, orientada a articular produção e circulação, nos parece capaz de revelar, como assinala Carcanholo, que: “Los mecanismos de transferencia de valor se definen por la diferencia entre la producción y la apropiación de valor, y se articulan con la producción capitalista en las naciones dependientes (que, a su vez, se articularán dialécticamente con el proceso de realización-consumo), constituyendo una totalidad dialéctica, la dependencia.” Ver: CARCANHOLO, M. Capitalismo y dependencia: la importancia de la teoría marxista de la dependencia. *In: Estudios Latinoamericanos, nueva época*, n. 53, enero-junio, 2024, p. 60.

¹⁷² MARINI, *op. cit.*, 1973, p. 37.

¹⁷³ Trata-se do terceiro momento do ensaio e constitui a primeira aproximação da esfera da produção. *Ibid.*, p. 38-49.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 40-41.

Importa señalar además que, en los tres mecanismos considerados, la característica esencial está dada por el hecho de que se le niega al trabajador las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocándose así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo esencialmente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. En términos capitalistas estos mecanismos (que además se pueden dar, y normalmente se dan, en forma combinada) significan que el trabajo se remunera por debajo de su valor, y corresponden, pues, a una superexplotación del trabajo.¹⁷⁵

A extensa citação permite destacar a relevância que o autor atribui ao estudo da esfera da produção de valor, evidenciando as consequências que a dinâmica competitiva do capitalismo, no âmbito da circulação, exerce sobre a própria capacidade de trabalhar.¹⁷⁶ Em seguida, o autor indica que essa exposição relativa às formas de exploração da força de trabalho tem como propósito, fundamentalmente, investigar o movimento real que orienta a formação do capitalismo dependente. Em suas próprias palavras: “*de la circulación a la producción, de la vinculación al mercado mundial al impacto que ello acarrea sobre la organización interna del trabajo, para volver entonces a replantear el problema de la circulación*”.¹⁷⁷

Por isso, o passo seguinte da análise consiste em regressar à esfera da circulação.¹⁷⁸ Segundo Marini, a reprodução da estrutura produtiva latino-americana, historicamente orientada para a exportação e sustentada na superexploração, determina uma forma particular do ciclo do capital. Ao contrário dos países desenvolvidos, a acumulação na América Latina desenvolve-se com base na compressão do consumo de massas. A importância histórica do mercado externo na configuração da estrutura produtiva acentua a dissociação entre as esferas da circulação e da produção, debilitando a capacidade do consumo operário de participar ativamente da realização da produção — ainda que seja determinante na produção de valor e, conseqüentemente, na formação da taxa de mais-valia. Isso contribui para reforçar a persistência dos mecanismos de extração de

¹⁷⁵ *Ibid.*, p. 43.

¹⁷⁶ Isso, por sua vez, permite esclarecer que, embora o autor faça referência à “superexploração do trabalho”, do ponto de vista teórico é bastante claro que se refere à venda da capacidade de trabalhar, e não ao fruto do trabalho.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 48.

¹⁷⁸ O quarto momento do ensaio leva, por isso, o título “*El ciclo del capital en la economía dependiente*”. *Ibid.*, p. 49-55.

mais-valia absoluta já assinalados. A configuração específica do ciclo do capital nos países latino-americanos é, para Marini, outra determinação que tende a favorecer a existência da superexploração enquanto lei tendencial: o sacrifício do consumo operário em função da exportação reduz a demanda interna, consagrando o mercado mundial como esfera fundamental de realização.

Tudo isso convive com o crescimento da capacidade de consumo das classes dominantes locais, não possível de ser satisfeita por uma produção local que se orientava fundamentalmente a satisfazer os requerimentos do mercado mundial. Assim, Marini indica que o mercado interno dos países dependentes tende a uma estratificação mais acentuada do que aquela inerente às leis gerais da produção capitalista: a esfera inferior — operária — é comprimida por não ser fundamental para a realização da maior parte do valor produzido; a superior — burguesa — satisfaz-se mediante importações.¹⁷⁹ Dessa forma, Marini afirma que a defesa que alguns economistas faziam de uma complementaridade harmoniosa entre exportações primárias e importações de manufaturas encobre, na realidade, a fratura interna das economias dependentes, acentuando a compressão do consumo e gerando facilidades para a exacerbação da exploração até os seus limites físicos.

Para Marini, “o processo de industrialização”¹⁸⁰, longe de resolver as contradições já expostas da acumulação dependente, tende, ao contrário, a agravá-las a um patamar mais elevado. Embora, em suas fases iniciais, pareça convergir com o consumo popular, a longo do tempo revela-se como uma industrialização orientada para a demanda das camadas mais altas da sociedade, sem promover, de fato, a ampliação do mercado interno nos termos característicos das economias centrais. O desenvolvimento da produção industrial, segundo o autor, passa a se sustentar em dois pilares principais: de um lado, o consumo das camadas altas e médias da sociedade; de outro, o aumento da produtividade mediante o recrudescimento das condições impostas à classe operária produtiva e a incorporação de capital estrangeiro, sobretudo sob a forma de capital fixo.¹⁸¹ Esse processo articula-se ao interesse dos países centrais em escoar sua indústria obsoleta — sobretudo a partir dos anos cinquenta, quando se aprofunda a crise da chamada “economia exportadora”, configurada no final do século XIX e esgotada como padrão de reprodução do capital diante da progressiva implementação das políticas industrialistas.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 52-54.

¹⁸⁰ Quinto e seguinte ponto a ser analisado. *Ibid.*, p. 55-66.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 64.

A concentração e centralização do capital geradas por esse tipo de acumulação, no entanto, dão origem a novos problemas de realização, aos quais se procura responder por meio da intervenção estatal, do crédito ao consumo supérfluo, da expansão (sub)imperialista e do fortalecimento do aparelho burocrático. Esse é o “novo anel da espiral”, que constitui o último momento do ensaio.¹⁸²

Quando a expansão do processo de acumulação exige a ampliação do consumo, nas economias dependentes não se verifica um aumento do consumo interno, mas sim um impulso exportador — de caráter tipicamente imperialista — voltado à busca de mercados para a realização de capitais e mercadorias. Segundo Marini, essa tendência explica a emergência de experiências nacionais periféricas na competição interindustrial no mercado mundial, sem que isso implique uma ruptura com os mecanismos da acumulação dependente. Pelo contrário, essas formações sociais continuam a reproduzir formas brutais de exploração, bem como uma desconexão persistente entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas. Assim, Marini identifica as condições materiais que dão origem a projetos de integração regional e, sob determinadas circunstâncias, ao desenvolvimento de tendências subimperialistas. Esses aspectos, como vimos no capítulo inicial deste trabalho, são retomados nos textos dedicados à discussão sobre o golpe de 1964 no Brasil e às perspectivas da luta revolucionária na América Latina.

À luz do conjunto da exposição teórica de Marini no ensaio *Dialéctica de la dependencia*, observa-se que o autor retoma aspectos já presentes nos textos analisados no primeiro capítulo, sobretudo no que se refere à crítica da industrialização como caminho para o desenvolvimento e às suas limitações na ampliação dos mercados. A inovação do ensaio reside, porém, na análise da dependência a partir da lei do valor — considerando categorias mais concretas já expostas por Marx (trata-se de uma exposição que tem como pressuposto o conhecimento do trânsito do valor até a determinação dos preços de produção), a partir delas aproximando-se de outras ainda mais determinadas, como o papel exercido pelos preços de mercado e/ou monopolistas no processo de transferência de valor.

Mais do que oferecer uma explicação acabada sobre as transferências internacionais de valor, o ensaio propõe uma reconstrução do modo como as formas particulares de apropriação da mais-valia — mais especificamente, o fluxo de riqueza refletido na deterioração dos termos de troca, evidente até mesmo para o economista político desenvolvimentista — se articulam com uma

¹⁸² *Ibid.*, p. 66-67.

forma específica de exploração, colocando, assim, no centro da exposição, a esfera oculta da produção.

Além disso, o autor está constantemente atento à forma como as contradições na esfera da circulação do valor incidem sobre a esfera da produção de valor e, de forma geral, sobre a organização da estrutura produtiva. Esse é o sentido da discussão relativa ao ciclo do capital na economia dependente, que permite, ao mesmo tempo, uma aproximação à dinâmica de estratificação do consumo entre as diversas camadas da sociedade.

Assim, a noção de dependência, entendida inicialmente como a subordinação de um país formalmente livre a outro, adquire maior complexidade, pois tal condição se vincula, antes de tudo, a um fundamento essencial: as leis cegas da acumulação e da concorrência operando em escala mundial. A partir dessa concepção teórica, uma economia se apresenta como dependente na medida em que, pela especificidade de seu processo histórico — mas não apenas por isso —, sua participação na divisão internacional do trabalho se orienta para uma especialização em ramos da produção que não correspondem ao padrão de desenvolvimento capitalista dos países centrais, já que funcionam para satisfazer uma demanda alheia às suas fronteiras nacionais.

Por sua vez, isso contribui para que a realização do valor não requeira a incorporação massiva dos contingentes populacionais nacionais como consumidores. Esse ciclo específico do capital determina tendências na esfera da produção, estabelecendo como mecanismo de reprodução do capital não a ampliação da capacidade produtiva do trabalho, mas a intensificação da exploração, que recorre aos limites físicos do trabalhador, engendrando condições especialmente propícias para uma contínua superexploração da força de trabalho.

Dessa forma, uma das conclusões fundamentais do ensaio é que o recurso à superexploração, embora presente em qualquer economia capitalista, aparece para o capitalista latino-americano como uma possibilidade permanente ou tendencial, dada sua posição subordinada no mercado mundial e o acesso relativamente mais amplo a uma força de trabalho disponível. Com isso, não apenas se aprofunda a crítica ao desenvolvimentismo, como também se evidencia uma abordagem teórica que tende a se distanciar das obras e trabalhos vinculados ao primeiro esquema de investigação, em função de sua especificidade teórica, que dá conta da particularidade assumida pela relação da exploração do trabalho pelo capital. Trata-se de uma penetração analítica na esfera da produção que mostra ou expõe o particular da classe operária latino-americana enquanto

produtora da riqueza capitalista. Conforme entendemos, toda a exposição anterior nos permite falar de uma tensão interna nos estudos marxistas sobre a dependência

2.4 A TENSÃO INTERNA

A análise dos textos teóricos e dos planos de investigação permite esboçar algumas considerações sobre a produção dependentista desenvolvida no exílio chileno pelos autores aqui estudados. Atendendo à exposição presente nos textos, tornam-se evidentes diferenças de caráter teórico, que implicam distintas formas de crítica ao desenvolvimentismo, para além dos pontos em comum entre elas.

Durante a primeira etapa, em que o quadro teórico principal é a formulação de Theotônio dos Santos, observa-se que a discussão se concentra de maneira direta na constatação das assimetrias técnicas e produtivas na divisão internacional do trabalho, como fundamento da dinâmica de exportação de capitais que viabiliza a extração de um excedente da periferia. Nessa análise, a atenção dada às formações sociais dependentes centra-se fundamentalmente no papel descapitalizador do capital estrangeiro monopolista, instalado na manufatura e em seus vínculos com a burguesia local. Enfatiza-se a descrição dessa integração e a forma como essa associação não permite a expansão do mercado interno.

As menções ao lugar da força de trabalho são tangenciais ou não enunciadas em sua especificidade como produtora de valor, aparecendo, essencialmente, no que se refere ao seu papel como consumidora não plenamente integrada. Igualmente, o estudo das contradições de classe, embora seja considerado, não é apresentado como um processo determinado pela necessidade incesante de produzir valor, que implica a acumulação capitalista enquanto movimento impessoal. Pelo contrário, registra-se uma exposição que dá prioridade às personificações nacionais desse movimento, sem avançar na reconstituição do nexos entre ambas as instâncias

A proposta elaborada por Marini, em contrapartida, busca desenvolver-se incorporando categorias presentes em *O Capital*, assumindo, portanto, sua plena vigência para o estudo da época imperialista. Sua capacidade analítica de articular a esfera da produção com as formas mais evidentes de transferência de riqueza na circulação — as séries empíricas que expressam a deterioração nos termos de troca, por exemplo — permite aprofundar a crítica ao desenvolvimentismo iniciada por Theotônio dos Santos e pelos trabalhos que se relacionam de

forma direta com o primeiro esquema de investigação. Mas, como destacaremos, com evidentes diferenças.

As obras relacionadas ao primeiro esquema se distanciam tanto da perspectiva desenvolvimentista quanto de outras formulações que empregavam o conceito de dependência apenas em seu sentido de condicionante externo. Mostram, assim, que as relações econômicas entre países engendravam estruturas internas, e que a industrialização exercia um efeito descapitalizador sobre a economia nacional, não contribuindo na expansão do mercado interno. Tudo isso se situava no quadro de uma caracterização mais geral do imperialismo, no qual este aparecia como uma etapa qualitativamente distinta daquela analisada por Marx em *O Capital* e, portanto, como portador de tendências específicas — o que talvez permita explicar que se prescindisse da incorporação sistemática da teoria do valor.¹⁸³

Marini também dá atenção aos processos captados pelo quadro teórico do primeiro esquema — como a persistência da restrição do mercado interno, a transferência de valor ou “excedente” associada à propriedade do capital e a integração das burguesias locais ao imperialismo —, mas os expõe, demonstrando que seu fundamento reside nas relações sociais de produção especificamente capitalistas, considerando, portanto, a relação entre essas instâncias e a exploração da força de trabalho.

Assim, embora a dependência se manifeste como uma assimetria entre países, ela é apresentada pelo sociólogo como sendo, antes disso, um resultado necessário da concorrência intercapitalista. Em outras palavras, a relação de subordinação entre países é concebida como um processo determinado pela dinâmica universal da acumulação de capital, na qual as diferenças de ordem técnico-produtiva requerem que certos capitais se imponham sobre outros, em função de sua capacidade diversa de produção e apropriação de valor.

Essa dimensão produtiva, ao ser abordada em termos de valor, impõe uma análise crítica que vai além da simples constatação de uma distribuição desigual e injusta da riqueza no plano do mercado mundial — isto é, da diferença na apropriação de riqueza entre países mais ou menos desenvolvidos. Para além das implicâncias mais evidentes dessa desigualdade, Marini considera suas consequências para as formas que assume a exploração da classe trabalhadora. Apreende-se, assim, no ensaio, a relação entre produção e circulação de valor, superando uma discussão pautada,

¹⁸³ Trata-se, muito provavelmente, da influência da obra de Baran e Sweezy já comentada.

fundamentalmente, no enfrentamento interestatal. É isso que explicam os movimentos analíticos do ensaio, ora atendendo à circulação, ora à produção.

Por essa razão, fica claro que a análise de Marini, embora não desconsidere os aspectos evidentes do imperialismo e da dependência, não se limita a atribuí-los ao poderio de uma nação imperialista em particular, tampouco à mera debilidade competitiva das burguesias nacionais. Trata-se, antes de tudo, de compreendê-los como resultado de um processo inerente ao próprio movimento do capital e à sua lógica de concorrência, que, ao afirmar a lei do valor, cria as condições para sua negação.

As consequências analíticas dessa abordagem excedem, assim, a polêmica relacionada ao desenvolvimentismo e àquelas posições que atribuíam a persistência de regimes de exploração extremamente intensos — ou até mesmo não mediados por relações salariais — como evidência de uma suposta ausência de capitalismo na América Latina. Na medida em que a problemática da dependência, nessa perspectiva, aponta teoricamente para o esclarecimento da operatividade do valor no mercado mundial, evidenciando o momento negativo da lei do valor — para além do nível de abstração contemplado por Marx em *O Capital* —, ela constitui uma contribuição de caráter mais geral.

Esse esforço, portanto, inscreve-se em uma lógica que consideramos característica do projeto crítico marxiano desenvolvido em *O Capital*: a do desvelamento sucessivo das formas aparentes que o movimento do capital impõe à consciência dos sujeitos alienados nas relações de valor. No caso da dependência, trata-se de demonstrar que essa condição, embora se manifeste de forma imediata como uma relação de dominação entre países, só pode ser efetivamente compreendida quando se supera tal aparência. Essa aparência não é ilusória por ser irreal; ao contrário, por ser operativa, atua ativamente na reprodução das relações sociais. Sua compreensão exige, portanto, uma crítica que a explique a partir de seus fundamentos essenciais — não imediatamente perceptíveis — cuja elucidação conduz a conclusões que desestabilizam os fundamentos do discurso teórico burguês ao revelar a origem do enriquecimento capitalista.

No caso que ocupou Marini, trata-se principalmente do discurso burguês em sua forma de nacional-desenvolvimentismo e, em certa medida, do etapismo reformista. Esse discurso se detém na coerção político-militar ou nas diferenças de distribuição da riqueza que implicam as relações econômicas internacionais, sem avançar na descoberta das relações que fundamentam esses

processos e possibilitam sua continuidade no tempo; ou seja, sem reconstituir o nexos entre a instância da circulação e a esfera da produção, onde acontece a exploração da força de trabalho.

Outra dimensão da proposta teórica de *Dialéctica de la Dependencia*, derivada da atenção à esfera da produção, consiste em responder às teses que interpretavam relações não mediadas pelo assalariamento — ou marcadas por níveis excessivamente intensos de exploração — como formas não capitalistas. Assim, não são poucas as leituras que enxergam, na constatação da superexploração como tendência, uma apologia indireta da exploração “normal”. No entanto, é fundamental lembrar que o ensaio não nega a possibilidade de superexploração nos países centrais. A exposição apenas vincula sua persistência na periferia à forma específica que o ciclo do capital assume nesses contextos e à dinâmica da concorrência que sua situação no mercado mundial determina.

Considerando, além disso, a importância atribuída aos elementos superestruturais no segundo projeto de pesquisa e na própria obra de Marini, torna-se evidente que um dos objetivos era relacionar a constatação da superexploração com a dinâmica da luta de classes, marcada por embates crescentes — muito distantes das condições observadas no capitalismo central, especialmente no período do pós-guerra. É justamente pela experiência histórica — da qual Marini foi um participante ativo — de um conflito de classes mais agudo que surge, no segundo projeto, o interesse em avançar na análise da relação entre a exploração da força de trabalho e os fenômenos superestruturais de dominação, relacionados mais diretamente à esfera política.

Uma das limitações da formulação de Marini, ainda que sua contribuição constitua um avanço teórico substantivo, é que, parece-nos, tende a apresentar tendências relativas a momentos históricos particulares como *legalidade específica do capitalismo latino-americano*. Embora essa não tenha sido a intenção do autor, o estatuto de “teoria intermédia” que tentava desenvolver não alcança o seu caráter plenamente acabado nos termos da crítica da economia política, entre outras razões porque exacerba o significado do material empírico que a informa — fundamentalmente, a experiência histórica capitalista que vai até o período da ISI e a sua entrada em crise.

O desenvolvimento concreto do modo de produção capitalista, pelo contrário, apesar de se caracterizar desde sempre por uma universalização que aprofunda assimetrias internacionais, apresenta, desde meados da década de setenta, a consolidação de uma divisão internacional do trabalho na qual a especialização produtiva não se manifesta de forma tão clara entre países produtores de matérias-primas ou especializados em produtos alimentares e produtos

manufaturados. A análise da dependência, assumida, tendo no seu fundamento a competição internacional capitalista, não pode proceder assumindo imediatamente uma analogia entre países desenvolvidos, com maior composição orgânica do capital, e aqueles menos desenvolvidos, identificados como países de menor composição orgânica e/ou com menor produtividade.

Da mesma forma, a restrição do consumo operário como consequência da ruptura do ciclo do capital, à luz das transformações no consumo de massas nos países latino-americanos, pode ser pensada mais como um traço conjuntural do que como uma lei tendencial, uma vez que sua potência analítica reside essencialmente na compreensão da impossibilidade da reforma agrária dirigida pela burguesia industrial, mas não é totalmente compatível com as modificações do consumo de massas na região diante das transformações.

Considerando essas limitações, resultam bastante úteis as considerações de Enrique Dussel, um dos críticos mais qualificados da TMD, quando afirma que a discussão sobre o movimento do capital ao nível de abstração do mercado mundial, e mesmo a níveis mais concretos, deverá ter em mente um conjunto de mediações e determinações que não foram teórica ou plenamente contempladas pelas teorias do imperialismo e da dependência.¹⁸⁴ Em boa medida, consideramos que isso se deve ao fato de que a elaboração da TMD se realizou dentro da lógica de trabalho predominante nas ciências sociais institucionalizadas, geralmente avessa ao cuidado expositivo e metodológico característico da tradição dialética.

Parece razoável, portanto, pensar que a formulação dependentista, elaborada sobretudo entre meados dos anos sessenta e inícios dos setenta, pode ser caracterizada não só como um projeto inacabado — como sustentavam os seus próprios formuladores —, mas como um desenvolvimento teórico situado “a meio caminho” entre a crítica marxiana da economia e uma economia política do imperialismo. Embora consiga realizar-se enquanto crítica do desenvolvimentismo, ela continua, em alguns autores mais do que em outros, encobrendo aspectos fundamentais da lógica alienante do modo de produção capitalista. No capítulo seguinte, aprofundaremos essa questão.

¹⁸⁴ Segundo o autor, deveria avançar-se a partir do “[...] mercado mundial (como totalidade concreta). Mercado mundial que constituía a sexta parte do projeto (de Marx), e que deveria ser o ponto de partida de todo o discurso teórico que pretendesse estudar um mercado metropolitano ou colonial, mais desenvolvido no centro em relação ao menos desenvolvido na periferia, etc. Se essa questão for situada após o mercado mundial, ela constituiria uma sétima parte do plano. Essa sétima parte deveria percorrer novamente a totalidade do discurso, agora ganhando em relação ao ‘capital em geral’, que se concretizaria como ‘capital central’ ou ‘capital periférico’; dois tipos específicos de capital que não devem jamais ser confundidos com o capital em geral.” (tradução nossa) DUSSEL, E. **A produção teórica de Marx**. Um comentário aos Grundrisse. México: Siglo XXI Editores, 1985. p. 361.

3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA OU CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

3.1 A PROBLEMATIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DEPENDENTISTA

No dia 11 de setembro de 1973, culminou tragicamente o processo de transformação social conduzido pelo médico socialista Salvador Allende. Diante da possibilidade de que a intervenção das massas ultrapassasse os limites da via legalista e gradualista — defendida e imposta pelas principais direções da esquerda chilena —, as classes dominantes do país articularam um golpe de Estado. O golpe deu lugar a uma brutal repressão política, planejada e executada pelas forças repressivas do Estado chileno, em estreita colaboração com o imperialismo estadunidense. A implementação de um plano destinado a extirpar todo questionamento à ordem capitalista dirigiu-se, em particular, contra os setores de vanguarda da classe trabalhadora, desencadeando-se, assim, uma guerra aberta contra os oprimidos em geral.¹⁸⁵ Como foi comum em outros países da América Latina, o desaparecimento forçado e a tortura constituíram práticas sistemáticas.

As condições institucionais que haviam permitido ao grupo de autores aqui estudados estabelecer-se profissionalmente e dar continuidade ao seu trabalho intelectual sucumbiram, como era previsível, diante da ofensiva golpista impulsionada pelas forças contrarrevolucionárias no Chile. Após superarem inúmeras vicissitudes na tentativa de salvaguardar sua integridade física diante do terrorismo de Estado — todas elas documentadas nos memoriais aqui citados —, conseguiram se estabelecer no México ainda na década de 1970, onde procuraram retomar sua atividade acadêmica. No entanto, diferentemente do que ocorrera no contexto chileno, o trabalho teórico voltado à questão da dependência foi, aos poucos, relegado a segundo plano, embora continuasse a exercer um papel central na trajetória intelectual e na projeção acadêmica de todos eles.

Uma das intervenções mais importantes em termos de polêmica teórica foi realizada por Vania Bambilra.¹⁸⁶ Como requisito para a aprovação em um concurso para professora titular na

¹⁸⁵ Cf. MARINI, R. **El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile**. Serie Popular. México: Ediciones Era, 1976.

¹⁸⁶ Outra intervenção significativa é a resposta de Ruy Mauro Marini às críticas de Fernando Henrique Cardoso. Essa resposta, contudo — assim como as de Vânia Bambilra —, caracteriza-se mais como uma tentativa de esclarecimento de aspectos mal compreendidos por seus críticos do que como uma reflexão sistemática sobre as limitações teóricas da abordagem marxista da questão da dependência, especialmente no que diz respeito aos problemas vinculados à teoria do valor de Marx. Cf. *Revista Mexicana de Sociología*,

Faculdade de Economia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), a estudiosa apresentou uma monografia cujo objetivo era realizar um balanço da TMD e das principais críticas que, até então (meados dos anos setenta), haviam sido formuladas a ela.¹⁸⁷ O trabalho foi posteriormente publicado em forma de livro, sob o título *Teoría Marxista da Dependência: uma anticrítica*.¹⁸⁸ Nele se responde a questionamentos de diversas naturezas que têm em comum, segundo entendemos, o fato de se basearem em uma abordagem parcial e pouco sistemática da formulação dependentista.

Segundo Bambirra, as críticas mais relevantes à teoria da dependência contestada por ela no livro podem ser listadas da seguinte maneira:

Es una concepción neomarxista; se utilizan categorías de análisis burguesas; la lucha de clases está ausente; es economicista; no se supera el marco teórico y la problemática del desarrollismo; la dependencia es una concepción nacionalista y hay una añoranza, una nostalgia nacionalista; hay una ultraizquierdización del análisis (fundamente una política ultraizquierda en América Latina); se considera la dependencia como un fenómeno externo; es una teoría falsa y políticamente peligrosa.¹⁸⁹

Em sua obra, a autora consegue responder de forma satisfatória a esses questionamentos. Começando por aqueles formulados pelo sociólogo Agustín Cueva aos trabalhos de Dos Santos, Bambirra empenha-se em demonstrar a coerência entre a teoria do imperialismo de Lenin e a TMD, apresentando esta última como uma continuidade crítica da primeira.¹⁹⁰ Em seguida, abordará outras observações nas quais desempenha um papel central a recorrência a citações de Marx,

v. 40, número extraordinário, 1978. Este número reúne o artigo de José Serra e Fernando H. Cardoso e a resposta de Ruy Mauro Marini. Ver: SERRA, J; CARDOSO, F.H. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, n. extraordinário, p. 9-55, 1978. MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y José Serra). **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, n. extraordinario, p. 57-106, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i282399>. Acesso em: 05 ago. 2025.

¹⁸⁷ BAMBIRRA, *op. cit.*, 1991, p. 54.

¹⁸⁸ BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Ediciones Era, 1978.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 34.

¹⁹⁰ Cueva sustentava que a teoria da dependência chegava a conclusões distintas daquelas defendidas por Lênin no livro *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Bambirra responde, afirmando que o dirigente soviético reviu sua posição inicial sobre a questão da forma do desenvolvimento capitalista nos países coloniais e semicoloniais, nos seguintes termos: “[...] pese a que Lenin no se ocupó a fondo del tema, él cambio a partir de 1920 la opinión que había sostenido en 1916 de que las exportaciones de capital conducirían a un acelerado desarrollo del capitalismo en los países atrasados. Naturalmente, insistimos, hubo desarrollo, pero coexistiendo con el atraso, un desarrollo muy sui generis que abrió paso a una nueva y más profunda dependencia estructural” (*Ibid.*, p. 51-52).

Engels, Lenin e outros clássicos do marxismo, assumidos como autoridades intelectuais incontornáveis dentro da argumentação.

A polêmica com Cueva pode ser definida, em grande medida, como centrada na questão de saber se a teoria da dependência era ou não marxista — o que, por vezes, parece indicar tratar-se de uma disputa de caráter mais formal e pouco frutífera do ponto de vista teórico. Essas considerações críticas serão seguidas por comentários no mesmo tom às obras de Octavio Rodríguez, em primeiro lugar, e, por fim, à de Enrique Semo; ambas, assim como a primeira, orientam-se mais para o esclarecimento de mal-entendidos do que para um debate sobre o estatuto teórico e a criticidade do enfoque dependentista.¹⁹¹

Lembrar aqui da *Anticrítica* de Vânia Bambirra permite-nos não apenas destacar o tipo de orientação que caracterizou as impugnações dirigidas à primeira formulação especificamente marxista sobre a questão da dependência, mas também, em alguma medida, a própria conformação e o desenvolvimento teórico dessa formulação. A tensão interna na TMD — evidenciada pela comparação de suas elaborações teóricas mais significativas no segundo capítulo desta dissertação — constitui um objeto de análise raramente abordado retrospectivamente, que, ao que tudo indica, tampouco foi reconhecida como uma limitação por seus principais representantes teóricos.

Quando chegaram a esboçar caminhos para superar os limites da formulação, os autores adotaram diversas perspectivas de trabalho, ora marcadas pela ruptura, ora pela continuidade em relação às obras seminais da reflexão iniciada no Chile — sem, contudo, considerarem pertinente uma discussão explícita sobre limitações relacionadas à teoria do valor em Marx. A elaboração teórica posterior, por isso, e a despeito de seus méritos, não incide sobre o núcleo da questão tal como a compreendemos aqui.

Marini, por exemplo, considerava que o desenvolvimento do programa de pesquisa da TMD deveria resultar, fundamentalmente, no estudo das formações sociais concretas.¹⁹² Outros, como

¹⁹¹ De fato, menos interessantes ainda são os posicionamentos de Octavio Rodríguez e Enrique Semo, aos quais a autora responde. Rodríguez acusa erroneamente os dependentistas de proporem a tese da estagnação econômica e de analisarem a dependência como um fator meramente externo, sem considerar as etapas históricas anteriores à década de 1950. Semo, por sua vez, reduz a teoria a uma caricatura do pensamento de André Gunder Frank. Confunde a impotência das forças produtivas na periferia, destacada pelos dependentistas, com uma afirmação sobre a impossibilidade de crescimento econômico e, além disso, argumenta que a teoria não previu o surgimento de nações periféricas influentes ou com um peso decisivo no mercado mundial em função da produção de mercadorias como o petróleo (Bambirra, *op cit.*, 1978).

¹⁹² “Utilizar esa línea de análisis para estudiar las formaciones sociales concretas de América Latina, orientar ese estudio en el sentido de definir las determinaciones que se encuentran en la base de la lucha de clases que allí se desenvuelve y abrir así perspectivas más claras a las fuerzas sociales empeñadas en destruir esa

Dos Santos, propuseram, anos mais tarde, a subsunção da TMD ao desenvolvimento de uma nova teoria do sistema-mundo — relegando, assim, a um segundo plano, quando não suprimindo por completo, categorias fundamentais da crítica marxiana, como exploração ou valor (e suas formas mais desenvolvidas).¹⁹³ Houve também quem, como Vânia Bambirra, privilegiou uma reflexão centrada nas condições para a transição ao socialismo e nas tarefas da tática e da estratégia políticas nas sociedades dependentes.¹⁹⁴

A relevância da maioria dessas temáticas está fora de dúvida. No entanto, todas elas deixam de lado aquilo que talvez constitua a novidade teórica mais significativa da discussão marxista sobre a dependência: a possibilidade de se constituir, em termos rigorosos, como um desenvolvimento do projeto de crítica da economia política iniciada em *O Capital*. Tentaremos abordar o significado disso na segunda seção deste capítulo. Por enquanto, limitamo-nos a indicar algumas das possíveis motivações que subjazem à tendência predominante que tem impedido formular a problemática da dependência em termos teóricos mais rigorosos e que, à luz das críticas e anticríticas, parece ter constituído uma das características centrais do debate em torno da primeira formulação marxista sobre a dependência latino-americana.

A reflexão proposta por Enrique Dussel oferece subsídios importantes — ainda que insuficientes — para a realização dessa tarefa. Para o filósofo, com exceção da obra de Marini, grande parte da polêmica latino-americana sobre a dependência, nas décadas de 1960 e 1970, caracterizou-se por uma apropriação limitada da obra de Marx. No contexto de um esforço mais amplo, cujo objetivo era discutir a evolução teórica de Marx nas principais obras da sua crítica da economia política, Dussel realiza algumas intervenções voltadas diretamente à problemática latino-

formación monstruosa que es el capitalismo dependiente: éste es el desafío teórico que se plantea hoy a los marxistas latinoamericanos [...]”. MARINI, R. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973, p. 54.

¹⁹³ Cf. DOS SANTOS, T. **Desenvolvimento e civilização**: homenagem a Celso Furtado. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016. p. 135-149.

¹⁹⁴ A partir da vitória da Unidade Popular, a autora revela compreender que a caracterização do capitalismo dependente deveria ceder lugar ao estudo dos problemas da transição socialista na América Latina. Tal declaração permite inferir que, para ela, o essencial da caracterização do desenvolvimento capitalista latino-americano já estava definido: “[...] Pensei então que minha tarefa, como intelectual comprometida com as transformações estruturais na América Latina, tinha que mudar. Já não se tratava mais de analisar apenas o capitalismo dependente. Tratava-se de deslindar os rumos de sua superação. Afinal, a teoria da dependência, que havíamos ajudado a elaborar e ramificar, já havia cumprido uma enorme função prática [...]”. (Bambirra, *op. cit.*, 1991, p. 38).

americana da dependência. Tanto em seus comentários aos *Grundrisse*¹⁹⁵, quanto em sua leitura dos manuscritos de 1861-1863¹⁹⁶ (publicados, em parte, por Karl Kautsky sob o título *Teorias da mais-valia*), ele destaca um aspecto fundamental que consideramos válido ao se avaliar as limitações do enfoque dependentista: a ausência do método genético marxiano, que parte do abstrato para o concreto — isto é, da dialética expositiva que caracteriza a obra madura de Marx.

Assim, parafraseando Marx nos manuscritos de 61-63, o autor afirma:

Muchos de los economistas, historiadores y sociólogos que han tratado la cuestión de la dependencia incurren en la misma falta: en vez de considerar la *relación social* internacional y la *transferencia de plusvalor* entre capitales globales nacionales de diferentes composiciones orgánicas, en el marco de la competencia en el orden mundial, lo hacen a través de las *formas particulares* o meramente por medio de aspectos fenoménicos secundarios; confunden así la esencia con la apariencia. Además, no elaboran el concepto ni construyen las categorías necesarias en un plano abstracto, lógico y esencial, primeramente, sino que se pierden en una historia de la dependencia, caótica, acientífica, anecdótica.¹⁹⁷

Esse talvez seja o ponto mais acertado da crítica formulada por Dussel, que reconhece em Marini um caso excepcional no uso de categorias essenciais como valor, preço de produção, preço de mercado etc.¹⁹⁸ A crítica dirigida a Marini, no entanto, revela-se menos convincente e decorre, como já observaram outros autores, de incompreensões que não atingem o núcleo teórico da formulação presente na *Dialética da dependência* e outras obras da TMD.¹⁹⁹

De fato, embora a discussão proposta por Dussel convoque a recuperação da sistematicidade categorial e do tipo de apresentação das determinações presente em *O Capital*, o sentido dessa proposta não abarca plenamente a essência radicalmente negativa da exposição marxiana. Tampouco compreende o modo pelo qual essa exposição se configura não apenas como

¹⁹⁵ DUSSEL, E. **La producción teórica de Marx**. Un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI Editores, 1985.

¹⁹⁶ DUSSEL, E. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario a los Manuscritos del 61-63. México: Siglo XXI Editores, 1988.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 312.

¹⁹⁸ “[...] Mauro Marini sabe en qué consiste la ‘transferencia de plusvalor’ a partir de un uso categorial correcto: composición orgánica de los capitales, diferencias de los valores y precios de producción de mercado, etc. [...]” *Ibid.* p. 327. Por isso, para Dussel, “[...] Marx hubiera expresado la cosa esencial y fundamental con simplicidad: la dependencia consiste en la transferencia de plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el más desarrollado” *Ibid.*, p. 330.

¹⁹⁹ Uma tentativa de conciliar a crítica de Dussel com a obra de Marini pode ser lida em: CÁRDENAS, J. C. **Controvérsias sobre a teoria da dependência e seu fundamento**. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 12, n. 2, 2018.

uma explicação superior do modo de produção capitalista — sendo-o também, mas não se restringindo a isso —, e sim como uma crítica com consequências políticas revolucionárias por desvelar teoricamente o caráter central que tem a exploração da força de trabalho pelo capital. O sentido da dialética parece ser assumido, nesse caso, apenas como um desenvolvimento teórico que examina os fundamentos da sociedade capitalista por meio de um método mais potente e capaz de atingir a verdade do que aquele empregado pela economia política clássica.

Dussel, comentador indiscutivelmente competente da obra de Marx, perde de vista — ao menos nessa crítica — a forma pela qual Marini logra apropriar-se, ainda que parcialmente, da dialética expositiva que transita da esfera da circulação para a da produção. Isso explica que, para ele, o principal defeito de Marini seja, precisamente, aquilo que aqui compreendemos como seu maior avanço: apresentar uma forma específica da exploração da força de trabalho (a superexploração) como essência ou fundamento da condição dependente.²⁰⁰

Como já indicado, apesar de suas limitações, ter atribuído atenção à dialética não é uma questão de pouca relevância. Ao contrário, constitui, a nosso ver, um elemento que permite avançar na crítica à TMD com maior profundidade do que outras tentativas de refutação ou superação da proposta. Embora discordemos de Dussel, esse ponto específico permite reconhecer alguns dos limites teóricos mais evidentes do enfoque dependentista. Assim, contudo, concordamos com a afirmação segundo a qual, nas discussões sobre a dependência, *via de regra*, “[...] se passou ao histórico-concreto sem um marco categorial suficiente. Entrou-se, então, num beco sem saída” (tradução nossa).²⁰¹

A partir dessas colocações, é possível identificar uma das razões para os equívocos recorrentes na exposição categorial presentes nas principais obras da TMD, o que também serve para esclarecer as diferenças internas entre os autores aqui estudados. Como já indicado nos capítulos anteriores, entre tais destacam-se: a crítica restrita às relações de propriedade, que tende a negligenciar o caráter especificamente capitalista das relações sociais de produção; a apreensão das transferências de valor sem a devida atenção às suas reverberações na exploração da força de trabalho — isto é, na esfera da produção — e desta sobre aquelas; a atribuição aos monopólios de

²⁰⁰ Comentando um trecho de *Dialética*, no qual Marini define a superexploração como fundamento da dependência, Dussel afirma: “La cuestión es exactamente al revés. Porque hay transferencia del plusvalor de un capital global nacional menos desarrollado hacia el que es más desarrollado, y ésta es la esencia o fundamento de la dependencia (diría Marx), es necesario compensar dicha pérdida extrayendo más plusvalor al trabajo vivo periférico [...] Marini se equivoca [...] al confundir la esencia con su efecto.” *Ibid.*, p. 327.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 321.

uma capacidade indeterminada, situada acima da concorrência, concebendo-os como expressões de uma modificação qualitativa das leis tendenciais formuladas por Marx; e, por fim, a confusão entre diferentes níveis de abstração teórica, que dá lugar à hipostasia de tendências conjunturais como se fossem leis de tendência.

Tais equívocos, conforme entendemos aqui, decorrem de uma forma de compreensão e assimilação da teoria do valor de Marx que não apreende uma de suas dimensões centrais, tal como desenvolvida em *O Capital*: a demonstração de que a riqueza capitalista e suas múltiplas formas de manifestação só podem ser corretamente compreendidas — e desnaturalizadas — quando reconhecidas (e, portanto, expostas) como formas que ocultam sua natureza como riqueza produzida pela classe trabalhadora. Em outros termos, essas formas devem ser apresentadas em sua relação com a esfera da produção, onde se realiza a exploração especificamente capitalista, entendida, por isso mesmo, como instância fundamental do modo de produção capitalista.

Desconsiderar essa instância, ou assumir a teoria do valor sem levar em conta essa consequência crítica essencial, tende a reproduzir problemas expositivos e dificuldades na caracterização da realidade — com todas as implicações políticas que daí podem advir. As divergências teóricas no interior da TMD, segundo propomos aqui, explicam-se, ao menos em parte, pelo lugar que a teoria do valor — no sentido que passaremos a explicitar — ocupa (ou não) na elaboração de cada autor, para além dos traços comuns relativos à crítica do desenvolvimentismo e do etapismo plenamente atingidas.

3.2. O SENTIDO DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

A diferença fundamental entre a análise formulada por Marx e aquela desenvolvida pela economia política clássica reside na desnaturalização das relações sociais próprias ao modo de produção capitalista. Parte do sentido crítico presente em *O Capital* consiste justamente na demonstração de que o funcionamento desse modo de produção resulta da consolidação de relações sociais historicamente determinadas, sendo as categorias econômicas expostas como formas que essas relações assumem.²⁰²

²⁰² Comentando uma dessas formas de naturalização na obra de David Ricardo, Marx indica: “Quando se afirma que o capital ‘é trabalho acumulado (realizado) (na verdade, trabalho *objetivado*) que serve de meio para um novo trabalho (produção)’, só é considerada a simples matéria do capital, abstraída da determinação formal sem a qual não é capital. Isso nada mais significa que capital é instrumento de produção, uma vez

O projeto teórico de Marx — voltado, portanto, a uma crítica das formas sociais que se apresentam, na consciência dos indivíduos submetidos a esse modo de produção, como naturais e imutáveis — nasce, entre outras motivações, da constatação das contradições que a economia política burguesa, apesar de suas contribuições científicas, não conseguia superar.²⁰³ Essa limitação teórica, que Marx frequentemente associou a interesses de classe, manifesta-se sobretudo na incapacidade de explicar por que, no capitalismo, os produtos do trabalho assumem a forma de valor.²⁰⁴

Segundo Marx, as relações sociais no capitalismo não são diretas, e sim mediadas pela troca de mercadorias entre produtores privados e independentes. Para ele, em oposição à concepção dos economistas clássicos — para os quais o trabalho era concebido de forma abstrata e indeterminada —, o trabalho não é, por si só, criador de valor.²⁰⁵ Ele adquire essa qualidade apenas quando se realiza como atividade privada, executada por indivíduos isolados com vistas à troca. Somente nessas condições seu produto assume a forma de mercadoria.

Esta, por sua vez, só pode expressar que o trabalho nela incorporado é valioso se, no ato da troca, for reconhecida como trabalho socialmente necessário. É exclusivamente por essa via que o

que, em sentido mais amplo, todo objeto, mesmo aquele inteiramente fornecido pela natureza, como pedras, por exemplo, tem de ser primeiro apropriado por uma atividade qualquer antes de poder servir como instrumento, como meio de produção. *Sob essa ótica, o capital teria existido em todas as formas de sociedade, é algo completamente a-histórico*” MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJO, 2011. p. 198-199 (grifo nosso).

²⁰³ As contradições da economia política burguesa manifestam-se de forma exemplar nas teorias do valor de Adam Smith e David Ricardo. Em Smith, a lei do valor é explicitamente abandonada quando o autor passa a analisar a produção capitalista. O valor do produto, antes medido pelo trabalho, passa a ser concebido como a simples soma de seus componentes — salários, lucro e renda da terra. No caso de Ricardo, a incoerência se manifesta como um conflito irresolúvel. Ele sustenta, por um lado, que o valor do produto é determinado unicamente pelo trabalho, mas admite, por outro, que esse mesmo valor se decompõe em salários e lucro. Cf. RUBIN, I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 315-316.

²⁰⁴ “É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente, o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais sequer colocou a seguinte questão: *por que esse conteúdo assume aquela forma e, por que, portanto, o trabalho se representa no valor [...]* Tais formas, em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo [...]”. MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2023. p. 154-156 (grifo nosso).

²⁰⁵ Ver, por exemplo, a crítica de Isaak Ilich Rubin, baseada na obra de Marx, à obra de David Ricardo por identificar imediatamente todo trabalho como trabalho produtor de valor, em: RUBIN, I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 214.

trabalho concreto de um produtor individual se afirma como parte do trabalho social total, permitindo que o gasto de energia física nele cristalizado seja sancionado socialmente como valor.²⁰⁶

O pressuposto para a generalização do trabalho social como trabalho produtor de valor é a dissolução dos vínculos de dependência pessoal entre os produtores — isto é, a superação de formas de sociabilidade nas quais os indivíduos garantiam sua subsistência por meio de relações sociais diretas, e não por meio de uma mediação social impessoal (a troca de mercadorias).²⁰⁷

A inserção dos indivíduos nesse tipo de relação não ocorre de forma súbita, mas por meio de um longo processo histórico, que culmina na consolidação do modo de produção capitalista com o desenvolvimento da grande indústria e a generalização do trabalho assalariado. O modo de produção que determina a reprodução da sociedade burguesa tende, por sua própria lógica, a reproduzir e ampliar continuamente as condições que tornam os indivíduos cada vez mais dependentes das relações mediadas pela mercadoria para garantir sua sobrevivência — independentemente de serem trabalhadores assalariados ou não.

O processo de acumulação de capital está na base da crescente dependência dos indivíduos às relações de troca de mercadorias (ou ao “mercado”). Essa dependência, por sua vez, só se torna possível porque a afirmação da liberdade e da autonomia individuais — isto é, do direito dos indivíduos sobre o produto de seu trabalho e, portanto, sobre si mesmos — constitui, no capitalismo, a condição necessária para o surgimento de uma forma de exploração historicamente inédita.

Em sua forma plenamente desenvolvida, a produção de riqueza na sociedade capitalista não se define apenas pela mercantilização dos produtos do trabalho, mas, sobretudo, pela mercantilização da própria capacidade de trabalhar — isto é, da força de trabalho.²⁰⁸ Sendo o gasto dela definido como a substância do valor, e sendo seu consumo produtivo na esfera da produção a

²⁰⁶ MARX, *op. cit.*, 2023, p. 147-148.

²⁰⁷ Aqui seguimos a explicação de Clarke: “[...] El acto individual de producción y apropiación presupone, por tanto, una división social del trabajo expresada en el proceso total de producción e intercambio de mercancías. Sólo en relación con este sistema de producción social el acto individual de producción y apropiación tiene algún significado, y sólo sobre esa base el producto toma la forma de propiedad privada. El presupuesto de la propiedad privada es, por tanto, la relación social de producción de mercancías”. CLARKE, S. **Marx, Marginalismo y sociología moderna**. [S. l.]: Ediciones Dos Cuadrados. *E-book*. p. 102.

²⁰⁸ MARX, *op. cit.*, 2023 p. 244.

origem da riqueza capitalista, um dos objetivos fundamentais da exposição de Marx em *O Capital* é justamente desmistificar as formas concretas nas quais se oculta essa origem.

A exploração capitalista realiza-se, portanto, por meio da afirmação constante da liberdade dos indivíduos e a garantia de conseguir dispor do produto do próprio trabalho. Contudo, como é claro no caso do proletariado, essa liberdade se limita à posse de sua própria força de trabalho.²⁰⁹ A igualdade entre os indivíduos — que se manifesta na troca de equivalentes na esfera da circulação — desfaz-se, na exposição de Marx, tão logo se adentra a “esfera oculta da produção”. É nesse momento que se revela o segredo da riqueza capitalista até então encoberto: a liberdade dos produtores aparece, na realidade mais determinada, como uma relação profundamente assimétrica.

O capitalista, como proprietário dos meios de produção, consome a mercadoria que comprou por seu valor — a força de trabalho —, constringendo-a a produzir um valor superior àquele necessário para sua própria reprodução. A igualdade que rege a troca de equivalentes no mercado é, assim, o próprio “mecanismo” por meio do qual se realiza — e, ao mesmo tempo, se oculta — a desigualdade material entre as classes e a exploração do trabalho vivo pelo capital, dinâmicas que definem o processo de produção capitalista.²¹⁰

Na exposição dessas determinações — correspondente ao Livro I de *O Capital* — estabelecem-se as linhas gerais do processo teórico de esclarecimento que será desenvolvido nos dois volumes seguintes da obra. Trata-se, aqui (no Livro I), de um primeiro movimento orientado à apreensão daquilo que não é imediatamente apreensível quando observamos o funcionamento da sociedade capitalista na sua imediatez. Assim, como vimos, descobrir a essência só se torna possível na medida em que se supera a aparência inerente à esfera da circulação. Desse modo, o trânsito desta à esfera da produção tem como objetivo demonstrar que, embora a troca de equivalentes seja efetivamente constitutiva da realidade capitalista, não é suficiente para explicá-la; pelo contrário, deve ser superada analiticamente enquanto forma aparente que encobre a relação de exploração subjacente à produção de mais-valor.

²⁰⁹ “[...] a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, *seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa [...]*” *Ibid.*, p. 242 (grifo nosso).

²¹⁰ “Ao abandonarmos essa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, de onde o livre-cambista vulgaris [vulgar] extrai noções, conceitos e parâmetros para julgar a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já podemos perceber uma certa transformação, ao que parece, na fisionomia de nossas dramatis personae [personagens teatrais]. O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador [...]

Desse modo, a exposição de Marx avança progressivamente, retomando as determinações já obtidas, em direção a formas cada vez mais concretas, as quais ocultam a origem da riqueza capitalista. Esse processo analítico permite constatar que o projeto teórico de Marx não se reduz a uma economia política do capitalismo (ou seja, uma ciência positiva sobre o funcionamento da sociedade capitalista, restrita àquilo propriamente econômico). Quando chega o momento de enfrentar as formas mais concretas — aquelas que os economistas clássicos abordavam diretamente, incorrendo inevitavelmente em contradições —, Marx dá continuidade à crítica, aparentemente “mais filosófica”, da natureza da forma social capitalista e de suas implicações na consciência dos produtores.²¹¹

A exposição das determinações da forma mercadoria e da exploração do trabalho pelo capital constitui o pressuposto necessário não apenas para uma explicação correta do funcionamento do capitalismo, mas, sobretudo, para uma crítica da forma sob a qual ele se apresenta na consciência dos produtores. Trata-se, ainda, do fetichismo do capital.²¹² No Livro III, cujo propósito é “[...] descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo” — ou seja, aproximar-se da maneira como “essas relações aparecem na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção”²¹³ —, mantém-se o objetivo geral de demonstrar que o processo de acumulação determina a atividade dos produtores. Estes — capitalistas e proletários — passam a organizar sua ação ignorando que a reprodução social é inviável sem a produção de valor na esfera da produção, onde o trabalho vivo é explorado.

Considerando que o campo teórico da “questão da dependência” pode ser situado no âmbito da análise da concorrência em Marx²¹⁴, é pertinente explicitar o procedimento pelo qual ele se

²¹¹ Nossa leitura de *O Capital* encontra-se profundamente influenciada pelas seguintes considerações: “Lendo apenas o Livro I de *O Capital*, por exemplo, parece que a crítica tem como fulcro a exploração direta do trabalhador pelo capitalista, dissimulada pela igualdade jurídica de ambos no mercado de trabalho e obscurecida pelas formas sociais mais complexas, como as da obtenção de mais-valor relativo. Mas a crítica vai além disso. Torna-se necessário entender os mecanismos sofisticados de inversão e ocultamento de toda essa esfera de produção e constituição do capital apresentada no Livro I. Era a isso que o projeto original da ‘crítica da economia política’ visava desde sempre, ao partir do ‘capital em geral’ para chegar à concorrência, do crédito e da propriedade da terra determina o modo como essas ‘leis’ se realizam. Em uma primeira aproximação, pode-se afirmar que, nesse ponto de chegada, a crítica gira em torno do fetichismo do capital” GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 27.

²¹² *Ibid.*

²¹³ MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 53.

²¹⁴ DUSSEL, *op. cit.*, 1988. p. 320.

aproxima desse nível de análise, bem como as implicações que tal abordagem possui enquanto exemplo teórico-metodológico do sentido de criticidade presente na sua principal elaboração teórica. A partir desse ponto, será possível expor nossas considerações sobre a obra de Marini, na seguinte seção deste capítulo.

Como é amplamente sabido, Marx não chegou a desenvolver investigações específicas sobre os níveis de abstração do comércio exterior, do mercado mundial e das crises.²¹⁵ Isso, no entanto, não significa que sua obra não ofereça insumos para uma elaboração teórica posterior nesse sentido, nem que nela estejam ausentes considerações explícitas sobre esses temas — embora, é claro, em graus elevados de abstração e não como casos de análise específicos. Ao buscar elucidar o funcionamento do capital, aproximando-se de suas formas mais concretas no Livro III, Marx empreende um esforço que permite extrair conclusões teóricas significativas sobre essas instâncias da realidade.

O estudo das categorias econômicas nesses níveis, como de costume em toda sua exposição, não visa esgotar a análise das formas concretas em termos da sua empiria; mais relevante do que isso — e o que aqui consideramos mais instrutivo — é a continuidade do esforço de desmistificação da origem da riqueza. Esse procedimento se manifesta não apenas na abordagem da concorrência e da formação da taxa geral de lucro, mas também na análise de outras formas, como o capital comercial, o capital portador de juros e a renda da terra.

O caráter efetivamente inacabado da obra não impede a identificação de um objetivo claro na forma como todas essas categorias são tratadas. Trata-se de demonstrar que, para além de suas especificidades e regularidades particulares, tais categorias são, em essência, formas assumidas pelo mais-valor produzido pelos trabalhadores — resultado da exploração do trabalho vivo na esfera da produção, repartido entre os capitalistas e oculto à consciência imediata de todos os indivíduos que vivem sob a égide alienante do capital.

Assim, uma primeira — e bastante conveniente — inversão ideológica, própria da atividade consciente do capitalista prático, radica na convicção de que seu lucro se origina fundamentalmente na quantia de capital investida. A concorrência e sua atividade cotidiana reafirmam essa inversão,

²¹⁵ Segundo Rosdolsky, o plano inicial, composto por seis livros — I) sobre o capital; II) sobre a propriedade da terra; III) sobre o trabalho assalariado; IV) sobre o Estado; V) sobre o comércio exterior; VI) sobre o mercado mundial e as crises — foi progressivamente modificado, dando lugar à versão final em três volumes. Essa nova configuração implicou a exclusão dos três últimos livros e a incorporação parcial dos conteúdos previstos nos livros II e III do plano original. Ver: ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001. p. 36-37.

na medida em que se posicionar como um empresário bem-sucedido não se associa à quantidade de trabalho vivo mobilizado por ele ou, em termos mais simples, ao número de trabalhadores que emprega. Pelo contrário, atributos como a capacidade técnica ou até mesmo a própria sagacidade do capitalista são apontados como determinantes do lucro.²¹⁶

A transformação da taxa de mais-valia (m/v) em taxa de lucro ($m/(c+v)$) e do valor em preço de custo está por trás dessas inversões. Para o capitalista, o lucro emerge da venda da mercadoria por um preço superior ao seu custo. Conseqüentemente, o lucro parece derivar de todo o capital investido, obscurecendo que apenas o trabalho vivo (capital variável) é a fonte de novo valor.²¹⁷ A concorrência entre capitais nas diversas esferas, por meio da migração do capital em busca de maior lucratividade, força a formação de uma taxa geral de lucro (apreendida teoricamente pela relação entre mais-valia total / capital social total). A taxa média resultante impõe-se aos capitalistas, que a utilizam para adicionar um lucro médio ao seu preço de custo, formando assim os preços de produção.²¹⁸ São estes preços de produção, e não *diretamente* os valores individuais, que se tornam o centro de gravitação para os preços de mercado.

A consequência essencial dos preços de produção como elo intermediário entre o valor e preço de mercado é a necessária divergência entre a mais-valia produzida por um capital particular e o lucro que este efetivamente apropria.²¹⁹ Assim, o lucro que um capitalista individual embolsa

²¹⁶ CARCANHOLO, R. **Capital**: essência e aparência vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 23-30.

²¹⁷ Segundo Marx: “[...] Como na taxa de lucro o mais-valor é calculado sobre o capital total e é referido a ele como sua medida, o próprio mais-valor aparece como algo que surge do capital total, como se emanasse por igual de todas as suas partes, de modo que a diferença orgânica entre capital constante e variável encontra-se apagada no conceito do lucro; portanto de fato, nessa figura metamorfoseada como lucro, próprio mais-valor negou sua origem, perdeu seu caráter, tornou-se irreconhecível [...]”. MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 201.

²¹⁸ “[...] Os preços que se formam extraindo a média das diferentes taxas de lucro das diversas esferas da produção e agregando-a aos preços de custo das diversas esferas da produção são os preços de produção [...] Seu pressuposto (dos preços de produção) é a existência de uma taxa geral de lucro, e esta, por sua vez, implica que as taxas de lucro tomadas isoladamente em cada esfera da produção, já se encontrem reduzidas a um número igual de taxas médias” MARX, *op. cit.*, p. 192.

²¹⁹ “[...] quando um capitalista vende sua mercadoria a seu preço de produção, ele retira dinheiro em proporção à grandeza de valor do capital por ele consumido na produção e extrai lucro em proporção ao seu capital adiantado, como mera alíquota do capital social total. *Seus preços de custo são específicos. O acréscimo de lucro a esse preço de custo independe de sua esfera particular de produção, pois constitui simplesmente a média percentual de capital adiantado*” (grifo nosso) *Ibid.*, p. 193.

não provém diretamente da exploração de seus trabalhadores, mas de sua participação, como um acionista, na mais-valia total produzida pelo conjunto da classe operária.²²⁰

O desenvolvimento das inovações técnico-produtivas no capitalismo se explica, então, pela busca incessante do lucro extraordinário. Ao revolucionar as forças produtivas, um capitalista reduz o valor individual de sua mercadoria abaixo do valor de mercado, o que lhe permite, temporariamente, realizar um lucro extraordinário antes que a concorrência anule essa vantagem. A concorrência dentro de uma mesma esfera, que opera através da diferença entre valor individual e valor social ou de mercado, não deve ser confundida com a concorrência entre as esferas, que é a responsável por equalizar as taxas particulares de lucro em uma taxa geral. Contudo, os dois processos são interdependentes. As transformações na produtividade e na taxa de exploração dentro de um setor podem alterar sua taxa de lucro particular, o que terá implicações na taxa geral e, por consequência, impulsiona o contínuo processo de equalização entre os capitais.

É na formação (e exposição) dessa taxa geral que se manifesta de forma mais clara um aspecto essencial, com consequências políticas fundamentais: o conjunto da classe operária é explorado pelo conjunto da classe capitalista, já que cada capitalista individual se apropria de uma parte da mais-valia total, e não apenas daquela produzida por seus próprios assalariados. O lucro médio, determinado de forma independente da consciência do capitalista individual e imposto a ele, orientará sua intervenção particular na gestão do próprio capital. Essa atividade tende, para além de suas condições e práticas específicas, a aumentar a exploração.

Como processualidade geral, isso engendra o interesse comum da classe capitalista na elevação da taxa de exploração, para além de suas disputas internas. Na medida em que os processos particulares consigam garantir a valorização do capital, a guerra sem quartel pela apropriação da mais-valia entre os capitalistas tenderá a uma estabilização relativa. Da mesma forma, por serem explorados pela classe capitalista como um todo, a luta dos trabalhadores, mesmo

²²⁰ Segundo Marx: [...] embora os capitalistas das diferentes esferas da produção, na venda das mercadorias, resgatem os valores de capital consumidos na produção dessas mercadorias, *eles não resgatam o mais-valor — nem, por conseguinte, o lucro — produzido em sua própria esfera durante a produção dessas mercadorias, mas apenas a quantidade de mais-valor — e, portanto, de lucro — que corresponde a cada alíquota do capital total por meio da distribuição uniforme do mais-valor total ou do lucro total produzido em dado intervalo de tempo*. Por isso, os capitalistas são “[...] *meros acionistas de uma sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem igualmente por 100*, de modo que se distinguem entre si apenas pela grandeza do capital investido por cada um no empreendimento total, pelo número de ações que cada um possui” (grifo nosso). *Ibid.*, p. 193.

quando se inicia contra um padrão particular, tende objetivamente a — ou tem a potencialidade de — se tornar uma luta contra o conjunto da classe capitalista.²²¹

Essa análise, originalmente desenvolvida em nível alto de abstração por Marx, como já dito, tem o objetivo de apresentar a centralidade da exploração da força de trabalho para além daquilo que é evidente *na superfície da sociedade*. Permite, no entanto, uma aproximação à concorrência, como de fato foi advertido por não poucos estudiosos de *O Capital*. Mas nem sempre, parece-nos, o sentido mais geral de criticidade, baseado na exposição teórica do lugar das relações de exploração, apareceu nessas formulações.

No caso particular da TMD, o arcabouço categorial correspondente de forma clara aos livros I e III, fundamentalmente, aparece na exposição de Ruy Mauro Marini, não assim nas principais obras de Bambirra e Theotônio dos Santos. Contudo, em Marini, a questão não está isenta de problemas. Na seguinte seção, nos deteremos na exposição das limitações que, especificamente em sua obra, decorrem da incorporação parcial da teoria do valor, bem como nas possibilidades de resolução dessas limitações.

3.3. A TEORIA DO VALOR EM RUY MAURO MARINI

Neste ponto, deveria ser evidente para o leitor que a principal diferença teórica entre os autores aqui analisados reside na incorporação da teoria do valor. Mesmo em Ruy Mauro Marini — aquele que mais se aproxima do sentido crítico característico da obra de Marx —, observam-se ainda certas dificuldades ou limitações expositivas que se relacionam, a nosso ver, com uma

²²¹ O filósofo Bolívar Echeverría também propôs uma explicação semelhante no marco de sua recuperação crítica da obra de Rosa Luxemburg, o que igualmente lhe permitiu esboçar reflexões sobre o imperialismo. Para ele, as contradições entre capitalistas altamente produtivos e aqueles de menor produtividade (ou de vanguarda e retaguarda, respectivamente) tendem a “sintetizar-se” pela elevação geral da massa de mais-valor produzida. Segundo o autor: “Una vez establecida la tensión que interconecta conflictivamente a estos dos polos de productores capitalistas dentro del ámbito capitalista extendido sobre el obre, la contradicción se neutraliza al exteriorizarse: se prolonga entrando en contacto con el ámbito internacional de los productores obreros para presionarlos, por conducto de retaguardia, imponiendo un proceso sistemático de desvalorización creciente de la fuerza de trabajo como fundamento de la valorización creciente del capital mundial. *Así, la clase capitalista del planeta se sintetiza como un bloque, antagónico en el interior, pero cerrado hacia el exterior, que ejecuta la tarea de organizar y administrar la producción del plusvalor a escala mundial, y se identifica con ella*”. ECHEVERRÍA, Bolívar. *Circulación capitalista y reproducción de la riqueza social: Apunte crítico sobre los esquemas de Karl Marx*. México: División de Estudios de Posgrado, Facultad de Economía, UNAM, 1994. p. 98-99. (grifo nosso).

assimilação parcial dessa perspectiva teórica radicalmente crítica, voltada à superação das inversões ideológicas impostas pela sociabilidade do capital. Não cabe aqui examinar em profundidade as razões dessa incorporação parcial²²²; limitamo-nos, portanto, a elencar alguns elementos que, a nosso juízo, poderiam aprofundar o projeto teórico que o próprio Marini ajudou a desenvolver.

A principal contribuição de Marini reside, de forma bastante evidente, em situar o estudo do movimento do capital nas sociedades latino-americanas a partir da dialética entre produção e circulação — isto é, ao demonstrar como a forma de inserção dos capitais latino-americanos na concorrência capitalista dá origem a uma modalidade específica de exploração da força de trabalho, cuja principal implicação é o aumento da massa de valor por meio de uma maior espoliação física (compreendida teoricamente pela categoria de superexploração).

A consequência fundamental, para além de suas claras implicações na caracterização da especificidade histórica da região, é a possibilidade de, a partir das colocações do autor, formular-se uma crítica que não se limita a uma burguesia particular — nacional ou estrangeira — (ainda que também sirva a esse propósito), mas que se dirige à própria relação social capitalista enquanto totalidade mundializada. Aproxima-se disso ao colocar em primeiro plano o lugar da exploração do trabalho, constituindo, assim, um movimento analítico que incide diretamente na superação das inversões que obscurecem a natureza e a origem da riqueza capitalista.

Os primeiros problemas da exposição de Marini que identificamos não incidem sobre o essencial de sua contribuição. É possível precisar aspectos teóricos maiores ou menores sem que se altere o núcleo desta. Em *Dialéctica de la dependencia*, por exemplo, identificam-se dificuldades relativas ao uso da noção de “exploração do trabalho” em lugar de “exploração da força de trabalho”, ou ainda na exposição da determinação dos preços de monopólio em referência à transferência de valor entre setores diferentes da produção.

²²² Apesar disso, a contextualização histórica desenvolvida ao longo dos capítulos oferece elementos para refletir sobre a questão. Sem a pretensão de formular uma conclusão definitiva, parece possível sustentar que, apesar dos esforços teóricos de aproximação ao estudo da obra de Marx, a geração de Marini teve de lidar com o peso de uma tradição anterior que negligenciava a crítica da economia política, bem como com as urgências da polêmica teórica marcada por pontos de vista pouco atentos à dimensão expositiva da dialética marxiana de *O Capital*. Trata-se de uma limitação que, salvo raras exceções, também não se encontrava superada na literatura marxista sobre o imperialismo da época.

No que tange ao primeiro ponto, embora não se trate de uma questão secundária, ele não modifica substancialmente o sentido de referir-se à capacidade de trabalhar, e não diretamente ao trabalho, mesmo quando não seja incomum encontrar a ideia de “exploração do trabalho” no autor.

Já no caso dos preços de monopólio, as implicações podem ser mais relevantes. Nesse aspecto, há uma lacuna que aproxima sua formulação daquela que reproduz as abstrações indeterminadas próprias da economia política burguesa. Isso se verifica na medida em que a força do capital monopolista não é apreendida em sua relação com a concorrência e com um movimento incontrolável que escapa aos interesses de um capitalista individual, de uma fração específica do capital ou de uma potência imperialista determinada. Trata-se, aqui, de um problema expositivo que pode levar à diluição do tipo de análise capaz de apreender o capitalismo como resultado de relações sociais historicamente transitórias e nas quais o conjunto dos sujeitos sociais está efetivamente alienado em um movimento incontrolável.

Pode, também, ter implicações diretas na caracterização do funcionamento do capitalismo, conduzindo a interpretações equivocadas — como no caso de análises que, ao constatarem a supressão da concorrência ou uma mudança qualitativa no modo de produção, identificam: i) um capitalismo em decomposição inexorável; ou ii) atribuem a uma potência ou fração particular do capital a responsabilidade exclusiva pelos efeitos disruptivos do sistema, conferindo às demais frações um papel inócuo (a maior parte das vezes de forma implícita). Essas interpretações, contudo, devem ser vistas como possíveis consequências de leituras parciais e, a nosso ver, não expressam o sentido geral da obra de Marini, sobretudo se ela é lida à luz de *O Capital*.

O que, sim, configura uma limitação teórica mais importante é a tendência a hipostasiar movimentos conjunturais como se fossem leis de tendência. Isso revela uma dificuldade teórica relevante que, segundo entendemos, pode ser superada na medida em que se avance, de forma consequente, no sentido proposto pela crítica da economia política.

Como indicamos no final do capítulo 2, as principais limitações, nesse sentido, são: i) considerar a restrição do mercado interno como um elemento estrutural ou tendencial que acentua a ênfase no consumo operário, contribuindo para a superexploração; e ii) identificar, de forma imediata, a transferência de valor intersetorial com o comércio entre países produtores de produtos primários e países produtores de mercadorias industrializadas, perdendo de vista as diferentes situações que podem assumir as relações comerciais e o desenvolvimento capitalista nos países centrais e periféricos.

Ambas as questões, segundo entendemos, são expressão de desenvolver a sua análise, pelo menos em parte, a partir de premissas contingentes e que, portanto, não podem ser vistas como leis tendenciais ou legalidade específica do desenvolvimento capitalista da América Latina.

A primeira questão foi também contemplada pela crítica da historiadora Virgina Fontes. Segundo ela:

[...] a tese de Marini pode corresponder a um momento do processo de expansão capital-imperialista brasileiro dos anos 1960, modificada rapidamente, porém, a partir da própria década de 1970, com o fomento à consolidação de um sistema financeiro realizado sob a ditadura brasileira, e que *resultou em intensa difusão do crédito ao consumidor, alterando a estrutura das necessidades e do consumo populares. Marini e muitos outros autores desconsideram, porém, que um processo de industrialização de características substitutivas de importação voltava-se prioritariamente para o próprio mercado interno e que sua própria expansão alterava as condições deste mercado, excetuadas as situações – mais ou menos frequentes de crises (grifo nosso).*²²³

O comentário anterior considera as transformações na divisão internacional do trabalho a partir da década de 1970, colocando em questão também as determinações do subimperialismo brasileiro — isto é, da projeção do Brasil no mercado mundial como exportador de capitais e de mercadorias — como solução para a restrição do mercado interno. Da mesma forma, incide na consideração segundo a qual a ruptura do ciclo do capital, ou a configuração de uma estrutura produtiva orientada primeiro ao mercado externo e, depois, à satisfação da demanda das camadas altas, médias e improdutivas da sociedade, se articula como determinante que acicateia a superexploração da força de trabalho.

Por outro lado, a discussão sobre as transferências de valor exige uma revisão na abordagem investigativa e na exposição, evitando a identificação imediata entre capitais com composição orgânica elevada, assumidos como característicos de países desenvolvidos ou imperialistas, e aqueles de baixa composição orgânica, considerados como próprios de países produtores de matérias-primas ou dependentes.

Não temos aqui condições de desenvolver todas as categorias concretas (isto é, mais determinadas) que a análise da concorrência demandaria — desde o valor até os preços de mercado nacionais e internacionais, conforme poderia ser desenvolvido seguindo o caminho proposto por

²²³ FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; Editora UFRJ, 2010. p. 357-358.

Marx —, por isso manter-nos-emos em um nível elevado de abstração. Nosso objetivo é apenas indicar a possibilidade de uma maior precisão na discussão proposta por Marini.

A formulação de Marini em *Dialectica de la dependencia* sugere que o intercâmbio desigual se explicaria, fundamentalmente, pela capacidade dos países centrais de realizar mais valor do que produzem, por serem detentores de capitais com composição orgânica elevada ou próxima à média, enquanto os países dependentes apresentariam tendencialmente uma composição orgânica inferior. Nessa perspectiva, a transferência de valor no interior de uma mesma esfera da produção corresponderia mais diretamente ao intercâmbio entre países desenvolvidos ou industrializados, enquanto a transferência intersetorial corresponderia mais ao intercâmbio entre países dependentes e industrializados. Apesar da importância e do pioneirismo da proposta nos estudos sobre a dependência, como já indicamos ao longo deste trabalho, tal formulação pode ser reavaliada em seu estatuto de lei tendencial.

No âmbito da concorrência intrasetorial, o capital mais produtivo obtém lucro extraordinário ao vender sua mercadoria pelo valor de mercado, superior ao seu valor individual, enquanto os capitais tecnicamente atrasados, como sabemos, podem sofrer perda do valor produzido, pois o valor individual de suas mercadorias excede o valor de mercado que são forçados a aceitar.²²⁴ Para compensar essa desvantagem, recorrem a estratégias que vão desde a tentativa de revolucionar suas forças produtivas até o aumento extensivo da exploração da força de trabalho — estratégias que não se excluem, mas se sobrepõem. Assim, a mais-valia extra apropriada pelos capitais mais produtivos é, muitas vezes, gerada nos capitais tecnologicamente menos desenvolvidos mediante intensificação da exploração, mas também pode decorrer de avanços técnicos e/ou do aumento da composição orgânica. Em geral, esses processos se desenvolvem simultaneamente.

A concorrência intrasetorial não pode simplesmente ser considerada pouco comum nas relações entre centro e periferia. Tampouco se pode afirmar, mesmo em alto grau de abstração, que a elevada composição orgânica corresponda apenas a ramos produtivos concentrados nos países desenvolvidos, ou que a baixa composição seja exclusiva das condições típicas dos países

²²⁴ “[...] Quando a oferta das mercadorias ao valor médio, ou seja, ao valor medial da massa situada entre ambos os extremos, satisfaz a demanda habitual, as mercadorias cujo valor individual é inferior ao valor de mercado realizam um mais-valor ou lucro extraordinário, ao passo que aquelas cujo valor individual é superior ao valor de mercado não podem realizar uma parte do mais-valor nelas contido” MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 213.

dependentes. Sobretudo quando se pretende apresentar tendências de desenvolvimento que não se referem a um período de tempo específico, mas cujo objetivo é definir o essencial do desenvolvimento capitalista em sua singularidade histórica regional. Capitais de um mesmo ramo, com composições orgânicas semelhantes, podem operar em formações nacionais distintas, sob taxas de exploração diversas, determinadas estas por suas especificidades históricas (pense-se na determinação histórico-moral do valor da força de trabalho). Por isso, a exploração mais extensiva da força de trabalho nas regiões periféricas, quando se dá, não pode ser vista apenas como mecanismo de compensação ligado à menor composição orgânica que caracteriza setores diferentes da produção.

Daí decorre uma matização da ideia de que a transferência de valor na economia mundial seja um fluxo claramente direcionado de países “subdesenvolvidos” ou dependentes para países desenvolvidos. O atraso relativo de um setor pode ser enfrentado tanto pelo aumento da exploração quanto pela introdução de melhorias técnicas; e a mais-valia extra resultante desses processos pode ser apropriada pelos próprios capitais do setor, mesmo quando apresentam composição orgânica inferior à média, na medida em que a estrutura de preços de mercado o permita. O essencial de nosso comentário é assinalar que se pode conceber uma multiplicidade de situações concretas de concorrência, cuja variabilidade exige maior cuidado ao se afirmar a existência de leis tendenciais.²²⁵

Marini, entretanto, argumenta que o intercâmbio desigual na economia mundial obriga os capitais dos países periféricos a compensar sua baixa produtividade por meio da superexploração da força de trabalho, tratando esse mecanismo como uma lei específica do desenvolvimento capitalista na América Latina, vinculada fundamentalmente às transferências de valor intersetoriais. Contudo, embora tal explicação possa ser pertinente em determinadas conjunturas, não deve ser generalizada como tendência permanente, sob pena de tomar momentos específicos de deterioração dos termos de troca como se constituíssem em uma situação permanente.

²²⁵ Shaik, por exemplo, em sua avaliação crítica sobre a questão das transferências de valor no marxismo, conclui que “[...] um exame crítico das teorias da troca desigual mostra que nem mesmo a direção líquida das transferências de valor pode ser estabelecida de maneira simples.” Longe de negar as transferências de valor, o autor apresenta um modelo que procura enfatizar que “[...] a troca desigual não é necessária como fator primário no subdesenvolvimento e que, além disso, *a sua existência e magnitude não são estabelecidas de forma tão simples como os teóricos da troca desigual parecem acreditar.*” SHAIK, A. **Valor acumulación y crisis. Ensayos de economía política.** Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990. p. 218-220. Tradução nossa, grifo nosso.

A crítica a essa generalização pode também ter como base a própria modificação das técnicas utilizadas na produção de matérias-primas e produtos alimentares. Tais ramos da produção, historicamente vinculados à estrutura produtiva dos países dependentes e tradicionalmente assumidos como de baixa composição orgânica do capital (isto é, com maior proporção de capital variável), apresentam hoje características que tornam essa classificação cada vez mais questionável. As inovações técnicas na agropecuária, por exemplo, elevaram a composição orgânica desses setores, que passaram a demandar mais capital e tecnologia, incorporando-os de forma crescente às suas práticas.

Reconhecer a multiplicidade de possibilidades que a concorrência capitalista pode assumir implica admitir que o capital é capaz de mobilizar, em escala mundial, diversas formas de geração de mais-valia extra, sob condições distintas, mais ou menos características de ramos da produção com diferentes níveis de produtividade e composição orgânica, mas que não podem ser imediatamente identificadas com esses ramos.

Mais do que negar a realidade das transferências de valor, trata-se de observar que, seguindo o procedimento de Marx em *O Capital*, a análise que busca superar as mistificações da economia política burguesa não se orienta fundamentalmente pelo exame da capacidade nacional de produzir e apropriar valor, mas pela compreensão dos processos que, ao permitirem a valorização do conjunto dos capitais, coesionam a burguesia como classe — apesar de suas disputas pela apropriação da mais-valia — contra a classe trabalhadora.²²⁶

Como indicamos anteriormente, o movimento da concorrência intercapitalista, para além da perspectiva do capitalista individual, tende a neutralizar as contradições internas ao bloco capitalista por meio da repartição da mais-valia. A valorização do capital individual, ainda que não de modo consciente, é viabilizada pela ampliação geral taxa de exploração à qual tende o movimento do capital social total.

Em *O Capital*, fica evidente que a classe burguesa, apesar dos antagonismos internos, atua como um bloco coeso na administração das formas de extração e produção de mais-valia, visando, em conjunto, ao aumento dessa taxa. A ação prática voltada à elevação da taxa de lucro individual orienta-se, ainda que inconscientemente, para a obtenção da mais-valia extraordinária e para o crescimento da massa de valor em termos gerais. Isso explica as constantes referências de Marx,

²²⁶ Por isso, é possível afirmar que a exposição de *O Capital* e a crítica da economia política referem-se às determinações da luta de classes, mesmo quando Marx não elaborou uma obra específica sobre a questão.

na exposição do conceito de capital, aos capitalistas como “irmãos inimigos” — ou como “acionistas de uma mesma empresa”.

Nessa perspectiva, o elemento essencial para a crítica da dominação burguesa não é apenas o questionamento da especialização produtiva de determinadas formações sociais em função da limitada capacidade produtiva de suas burguesias particulares, mas também o interesse comum da burguesia mundial — enquanto classe que personifica o movimento automático do capital — em elevar a taxa geral de exploração, adaptando suas estratégias às condições históricas e estruturais de cada contexto. Diversas formas de extração de valor se sobrepõem segundo particularidades socio-históricas em escala mundial.

Assim, o estudo das condições de concorrência internacional, que constitui um pressuposto necessário para a análise do imperialismo e da dependência, não deve limitar-se à avaliação do sentido que assumem os fluxos de valor na circulação em termos de capacidade nacional de apropriação. A sua apreensão deve articular-se a fim de expor como a diversidade das formas de exploração da força de trabalho assegura a coesão da classe capitalista, procurando conter a tendência à queda da taxa de lucro do capital.

Tal é, a nosso ver, o procedimento que Marini realiza parcialmente ao captar, *em um contexto histórico específico*, a forma como a burguesia latino-americana participava da concorrência intercapitalista. Sua principal limitação, porém, está em tomar esses processos como tendências gerais, sem apreender sua restrição histórica como traço característico da divisão internacional do trabalho até começos da década de 1970. Isso também é, em alguma medida, o que impede o autor de recuperar o sentido mais geral da exposição de Marx, que, estudando as contradições intercapitalistas, retorna sempre à exposição do lugar central da contradição entre trabalho e capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta dissertação foi investigar as diferenças teóricas no seio da primeira geração de intelectuais marxistas vinculados à TMD, considerando a produção de suas principais obras teóricas desenvolvidas, fundamentalmente, entre 1962 e 1973. A pesquisa pretendeu demonstrar que, para além de uma crítica comum ao desenvolvimentismo e ao etapismo reformista, havia divergências entre seus principais formuladores, sobretudo nas perspectivas teóricas de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

Essas divergências, longe de indicarem a existência de abordagens qualitativamente distintas, foram compreendidas como diferentes maneiras de interpretar um mesmo problema, tendo como referência a tradição marxiana: o estudo da questão da dependência da América Latina, que mobilizava a atenção de cientistas sociais vinculados a diversas tradições de pensamento. O desenvolvimento da análise permitiu indicar que a raiz dessas divergências reside, em última instância, na maneira distinta como cada autor mobilizou — ou deixou de mobilizar — o arcabouço da crítica da economia política de Marx para examinar as particularidades do capitalismo na região.

O percurso investigativo considerou os horizontes políticos e intelectuais que deram origem à TMD, destacando sua vinculação com a experiência militante e suas atividades anteriores ao exílio em Chile. Essa gênese comum, já analisada por outros estudos, permitiu evidenciar a unidade dos objetivos teórico-políticos do grupo. Contudo, a análise das obras produzidas no período pré-exílio e durante a estadia no Chile revelou uma tensão teórica.

De um lado, uma abordagem, mais evidente nos trabalhos de Theotônio dos Santos e influenciada pela obra de autores associados à revista *Monthly Review*, concebia a dependência primordialmente como uma relação de subordinação entre nações, centrando-se na extração de excedente e nos mecanismos de dominação mais diretamente vinculados à esfera da circulação. Essa perspectiva, influída pela noção de capital monopolista, tendia a negligenciar — e muitas vezes não se propunha a discutir — a repartição da mais-valia a partir das categorias de *O Capital*.

De outro lado, uma vertente que encontra sua formulação mais acabada em *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini, representa um deslocamento teórico fundamental. Como exposto, Marini parte da lei do valor para reconstituir a imbricação entre circulação e produção, demonstrando como as transferências de valor no mercado mundial impõem à periferia uma forma específica de acumulação, cujo fundamento de reprodução no tempo seria, segundo o autor, a

superexploração da força de trabalho. Com isso, expôs, em termos próximos à crítica da economia política, a forma como a burguesia latino-americana participava do mercado mundial.

O golpe de Estado de 1973 no Chile interrompeu abruptamente esse processo de elaboração teórica, forçando seus protagonistas a um novo exílio no México. O período posterior, como indicado no terceiro capítulo, foi marcado por mudanças na produção intelectual. Em alguns casos, deu-se atenção à defesa da TMD diante de seus críticos — consideramos, fundamentalmente, a *Anticrítica* de Vânia Bambirra. Diante das limitações das discussões que se desenvolveram naquele contexto, recuperamos a crítica tardia de Enrique Dussel, que, não sem problemas, apontou para um aspecto central: a precária apropriação de Marx que, em geral, caracterizou as discussões sobre a dependência nas décadas de sessenta e setenta.

A análise empreendida fundamentalmente no terceiro capítulo identificou que, mesmo na formulação mais avançada de Marini, persistem limitações teóricas. A principal delas é a tendência a hipostasiar — isto é, transformar em leis gerais do capitalismo dependente — fenômenos que eram, em grande medida, conjunturais. Questões como a restrição do consumo operário e a transferência de valor como fluxo que nitidamente caracteriza as relações entre os capitais de países dependentes e economias desenvolvidas, embora cruciais para compreender aquele período, não podem ser generalizadas como traços permanentes da dependência, especialmente à luz das transformações na divisão internacional do trabalho a partir da década de 1970.

Conclui-se, portanto, que a formulação dependentista, em sua vertente marxista (ou simplesmente TMD), elaborada entre as décadas de 1960 e 1970, pode ser caracterizada como um desenvolvimento teórico notável, embora inacabado, situado entre a crítica marxiana da economia política e uma economia política do imperialismo. Sua maior força reside na crítica contundente ao desenvolvimentismo, e sua principal limitação está em não ter recuperado plenamente o sentido mais geral da exposição crítica de Marx.

Nessa perspectiva, como vimos, trata-se de mostrar que o movimento da concorrência intercapitalista, em última instância, resulta na coesão da burguesia enquanto classe, unificada pela tarefa de elevar a taxa de mais-valia. Ao centrar-se na forma como a burguesia latino-americana participava dessa concorrência em um contexto específico, a TMD iluminou de maneira brilhante as contradições de seu tempo histórico, mas tomou como tendências gerais processos mais restritos a um período do tempo, perdendo de vista a forma mais geral que assume a contradição entre trabalho e capital em sua exposição do processo de competição intercapitalista.

Reconhecer essa limitação não diminui a importância histórica e teórica da TMD. Pelo contrário, permite dimensionar sua contribuição e aponta para a necessidade de avanços, de modo consequente, no sentido proposto pela crítica da economia política: desvelar continuamente a lógica alienante e fetichista do capital, com vistas à sua superação.

Cabe aqui uma advertência necessária: nossas considerações não devem ser entendidas como uma apelação dogmática à exposição de Marx. São, antes de tudo, uma aposta por contribuir para a recuperação da sistematicidade que caracteriza a exposição do conceito de capital em sua obra, a qual incorpora um procedimento analítico orientado a indicar a centralidade da contradição entre capital e trabalho como exploração da força de trabalho na esfera da produção.

Assim, compreendemos que a elaboração teórica sobre o imperialismo e a dependência deve incorporar esse procedimento, não como mera transposição mecânica de categorias, mas como parte de um movimento intelectual voltado à descoberta de novas determinações e à formulação de categorias mais completas e precisas, correspondentes a níveis de abstração para os quais *O Capital*, por si só, não é suficiente.

Nessa direção, a apropriação crítica da TMD revela-se um momento particularmente relevante, por ter implicado uma elaboração criativa fundamentada tanto nas contribuições teóricas da tradição marxiana anterior quanto, de modo especial, em *O Capital*. Trata-se, necessariamente, de uma apropriação crítica, pois, ao evidenciar os limites e contradições, sem desmerecer sua potência analítica, abre caminho para o desenvolvimento do tipo de reflexão que caracterizou a obra dos autores aqui estudados; a saber, uma atividade intelectual comprometida com os esforços concretos de superação do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, P. La estadía esporádica: Ruy Mauro Marini, Evelyn Pape y Fernando Perrone. ¿Una comunidad de exiliados brasileños en Concepción (1968-1973)? *In: Revista de Historia (Concepción)*, Concepción, v. 31, 2024.

BAMBIRRA, V. **Diez años de insurrección en América Latina**. Chile: Ediciones Prensa Latinoamericana, 1971.

BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo XXI Editores, 1999.

BAMBIRRA, V. **Memorial**. 1991. Mimeografado. Disponível em: <https://vaniabambirra.wordpress.com/memorial-academico/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Ediciones Era, 1978.

BARAN, P.; SWEEZY, P. **El capital monopolista**. México: Siglo XXI, 1982.

BEIGEL, F. A teoria da dependência em seu laboratório. *In: Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, v. 4, n. 2, 2014.

BÉRTOLA, L. **El desarrollo económico de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE. **Congreso de Unidad Revolucionaria**. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-31553.html>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BORGES, R. E. Trajetória e desafios da teoria marxista da dependência: contribuições e propostas. *In: Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 1, p. 373-385, abr. 2022.

BULMER-THOMAS, V. **The economic history of Latin America since independence**. Florida: Cambridge University Press, 2014.

CAPUTO, O.; PIZARRO, R. Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. **Cuadernos del CESO**, n. 12, 1970.

CARCANHOLO, M. Capitalismo y dependencia: la importancia de la teoría marxista de la dependencia. *In: Estudios Latinoamericanos*, nueva época, n. 53, enero-junio, 2024.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CÁRDENAS, J. C. Controvérsias sobre a teoria da dependência e seu fundamento. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 2, 2018.

CÁRDENAS, J. Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación). **De Raíz Diversa**. Revista Especializada em Estudios Latinoamericanos, v. 2, n. 3, p. 124, jan-jun, 2015.

CÁRDENAS, J. **Surgimiento y sistematización de la teoría de la dependencia**: el centro de estudios socioeconómicos [CESO] de la Universidad de Chile [1964-1973]. 2011. Tese (Doutorado em Estudios Latinoamericanos) - Facultad de Filosofía y Letras, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.

CARRERA, J. I. **La renta de la tierra**: formas, fuentes y apropiación. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.

CESO – CENTRO DE ESTUDIOS SOCIO-ECONÓMICOS. Esquema de investigación sobre relaciones de dependencia en América Latina (bosquejo informativo). Santiago: Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, MIMEO, 1968. *In*: CÁRDENAS, J.; LANA, R. (ed.). **El giro dependentista latinoamericano**: los orígenes de la teoría marxista de la dependencia. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CLARKE, S. **Marx, Marginalismo y sociología moderna**. [S. l.]: Ediciones Dos Cuadrados, [20-?]. E-book. Disponível em: https://doscuadrados.es/pdf/Clarke,_Simon_Marx,_marginalismo_y_sociolog%C3%ADa_moderna_Versi%C3%B3n_Digital.pdf. Acesso em: 24 jul. 2025.

DA SILVA, F.; CARDOSO, G. **Teoria da dependência e América Latina**: análise crítica na perspectiva da Revolução Permanente. São Paulo: Editora Sundermann/Corações e Mentés, 2018.

DONGHI, H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

DOS SANTOS, T. El nuevo carácter de la dependencia. *In*: SEGUNDA REUNIÓN DE LA ASAMBLEA GENERAL DEL CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES – CLACSO, Lima, 1968. **Anais...** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1968. Disponível em: <https://repositorio.iep.org.pe/server/api/core/bitstreams/3ff32c19-da34-479f-a890-8db37b106d83/content>. Acesso em: 12 jul. 2025.

DOS SANTOS, T. **Desenvolvimento e civilização**: homenagem a Celso Furtado. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

DOS SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

DOS SANTOS, T. **La teoría marxista de la dependencia**: balance y perspectivas. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, s/d. Disponível em: <https://ru.iiec.unam.mx/3099/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DOS SANTOS, T. **Memorial**. 1996. Disponível em: <https://www.imperialismoedependencia.org/textos-para-baixar/theotonio-dos-santos/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

DOS SANTOS, T. **Quais são os inimigos do povo?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

DUSSEL, E. **Hacia un Marx desconocido. Un comentario a los Manuscritos del 61-63**. México: Siglo XXI Editores, 1988.

DUSSEL, E. **La producción teórica de Marx**. Un comentario a los Grundrisse. México: Siglo XXI Editores, 1985.

ECHEVERRÍA, B. **El discurso crítico de Marx**. México: ERA, 1986.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Circulación capitalista y reproducción de la riqueza social: Apunte crítico sobre los esquemas de Karl Marx**. México: División de Estudios de Posgrado, Facultad de Economía, UNAM, 1994

EMMANUEL, A.; BETTELHEIM, C.; AMIN, S.; PALLOIX, C. Imperialismo y comercio internacional (el intercambio desigual). **Cuadernos de Pasado y Presente**, n. 24, México, 1971.

FELIX, G. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. *In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Niterói, n. 47, maio-ago, 2017.

FERRER, A.; DOS SANTOS, T.; JAGUARIBE, H.; WIONCZEK, M. S. **La dependencia político-económica de América Latina**. México: Siglo XXI, 1969.

FORNET-BETANCOURT, R. **Transformación del marxismo: historia del marxismo en América Latina**. México: Ediciones Plaza y Valdés, 2001.

FRANK, A. **La dependencia ha muerto: viva la dependencia y la lucha de clases. Una respuesta a críticos**. Desarrollo Económico, Buenos Aires, v. 13, n. 49, p. 199-219, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3466248>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GARCÉS, J. **Chile: el camino político hacia el socialismo**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972.

GOUVÊA, M. **Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia**. 2016. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GROSSMANN, H. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. México: Siglo XXI Editores, 1979.

KAY, C. **Latin American Theories of Development and Underdevelopment**. New York: Routledge, 2011.

KOHAN, N. **Nuestro Marx**. Disponível em: <https://www.rebellion.org/docs/98548.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

LENIN, V. I. **¿Quiénes son los “amigos del pueblo” y cómo luchan contra los socialdemócratas?** Moscou: Progreso, 1973.

LESSA, S. **O revolucionário e o estudo: por que não estudamos?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LINEKER, N. A revolução brasileira será socialista ou não será revolução: as origens da Polop e o nascimento da “Nova Esquerda Marxista”. *In: Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 1, p. 131-146, 2012.

LOVATTO, A. ISEB: do nacional-desenvolvimentismo à revolução brasileira. *In: Revista Princípios*. Teoria, política e cultura, v. 40, n. 162, pp. 9-40.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**. Problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, G. **Historia y consciencia de clase**. Estudios de dialéctica marxista. México: Editorial Grijalbo, 1969.

MARINI, R. M. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. *In: Cuadernos Americanos*, vol. CXLVI, n. 3, México, maio-junho, 1966.

MARINI, R. M. Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo. *In: Foro Internacional*, v. 5, n. 4, p. 511-546, abr./jun. 1965.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y José Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. extraordinário, p. 57-106, 1978.

MARINI, R. M. **Memorial**. 1995. Disponível em: https://marini-escritos.unam.mx/?page_id=3007. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução na América Latina. *In: Tricontinental*, n. 7, Cuba, 1968.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.

MARINI, R. M. **El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile**. Serie Popular. México: Ediciones Era, 1976.

MARINI, R. M. **La crisis del desarrollismo**. 1994. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2022/01/70-La-crisis-del-desarrollismo.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución**. 5. ed. México: Siglo XXI Editores, 1974.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1970.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de reprodução do capital. São Paulo: Boitempo, 2023.

MATTICK, P. **Crítica de la teoría económica contemporánea**. México: Ediciones Era, 1980.

MOURA, D. B. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo**: o caso do Brasil entre 2000 e 2015. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

PAIVA, Sérgio (org.). **Érico Sachs / Ernesto Martins**: um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil. Salvador: CVM, 2016.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. *In*: PREBISCH, R. **O manifesto latino-americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

REYES, C. Uma teoria marxista da dependência? Notas sobre o lugar da teoria marxista da dependência no projeto teórico geral da crítica da economia política. *In*: **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 14, n. 1.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

RUBIN, I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SADER, E. Algunos recuerdos de Chile. *In*: CÁRDENAS, J.; LANA SEABRA, R. **El giro dependentista latinoamericano**. Los orígenes de la teoría marxista de la dependencia. Santiago de Chile: Ariadna Ediciones, 2022.

SADER, E. Nós que amávamos tanto O Capital – fragmentos para a história de uma geração. *In*: **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 7, n. 14, p. 150-177, 2005.

SARAPURA, S. O imperialismo na teoria da dependência. *In*: COGGIOLA, O. (org.). **A era do imperialismo**. São Paulo: Livraria da Física, 2024, p. 284–297.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 40, n. extraordinário, p. 9-55, 1978.

TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRAVERSO, E. **A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

WASSERMAN, C. **A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.